



**Lígia Azevedo Ribeiro
Pinto**

**A integração económica de empresas ao nível local
– O caso das cidades de Tavira e de Silves**

**DOCUMENTO
DEFINITIVO**



**Lígia Azevedo Ribeiro
Pinto**

**A integração económica de empresas ao nível local
– O caso das cidades de Tavira e de Silves**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Inovação e Políticas de Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica do Doutor Francisco Diniz, Professor Associado do Departamento de Economia, Sociologia e Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e co-orientação científica do Doutor Eduardo Anselmo de Castro, Professor Associado da Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Doutor Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro,
Professor Associado da Universidade de Aveiro. (Co-orientador)

Doutor Carlos Manuel Martins da Costa,
Professor Associado da Universidade de Aveiro.

Doutor Francisco José Lopes de Sousa Diniz,
Professor Associado da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. (Orientador)

Doutor Paulo Alexandre Neves Martinho Neto,
Professor Auxiliar da Universidade de Évora.

agradecimentos

Acima de tudo gostaria de agradecer a Deus, por tudo o que representa na minha vida, dando-me força nos momentos de desânimo e fraqueza.

Ao meu marido, Rui, por nunca deixar de me apoiar e acreditar em mim, e ao nosso Francisco, pelas alegrias que me proporciona todos os dias.

Aos meus orientadores, Professor Doutor Francisco Diniz e Professor Doutor Eduardo Anselmo de Castro, pelo saber e experiência que me transmitiram.

Aos Professores Domingos Vaz, Ana Paula Delgado e Paul Courtney, pela disponibilidade que sempre demonstraram na cedência de bibliografia.

Às colegas e amigas Conceição Silva e Sónia Abreu, pelo acompanhamento, revisão do trabalho e ideias sugeridas.

À Manuela Mourão, pela ajuda prestada na formatação do texto.

Aos meus pais, irmã e sogros, por sempre me apoiarem e muitas vezes se sacrificaram para cuidar do meu filho enquanto eu trabalhava na tese.

E a todos os outros que, de uma forma directa ou indirecta, contribuíram para a realização deste trabalho.

palavras-chave

Integração económica; pequenas e médias cidades; pólos de desenvolvimento; economia local.

resumo

No contexto do actual modelo de desenvolvimento territorial da União Europeia, as pequenas e médias cidades assumem uma importância estratégica na promoção de um sistema urbano policêntrico e equilibrado e no reforço da parceria entre os espaços urbanos e rurais. O potencial destas cidades para a competitividade dos territórios consiste na sua capacidade de se constituírem em veículos de desenvolvimento para as áreas envolventes, através da atracção de investimentos, da diversificação e da melhoria das actividades económicas, das infra-estruturas e do ambiente.

Contudo, fenómenos como a globalização, aumento da mobilidade da população e progresso constante das tecnologias de informação e comunicação, não permitem assegurar que os benefícios de iniciativas de desenvolvimento económico nestes centros urbanos se vão repercutir nos seus espaços envolventes. O desempenho das pequenas e médias cidades como pólos de desenvolvimento vai depender da natureza das ligações económicas entre estes dois territórios.

Esta dissertação propõe-se realizar uma análise detalhada da estrutura espacial das transacções económicas de uma amostra de empresas de duas cidades portuguesas de pequena dimensão, Tavira e Silves, de modo a determinar o grau de integração destas empresas na economia local. Identificar e favorecer as empresas que se encontram economicamente mais integradas ao nível local, poderá constituir a base de uma possível estratégia para garantir a vitalidade económica destes territórios e promover o desenvolvimento local.

key words

Economic integration; small and medium sized towns; development poles; local economy.

abstract

In the context of the present model of territorial development of the European Union, small and medium sized towns assume a strategic importance in the promotion of a polycentric and balanced urban system and reinforcement of partnerships between urban and rural spaces. The potential of these towns regarding the territories' competitiveness consists in their ability to act as development vehicles to the surrounding areas, through the attraction of investments in the diversification and improvement of economic activities, infrastructures and environment.

Nevertheless, phenomena like globalisation, increase in population mobility and the constant progress of information and communication technologies, do not necessarily mean that the benefits of economic development initiatives in these urban centres will affect the surrounding spaces. The role of small and medium sized towns as development poles will depend on the nature of the economic linkages between these two territories.

The purpose of this dissertation is to carry out a spatial structure detailed analysis in terms of economic transactions in a sample of two portuguese small sized towns, Tavira and Silves in order to determine the integration level of these firms in the local economy. Identifying and favouring those firms which are more economically integrated at a local level might be the basis for a strategy meant to guarantee the economic vitality of those territories and promote local development.

Índice

LISTA DE FIGURAS.....	iii
LISTA DE MAPAS	iii
LISTA DE QUADROS	iv
LISTA DE ABREVIATURAS	v
NOTA INTRODUTÓRIA	vii
I. INTRODUÇÃO	1
1 INTRODUÇÃO	3
II. ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA.....	7
2 REVISÃO LITERÁRIA	9
2.1 O papel das cidades no desenvolvimento económico das nações	9
2.2 As pequenas e médias cidades na agenda política europeia e nacional na óptica de um desenvolvimento regional integrado.....	15
2.3 O contexto teórico do desenvolvimento local aplicado às Pequenas e Médias Cidades e ao Turismo	25
2.3.1 A teoria dos pólos de crescimento e as pequenas e médias cidades	26
2.3.2 A teoria da base económica	31
2.3.3 Turismo e desenvolvimento económico	35
3 TAVIRA E SILVES: UM RETRATO SOCIOECONÓMICO DOS CONCELHOS.....	39
3.1 Enquadramento territorial	39
3.2 Sistema urbano.....	40
3.3 Dinâmicas demográficas	45
3.4 Actividade económica.....	46
3.5 Turismo	50
3.6 Intervenções estratégicas de desenvolvimento.....	52
III. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.....	55
4 METODOLOGIA DO QUESTIONÁRIO	57
4.1 A amostra	57

4.1.1	Seleccção das áreas de estudo	57
4.1.2	Seleccção da amostra das empresas	59
4.2	O inquérito por questionário	62
4.3	A recolha de dados.....	65
4.4	Análise dos dados	68
5	RESULTADOS.....	71
5.1	Características das empresas inquiridas.....	71
5.2	Padrão espacial das transacções económicas e integração económica das empresas	74
5.2.1	Tavira.....	74
5.2.2	Silves	79
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS		85
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
BIBLIOGRAFIA		93
ANEXOS		105
ANEXO 1 POTENCIALIDADES E ESTRANGULAMENTO DO TURISMO		
ANEXO 2 CIDADES ELEGÍVEIS DO PROGRAMA PROSIURB		
ANEXO 3 HIERARQUIA DE FUNÇÕES NO SISTEMA URBANO		
ANEXO 4 SUMÁRIO ESTATÍSTICO		
ANEXO 5 SELECÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO		
ANEXO 6 QUESTIONÁRIO DO ESTUDO PRINCIPAL E MAPAS DAS ÁREAS DE ESTUDO		
ANEXO 7 QUESTIONÁRIO DO ESTUDO PILOTO		
ANEXO 8 CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PROJECTO		

Lista de Figuras

FIGURA 2.1	FLUXOS DE DESPESA NUMA COMUNIDADE	32
FIGURA 2.2	EFEITOS EM CADEIA DA PROCURA TURÍSTICA.....	36
FIGURA 3.1	POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS, EM 2001	46
FIGURA 3.2	VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE, POR CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS, EM 1999	48
FIGURA 3.3	EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA A PREÇOS DE MERCADO 1999-2001	49
FIGURA 5.1	ANTIGUIDADE DA EMPRESA NA LOCALIZAÇÃO ACTUAL	72
FIGURA 5.2	DIMENSÃO DA EMPRESA SEGUNDO O NÚMERO DE TRABALHADORES A TEMPO INTEIRO EQUIVALENTE	73
FIGURA 5.3	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TRANSACÇÕES ECONÓMICAS (VOLUME) DAS EMPRESAS DE TAVIRA, EM 2002.....	74
FIGURA 5.4	PADRÃO ESPACIAL DO VOLUME DE VENDAS DAS EMPRESAS DE TAVIRA, POR SECTOR DE ACTIVIDADE, EM 2002	76
FIGURA 5.5	PADRÃO ESPACIAL DO VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE TAVIRA, POR SECTOR DE ACTIVIDADE, EM 2002	76
FIGURA 5.6	VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE TAVIRA POR TIPO DE FORNECEDOR, EM 2002	77
FIGURA 5.7	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE TAVIRA POR TIPO DE FORNECEDOR, EM 2002	78
FIGURA 5.8	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS TRANSACÇÕES ECONÓMICAS (VOLUME) DAS EMPRESAS DE SILVES, EM 2002.....	79
FIGURA 5.9	PADRÃO ESPACIAL DO VOLUME DE VENDAS DAS EMPRESAS DE SILVES, POR SECTOR DE ACTIVIDADE, EM 2002	81
FIGURA 5.10	PADRÃO ESPACIAL DO VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE SILVES, POR SECTOR DE ACTIVIDADE, EM 2002	81
FIGURA 5.11	VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE SILVES, POR TIPO DE FORNECEDOR, EM 2002.....	82
FIGURA 5.12	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO VOLUME DE COMPRAS DAS EMPRESAS DE SILVES POR TIPO DE FORNECEDOR, EM 2002	82

Lista de Mapas

MAPA 2.1	TIPOS REGIONAIS DE PADRÕES ESPACIAIS RURAL-URBANO	18
MAPA 2.2	TIPOLOGIA DE INTEGRAÇÃO LOCAL DAS AGLOMERAÇÕES URBANAS (1991-2001)	24
MAPA 3.1	MAPA DA REGIÃO DO ALGARVE E DOS CONCELHOS DE SILVES E TAVIRA.....	39
MAPA 3.2	ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS CENTROS URBANOS DA REGIÃO DO ALGARVE PARA FUNÇÕES MUITO ESPECIALIZADAS	42
MAPA 3.3	ÁREAS DE INFLUÊNCIA DOS CENTROS URBANOS DA REGIÃO DO ALGARVE PARA FUNÇÕES ESPECIALIZADAS	43
MAPA 3.4	SISTEMA URBANO DA REGIÃO DO ALGARVE: UMA SÍNTESE	44
MAPA 3.5	MAPA DA REDE VIÁRIA DA REGIÃO DO ALGARVE	50

Lista de Quadros

QUADRO 1.1	GASTOS E DORMIDAS DOS TURISTAS NAS DIFERENTES REGIÕES (NUTS II), EM TODOS OS MEIOS DE ALOJAMENTO	5
QUADRO 3.1	TAXA DE ACTIVIDADE, TAXA DE DESEMPREGO E POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA, EM 1991 E 2001	47
QUADRO 3.2	INDICADORES DO TURISMO EM 2001	51
QUADRO 3.3	LOCAIS MAIS VISITADOS NAS FÉRIAS NO ALGARVE, EM 1999	51
QUADRO 3.4	PLANO ESTRATÉGICO DE TAVIRA (2003)	53
QUADRO 4.1	DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS SEGUNDO A CAE, EM 31/12/1999	60
QUADRO 4.2	DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS PELA AMOSTRA.....	61
QUADRO 4.3	NÚMERO DE EMPRESAS A INQUIRIR E EMPRESAS INQUIRIDAS NO CONCELHO DE TAVIRA.....	67
QUADRO 4.4	NÚMERO DE EMPRESAS A INQUIRIR E EMPRESAS INQUIRIDAS NO CONCELHO DE SILVES	67
QUADRO 5.1	TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA.....	71
QUADRO 5.2	RESIDÊNCIA DO RESPONSÁVEL DA EMPRESA	72
QUADRO 5.3	SÍNTESE DO NÍVEL DE INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DAS EMPRESAS DE TAVIRA E DE SILVES, POR SECTOR DE ACTIVIDADE.....	83

Lista de Abreviaturas

AMU	Áreas Mediamente Urbanas
APDR	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional
APR	Áreas Predominantemente Rurais
APU	Áreas Predominantemente Urbanas
CAE	Classificação das Actividades Económicas
CCE	Comissão das Comunidades Europeias
CCRA	Comissão de Coordenação da Região do Algarve
DGECCE	Direcção Geral Educação e Cultura da Comissão Europeia
DGOTDU	Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
EDEC	Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário
IIL	Indicador de Integração Local
IILE	Indicador de Integração Local Estendido
INE	Instituto Nacional de Estatística
JO	Jornal Oficial das Comunidades Europeias
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
PROSIURB	Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Comerciais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIE	Tempo Inteiro Equivalente
UE	União Europeia
UTAD	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Nota Introdutória

A presente dissertação tem por base um projecto de investigação denominado “O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural”, abreviadamente designado por Marketowns, que teve o seu início em Setembro de 2001 e seu final em Novembro de 2004. Trata-se de um projecto financiado pelo V Programa Quadro da Comissão Europeia e que envolve a colaboração de instituições de ensino e investigação de cinco países europeus: Reino Unido, França, Holanda, Polónia e Portugal. Em cada país foi realizado um estudo da integração económica de empresas, agregados familiares e explorações agrícolas em seis cidades (três cidades pequenas e três cidades médias), escolhidas de acordo com três critérios: cidades predominantemente agrícolas (percentagem da população empregada na agricultura superior à média nacional); cidades peri-urbanas (com movimentações pendulares diárias para uma cidade metropolitana); e cidades predominantemente turísticas (percentagem da população empregada no turismo superior à média nacional). Em Portugal, as cidades abrangidas pela investigação foram Mirandela e Vila Real (cidades predominantemente agrícolas), Lixa e Esposende (cidades peri-urbanas) e Tavira e Silves (cidades predominantemente turísticas).

Neste projecto, a autora assumiu a função de assistente de investigação, participando directamente na recolha e tratamento estatístico dos dados e na elaboração dos relatórios de progresso.

I. Introdução

1 Introdução

Cada vez mais, as cidades têm vindo a assumir um papel estratégico na territorialização dos processos económicos. Como consequência, assiste-se a uma relocação das populações e das empresas das zonas rurais para as sedes de concelho e principais aglomerados urbanos, transformando os restantes territórios em espaços tendencialmente marginais e esquecidos, com problemas estruturais de desenvolvimento. Por sua vez, a globalização dos mercados faz acelerar a dissolução e desintegração das formas tradicionais de organização de actividades económicas que não acompanhem a evolução dos tempos. A questão crucial para assegurar a vitalidade socio-económica destes territórios passará, obrigatoriamente, pela capacidade das cidades se constituírem interfaces activas de articulação entre espaços de diferentes escalas e pela definição de uma capacidade de oferta local apta a estimular a competitividade e a integração económica dos agentes.

As pequenas e médias cidades assumem um lugar fundamental na estruturação da malha urbana das unidades territoriais, pois podem representar novos espaços de oportunidades na mobilização de populações e investimentos e actuar como agentes integradores e promotores do desenvolvimento local e regional.

Esta dissertação propõe-se a realizar um estudo das relações económicas entre duas cidades portuguesas e os seus territórios envolventes, por forma a medir o seu potencial papel na promoção do desenvolvimento local. As cidades¹ objecto de análise são as cidades de Tavira e de Silves, cidades de pequena dimensão (população residente no centro urbano inferior a 20.000 habitantes) com uma estrutura empresarial de carácter marcadamente turístico, como é típico da região do Algarve onde estas duas cidades se inserem. Investigar se estas cidades têm ou não capacidade de se constituírem como sub-pólos de desenvolvimento socioeconómico para os seus espaços envolventes, através de uma análise dos níveis de integração de uma amostra representativa das empresas de Tavira e de Silves, é a questão principal a que este trabalho se propõe dar uma resposta.

¹ De ressaltar que as unidades territoriais consideradas foram os concelhos onde se encontram as cidades em causa.

Os procedimentos de pesquisa adoptados neste trabalho de investigação assumiram as duas formas possíveis da metodologia em ciências sociais: as técnicas primárias ou não documentais e as técnicas secundárias ou documentais. Segundo Bell (1997, p. 85), “nenhuma abordagem depende unicamente de um só método, da mesma forma que não exclui determinado método apenas porque é considerado «quantitativo» [ou] «qualitativo»”.

A primeira fase do estudo fez recurso das técnicas documentais através da recolha de informação em documentos diversos, facultada por documentos oficiais, designadamente estatísticas e legislação nacional e europeia, obras literárias e trabalhos de investigação relacionados com o tema. A segunda e principal fase do estudo foi preenchida com a aplicação de inquéritos por questionário, constituindo estes a principal fonte de informação do estudo. Após o trabalho de inquirição, recolheu-se e registou-se a informação considerada necessária e relevante, a que se seguiu a análise dos dados, procurando estabelecer relações entre as variáveis em correspondência com o campo teórico de referência.

A opção por cidades turísticas surge do reconhecimento actual do turismo como um sector estratégico para o desenvolvimento socio-económico dos países, “concretizando fluxos de pessoas e de bens que, a nível mundial e europeu, assume uma importância apenas ultrapassada por sectores globalizados há décadas como o financeiro ou industrial” (Silva e Perna, 2002, p. 451). Em Portugal, o turismo assume-se claramente como um sector chave da economia face ao processo crescente de globalização, através da dinâmica que imprime ao processo de internacionalização económica e através dos efeitos multiplicadores da sua cadeia de valor.

Paralelamente, o turismo é também uma actividade económica com uma inserção territorial acentuada, estabelecendo estreitas relações com os espaços onde se insere e com as restantes actividades. Perceber a intensidade da relação e do impacto que as empresas do sector têm nos territórios onde se inserem torna-se fundamental para o desenho de políticas eficazes de promoção do desenvolvimento local e regional.

A escolha de cidades na região do Algarve facilmente se justifica, uma vez que esta é a região que se apresenta como o mais importante destino turístico de Portugal, tanto ao nível do total de gastos dos turistas como em número de dormidas, como é possível observar pela leitura do Quadro 1.1.

Quadro 1.1 - Gastos e dormidas dos turistas nas diferentes regiões (NUTS II), em todos os meios de alojamento

NUT'S	Total de Gastos dos Turistas (milhões de euros)				Dormidas (milhares)			
	1999	%	2000	%	1999	%	2000	%
Norte	536,2	8,7	635,5	8,7	6621,6	8,4	6808,6	8,4
Centro	462,4	7,5	556,2	7,6	6153,0	7,8	6430,6	7,9
Lisboa e Vale do Tejo	1523,8	24,9	1853,0	25,2	15392,8	19,6	16301,5	20,1
Alentejo	121,2	2,0	122,2	1,7	1524,9	1,9	1266,5	1,6
Algarve	2953,9	48,2	3452,7	47,0	42164,2	53,8	42307,5	52,1
Região Autónoma Açores	175,6	2,9	252,9	3,4	2134,4	2,7	2665,4	3,3
Região Autónoma Madeira	353,1	5,8	469,9	6,4	4534,1	5,8	5332,9	6,6
TOTAL	6126,2	100,0	7340,3	100,0	78525,0	100,0	81113,0	100,0

Fonte: Região de Turismo do Algarve (2002).

Ao nível da oferta turística, o Algarve alcançou a notoriedade nacional como destino de sol e praia, diversificando-se depois para produtos como o golfe, o desporto, os congressos (turismo de negócios), a cultura e património e a natureza, entre outros. São produtos que apresentam tanto potencialidades como estrangulamentos (Anexo 1) mas que, inseridos em estratégias devidamente coordenadas, terão condições para fortalecer o Algarve como destino turístico a nível mundial (Região de Turismo do Algarve, 2002).

Adicionalmente, fortes investimentos públicos foram realizados na renovação urbana e no reforço das acessibilidades viárias entre o litoral e o interior, de modo a tentar inverter tendências de desertificação humana e a valorizar oportunidades locais, como surge bem explícito na voz do presidente cessante da Comissão de Coordenação da Região do Algarve, João Guerreiro, quando afirma que “a competitividade das áreas urbanas está hoje cada vez mais dependente das diversas proximidades, (...) do contexto cultural de identidade regional, das convenções e cumplicidades localmente assumidas num quadro de integração que permite transformar estes elementos, não quantificáveis, em factores cruciais de afirmação local e regional.” (Quartenaire Portugal, 1999, p. 91)

Relativamente à estrutura da dissertação, ela divide-se em quatro secções principais: **Introdução**; **Enquadramento do Problema**; **Investigação Empírica** e **Considerações Finais**. Na **Introdução** é apresentada a questão principal da investigação e os fundamentos que estiveram por detrás desse problema. A secção do **Enquadramento do Problema** é composta por dois capítulos. No primeiro é apresentada uma revisão da literatura

consultada ao nível da importância das cidades no desenvolvimento económico dos países e do papel das pequenas e médias cidades no contexto de um novo modelo de desenvolvimento territorial sustentado entre as zonas urbanas e não urbanas no espaço europeu, actuando como centros regionais activos na revitalização de zonas rurais em declínio. Segue-se uma articulação de duas teorias económicas como uma possível estratégia de utilização das pequenas e médias cidades como sub-pólos de desenvolvimento local: Teoria dos Pólos de Crescimento e Teoria de Base Económica, concluindo-se esta exploração de literatura com a importância do turismo nas actuais estratégias de desenvolvimento do países. A dissertação prossegue com uma caracterização sumária dos concelhos de Tavira e de Silves, ao nível das suas características urbanas, demográficas, sociais e económicas recentes. Na secção da **Investigação Empírica** é efectuada uma exposição crítica dos métodos de investigação utilizados na recolha e no tratamento dos dados que serviram de base ao presente trabalho, seguindo-se a apresentação dos resultados da investigação empírica, que consistiram na análise do padrão espacial das transacções económicas das empresas e na quantificação dos seus níveis de integração ao nível local e também ao nível local alargado aos concelhos limítrofes, de modo a identificar os tipos de empresa potencialmente capazes de suportar iniciativas de desenvolvimento local. Por fim, a dissertação termina com as respectivas **Considerações Finais**.

II. Enquadramento do Problema

2 Revisão Literária

Este capítulo tem por finalidade apresentar a literatura relevante consultada sobre a importância das pequenas e médias cidades como centros regionais activos na revitalização de zonas em declínio. O capítulo inicia-se com o papel das cidades no desenvolvimento económico das nações, no sentido de se compreender a evolução do significado económico, social e político que os centros urbanos foram adquirindo ao longo da história. Segue-se uma alusão à afirmação das cidades no contexto político europeu e nacional na óptica de um novo equilíbrio espacial sustentado entre a cidade e o campo. Posteriormente, realiza-se uma exposição de duas teorias económicas que sugerem a utilização das pequenas e médias cidades como sub-pólos de desenvolvimento local: Teoria dos Pólos de Crescimento e Teoria de Base Económica. O capítulo termina com a importância do turismo nas estratégias de desenvolvimento económico dos países.

2.1 O papel das cidades no desenvolvimento económico das nações

Ao longo da história das civilizações, crescimento urbano e crescimento económico foram dois fenómenos que sempre surgiram estreitamente ligados, numa relação circular e cumulativa. A expansão das cidades alimentava o crescimento dos países e, inversamente, crescimentos sustentados da economia estimulavam o desenvolvimento urbano e o papel cada vez mais importante das cidades nas economias nacionais. Como assinalou o historiador francês Braudel: “Tous les grands moments de la croissance s’experimentent par une explosion urbaine” (citado em Derycke, 1999, p. 28).

Recuando 12.000 anos na história, é na Revolução Neolítica que residem as pré-condições para a emergência das cidades, com a invenção da agricultura e criação de animais. O aumento pronunciado da produção de alimentos por unidade de terreno, derivado das novas técnicas de trabalhar a terra e da fertilidade dos solos, permitiu a acumulação de excedentes produtivos para troca e um aumento crescente da densidade populacional. A consequência foi o abandono do nomadismo e a adopção do sedentarismo como novo modo de vida. Inicialmente, as cidades emergiram junto de vales férteis de grandes rios e de importantes nós de comunicações, situação que, desde logo, é reveladora de um determinismo geo-económico no nascimento da urbanização (Bairoch, 1988): a

localização junto a cursos de água permitia uma redução dos custos de transporte dos excedentes para troca, pelo menos duas colheitas por ano e disponibilidade de água para as diversas necessidades das populações. Quanto à localização da primeira cidade do mundo, não existe consenso na literatura: Goitia (1982) situa a cidade egípcia de Illahun (actual Kahun) como o exemplo mais antigo conhecido de organização urbana (1897-1879 a.C.), enquanto que Bairoch (1988) refere a cidade de Eridu, no Médio Oriente (3200 a. C.). A diferença residirá, certamente, nos limites demográficos mínimos que cada autor estabeleceu para a definição de cidade. Dúvidas não existem, porém, relativamente à classificação de Roma como a primeira grande cidade ou metrópole do mundo, com uma população estimada superior a 800.000 habitantes durante o auge do Império Romano (50 a. C. a 160). Apenas nos séculos VII e IX é que outras cidades (chinesas e muçulmanas) atingiram novamente esta dimensão populacional e só a Londres do século XIX é que ultrapassou o milhão de habitantes. Considerada o centro de gravidade do mundo urbano da Antiguidade, foi vasto o espólio deixado por Roma. Desde uma ampla rede de estradas, à introdução de um sistema monetário e aos avanços técnicos na agricultura, construção, indústria e navegação, foi grande o papel desempenhado pela primeira cidade-estado na difusão da civilização e da urbanização.

Os séculos V a X, “séculos das trevas” segundo Benevolo (1995), são marcados pela queda do Estado Imperial Romano (ano 476) e declínio económico da Europa, este último como consequência provável das invasões germânicas e da crescente influência muçulmana ao longo do Mediterrâneo, que veio enfraquecer as relações comerciais entre a Europa e o Resto do Mundo, especialmente o Leste. Reflexo da recessão económica, as cidades sofrem também um retrocesso.

A partir de meados do século X verifica-se um período de expansão económica, acompanhado de um renascimento urbano, tanto na Europa como na Ásia. Os núcleos urbanos ganham cada vez maior importância e poder económico, concentrando os excedentes agrícolas produzidos nas zonas rurais envolventes e desenvolvendo novas necessidades de consumo. E se a localização e condições de fertilidade foram determinantes no aparecimento das primeiras cidades, na Idade Média a expansão do comércio internacional fez desenvolver novas cidades, fixando população vocacionada para o comércio em locais estratégicos de passagem das grandes rotas comerciais europeias e orientais, onde era possível trocar produtos provenientes de várias origens.

O século XIV caracteriza-se, por um lado, pela formação da organização urbana policêntrica que ainda hoje caracteriza a Europa, e por outro, pela crise demográfica e económica que atingiu o globo até à segunda metade do século XV. A Europa é assolada por fracas colheitas, que resultam em fome entre 1315 e 1317 e, 30 anos depois, é afectada pela Peste Negra que, em 15 anos, diminuiu a população em cerca de um terço, afectando especialmente os centros urbanos. A recuperação populacional e económica começa em meados do século XV, propulsionada pela expansão marítima da Europa para a Ásia e América e pela corrente cultural do Renascimento. Os níveis de urbanização permanecem, porém, quase inalterados, destacando-se apenas a mudança do centro gravitacional do comércio internacional do Mediterrâneo (Veneza, Nápoles, etc.) para o Atlântico (primeiro Lisboa e Sevilha e depois Amsterdão e Londres). Em finais do século XV (fim da Idade Média), o sistema urbano europeu¹ encontrava-se dividido em:

- pequenas cidades (2.000 a 6.000 habitantes), com funções estritamente localizadas e com uma área de influência restrita às zonas rurais envolventes;
- centros regionais (4.000 a 8.000 habitantes), com funções especificamente urbanas, nomeadamente, funções administrativas, comerciais (incluindo bens não produzidos localmente), religiosas, educativas, de policiamento, limpeza das ruas e recolha de impostos; e
- grandes cidades (8.000 a 12.000 habitantes), que exerciam as mesmas funções dos centros regionais e a que se acrescia uma especialização no comércio internacional, na indústria ou na administração pública.

Relativamente às cidades não europeias (chinesas, muçulmanas e africanas), Bairoch (1988) alega que estas exerceram uma menor influência positiva no processo de crescimento económico comparativamente às cidades da Europa, ainda que não deixassem de constituir, igualmente, centros de inovação, de promoção dos contactos sociais e do progresso tecnológico na agricultura e na indústria.

O final do século XVIII fica inscrito na história da humanidade pela complexa série de acontecimentos económicos, políticos e sociais que culminaram, na vertente tecnológica e económica, na Revolução Industrial e, na vertente política e social, na Revolução Francesa,

¹ Este capítulo pode acusar algum etnocentrismo em favor da Europa, mas tal deve-se à enorme influência que a civilização europeia desempenhou nas sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas e na história urbana em geral.

marcando “uma viragem na história da humanidade” (Polèse, 1998, p. 29). A capacidade produtiva sofre um crescimento sem precedentes em relação às épocas anteriores, devido à aplicação dos novos conhecimentos à produção de bens e serviços, enquanto a população mundial apresenta taxas de crescimento nunca antes alcançadas. Polèse (1998) justifica que este crescimento demográfico se deveu, essencialmente, à melhoria das condições de vida e ao progresso tecnológico nos domínios da agricultura, das infra-estruturas sanitárias e dos cuidados médicos. Mas a maior novidade registou-se nos grandes movimentos migratórios que se fizeram sentir do campo em relação à cidade. Verificando-se aumentos de produtividade por trabalhador, tanto no sector agrícola como nos outros sectores, aumentam os rendimentos e a procura de melhores condições económicas e de vida nas cidades. A forte industrialização das cidades europeias durante o século XIX foi acompanhada por uma explosão urbana, resultante tanto do crescimento das cidades existentes como do nascimento e desenvolvimento de novas cidades (especialmente na América do Norte). De um mundo predominantemente rural até ao início do século XX, passa-se para um mundo urbanizado, com transformações profundas na natureza das cidades e da sociedade em geral. Contudo, uma excepção deve ser feita aos países do actual Terceiro Mundo, que sofreram os efeitos negativos da colonização entre os séculos XIX e XX, quer ao nível das estruturas socioeconómicas, quer ao nível do processo de urbanização.

A cidade do século XX das sociedades desenvolvidas (Europa, América do Norte e Japão) ganha novas funções sociais e de emprego e assume-se como verdadeiro centro de desenvolvimento económico, com as actividades terciárias a ganhar um peso acrescido na identificação das funções urbanas, em detrimento da indústria. A cidade passa a ser encarada como objecto de estudo e análise por parte da comunidade científica e autores como Max Weber e Henry Pirenne, nos anos 20 do século passado, consideram o factor económico o elemento dinâmico do processo de formação da cidade e agente propulsor do desenvolvimento urbano (Lobo, 1997). Weber argumenta que é o mercado que caracteriza a cidade e identifica dois tipos de centros urbanos: a cidade de consumidores (onde é consumido o rendimento produzido noutro local) e a cidade de produtores (onde a maioria da actividade económica se suporta com a venda da produção local). Simultaneamente, as cidades estabelecem ligações com a sua área rural envolvente e, nesse sentido, são sedes político-administrativas de todo o território. A geração de economias de aglomeração,

proporcionadas por ganhos de produtividade específicos da concentração geográfica das actividades económicas e das populações numa determinada localização urbana, faz com que as cidades adquiram diferentes dimensões, hierarquizando-se em função do nível de bens e serviços que prestam aos habitantes abrangidos pela sua área de influência.

Entretanto, a segunda metade do século XX foi também palco de algumas disfunções, fenómeno a que Salgueiro (1999) apelidou de “fragmentação do espaço urbano”. A polarização do desenvolvimento económico em algumas grandes cidades foi, de facto, acompanhado de disfunções graves como a criminalidade, desemprego e exclusão social, pobreza, poluição, congestionamentos de ordem diversa, delapidação do património natural e arquitectónico, entre outros. Ao invés de proporcionarem efeitos atractivos para os não residentes, os grandes centros urbanos evidenciavam factores repulsores ou restritivos à expansão. Adicionalmente, nos anos 60 e 70 assistiu-se à desindustrialização das cidades e realocização de pessoas e actividades económicas para a periferia, com o consequente desinvestimento e abandono das estruturas urbanas construídas.

Perante o problema da saturação das grandes cidades e do desequilíbrio funcional do sistema urbano, surgiu, no horizonte político de diversos países europeus e dos Estados Unidos da América (EUA) da década de 60, a questão urbana e, mais concretamente, o papel que as cidades de pequena e média dimensão poderiam assumir num desenvolvimento nacional e regional equilibrado. Esta questão favoreceu a acção das pequenas e médias cidades, no contexto mais ou menos explícito do modelo de difusão espacial hierárquica desenvolvido por Christaller. Partindo do conceito subjacente ao modelo de que as inovações geradoras de desenvolvimento difundem-se temporal e espacialmente de centros de ordem hierárquica superior para centros de ordem inferior, as pequenas e médias cidades representariam um importante instrumento territorial para atingir três objectivos complementares entre si (Avelino, 1999, p. 466):

- resolver os desequilíbrios territoriais existentes, por forma a promover uma rede urbana mais equilibrada, de acordo com a teoria dos lugares centrais de Christaller;
- travar a expansão indesejada das áreas metropolitanas, de modo a solucionar alguns dos graves problemas que estas enfrentavam; e

- favorecer o aparecimento de pólos de desenvolvimento regional, capazes de infundir dinâmicas de desenvolvimento aos seus espaços rurais envolventes, seguindo os pressupostos da teoria difusionista de Perroux.

O objectivo da descentralização veio a concretizar-se com a industrialização das áreas peri-urbanas, de que são exemplo os clusters industriais da Terceira Itália e, no caso português, os complexos industriais nas zonas peri-urbanas do Minho e de Aveiro. As dinâmicas espaciais de desenvolvimento verificaram-se, contudo, entre cidades e não entre cidades e a sua periferia, como era esperado, revelando uma ineficiência das políticas adoptadas. As cidades aumentavam, assim, de dimensão, mas fortaleciam-se os contrastes entre o centro e a periferia e acentuavam-se as fugas ao congestionamento urbano.

No entanto, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a par da redução dos custos relativos de transporte de produtos e mercadorias e da massificação do uso privado de automóveis, criam oportunidades para uma nova deslocalização geográfica da produção e de pessoas para o meio rural (Courtney e Errington, 2003; Krugman, 1995; Hansen, 1988). As cidades de menor dimensão deixam de ser rotuladas de centros hierárquicos de baixa ordem ou recipientes passivos de tecnologias ultrapassadas e dispensadas pelas grandes áreas metropolitanas, para passarem a ser potenciais focos de desenvolvimento das oportunidades proporcionadas pela descentralização tecnológica. Os anos 80 trazem também uma nova geração de políticas regionais com importantes efeitos na forma de encarar o papel dos centros urbanos de menor dimensão no processo de desenvolvimento regional e urbano. Courtney e Errington (2003) realçam a atractividade das pequenas cidades na captação de investimentos públicos para a diversificação das economias rurais em três aspectos:

- capacidade de se desenvolverem economicamente, conservando as qualidades naturais do campo, assegurando que novas construções fiquem restritas aos centros urbanos já existentes e reduzindo a necessidade das migrações pendulares diárias dos locais;
- concentração de capacidades humanas e institucionais para gerir iniciativas de desenvolvimento; e
- possibilidade de geração de economias de aglomeração e posterior difusão dos efeitos positivos no emprego e no rendimento para as áreas rurais envolventes.

Partindo da avaliação das capacidades destas localizações para o desenvolvimento e a inovação, as pequenas e médias cidades surgem, assim, como os centros regionais capazes de revitalizar as zonas rurais em declínio.

2.2 As pequenas e médias cidades na agenda política europeia e nacional na óptica de um desenvolvimento regional integrado

Antes de mais, torna-se pertinente definir cidades pequenas e cidades médias, ainda que a questão principal se coloque nestas últimas.

A União Europeia (EU) considera cidades médias as compreendidas entre os 100.000 e 250.000 habitantes mas, de uma forma geral, os estudos realizados no âmbito desta temática consideram valores inferiores a esta divisão (Costa, 1999a). As diferenças surgem entre autores e também entre os vários países, reflexo da diversidade de conceitos de urbano, dos diferentes graus de urbanização, da realidade de cada país e da evolução do conceito de cidade média ao longo dos últimos anos, consequência dos próprios processos de transformação na ocupação e na organização do território e dinamismo do sistema urbano. Esta situação é reveladora da insuficiência dos critérios meramente demográficos na designação de uma cidade como sendo de média dimensão. Autores como Lajugie e Toinard (citados em Costa, 1999a) referem a necessidade de se considerarem factores como as funções desempenhadas e o lugar que ocupam na rede urbana do país (Lajugie) e as características culturais e sociais das cidades (Toinard). Gault (citado em Avelino, 1999) introduz a dimensão relacional e interactiva das cidades, considerando-as espaços de relações entre cidades e entre cidades e regiões.

Em Portugal, a classificação de cidades médias reúne consenso entre diversos autores (Costa, 1999a; Ferrão e Marques, 2003), que consideram que, face à hierarquia urbana nacional, deverão ser consideradas cidades de média dimensão todos os aglomerados urbanos não metropolitanos superiores a 20.000 habitantes. Se fossem adoptados os critérios europeus, seriam 3 as cidades com mais de 100.000 habitantes (Lisboa, Porto e Amadora), sendo que duas correspondem às áreas metropolitanas nacionais, pelo que, efectivamente, à escala europeia “Portugal não possui verdadeiras cidades médias” (Ferrão

e Marques, 2003, p. 21). Uma adaptação à realidade nacional é, pois, necessária e fundamental.

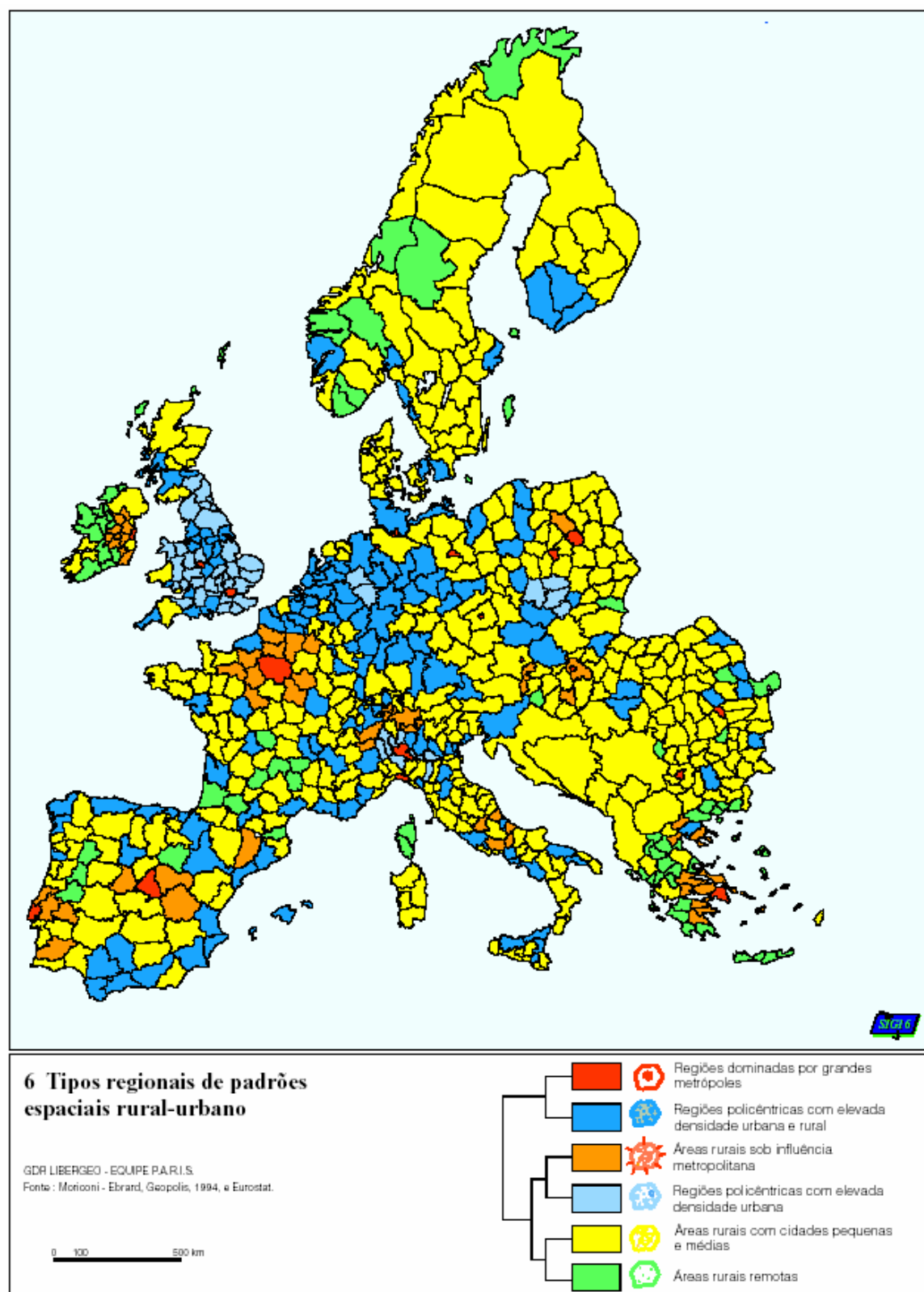
Tal como foi referido, se no princípio do século XX a população europeia era predominantemente rural, actualmente observa-se uma realidade completamente inversa, estimando-se que 80% da população da UE viva em cidades, característica que faz da Europa o continente mais urbanizado do mundo. Este facto reflecte o papel preponderante e fundamental dos aglomerados urbanos no processo do crescimento económico dos países europeus, como centros catalisadores de recursos económicos, físicos e intelectuais. Deste modo, as cidades são verdadeiros motores da economia, permitindo à UE a manutenção de uma forte posição económica a nível mundial, ao mesmo tempo que oferecem condições favoráveis à sustentação de níveis elevados de qualidade de vida.

No entanto, apesar da prosperidade, o território europeu enfrenta também problemas e desafios de várias ordens. De acordo com publicações oficiais da Comissão Europeia (CCE, 1999a, 1999b, 2004), são evidentes os desequilíbrios territoriais na distribuição dos centros urbanos entre o centro e a periferia da UE. A área central da UE regista uma forte concentração da população e das actividades económicas, situação que, em números, se traduz em 18% da área territorial, dois quintos da população e quase metade do PIB total da UE15, resultando não só na sobrepopulação e congestionamento nesta região, como no despovoamento e fragilização económica nas áreas mais periféricas. Assim, enquanto as principais conurbações urbanas apresentam problemas de congestionamentos vários, poluição, desemprego e exclusão social, muitas zonas rurais não possuem ainda dotações adequadas em infra-estruturas, tais como redes de transportes, eficientes serviços de abastecimento de água e saneamento e acesso às TIC, entre outros. A nível de cada estado-membro, permanecem profundos desequilíbrios entre as principais áreas metropolitanas e o resto do país, e a nível regional persistem disparidades que se prendem com o grau de integração territorial das zonas rurais com as cidades vizinhas de pequena e média dimensão.

Uma análise das redes de cooperação entre os centros urbanos e entre estes e as zonas rurais² (CEC, 2002) divide as regiões europeias em seis diferentes categorias: as dominadas por uma vasta área metropolitana; as regiões urbanas densamente povoadas, com um desenvolvimento económico policêntrico disperso; as regiões com uma elevada densidade populacional nas áreas urbanas, mas que incluem áreas rurais com um desenvolvimento policêntrico; as zonas rurais que se encontram sob influência de uma área metropolitana; as zonas rurais com pequenas e médias cidades e as zonas rurais remotas (Mapa 2.1).

Como é possível observar da leitura do mapa, predominam as situações de áreas rurais com cidades pequenas e médias, seguidas de regiões policêntricas com elevada densidade urbana, remetendo para a importância do potencial económico das cidades de menor dimensão para a revitalização das zonas rurais em declínio. Conjugas as potencialidades urbanas dos centros de pequena e média dimensão pode ser, muitas vezes, o único meio de obter uma massa crítica de agentes económicos suficiente para assegurar a viabilidade das actividades instaladas, o que se torna uma tarefa extremamente árdua quando as cidades actuam de forma isolada. É neste sentido que as novas funções e as novas redes urbanas podem ter uma grande influência na evolução de algumas regiões, com a união de esforços entre cidades, por exemplo, no desenvolvimento de acções complementares ou na utilização conjunta de equipamentos e serviços. Cidade e campo tornam-se espaços complementares e não espaços concorrentes, e o futuro das zonas rurais fica cada vez mais ligado ao desenvolvimento das cidades.

² A tipologia europeia de áreas urbanas e rurais é função de critérios demográficos: são áreas urbanas as que possuem uma densidade populacional superior a 500 habitantes por km² e uma população total de pelo menos 50.000 habitantes; são áreas rurais as de densidade inferior a 100 habitantes por km².



Fonte: CCE (2002). Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social.

Mapa 2.1- Tipos regionais de padrões espaciais rural-urbano

Ao nível político, a inclusão da problemática das cidades na agenda comunitária como instrumento estratégico de fundamental importância no desenvolvimento da sociedade surge em 1990, com o Livro Verde sobre o Ambiente Urbano, uma publicação da iniciativa da Comissão Europeia. Ainda que com uma vertente marcadamente ambiental, este documento realiza um primeiro diagnóstico dos problemas ambientais com que se defrontam as cidades europeias, mas coloca também em evidência a importância de um ambiente de qualidade e níveis elevados de atractividade para a competitividade das cidades e o seu consequente papel dinamizador do desenvolvimento. Na sequência deste Livro Verde foi constituído, em 1991, um grupo de peritos em ambiente urbano, que veio a apresentar cinco anos depois um importante relatório sobre «Cidades Europeias Sustentáveis», que colocou em destaque a complexa questão da sustentabilidade na era das cidades globalizadas, com tudo o que este nova vertente do desenvolvimento implica.

Em 1998, a Comissão Europeia apresentou uma comunicação ao Conselho e ao Parlamento, relativa ao «Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um quadro de acção», a que se seguiu, um ano depois, uma nova proposta intitulada «Quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável». Com estes documentos, a Comissão pretendia avaliar o impacto urbano das políticas comunitárias e também criar um quadro de apoio a cidades que pretendessem evoluir no sentido de um desenvolvimento sustentável.

Considerando a capacidade limitada da Comissão Europeia de se envolver nas questões de ordenamento do território de cada estado-membro, foi encetado um longo processo de reflexão pelos ministros responsáveis, que resultou, em 1999, no Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), actual documento orientador do modelo de desenvolvimento espacial da UE.

Com o EDEC, propõe-se um novo modelo de desenvolvimento territorial no espaço europeu, assente num sistema urbano policêntrico e equilibrado. A criação de uma estrutura urbana policêntrica implica um “desenvolvimento territorial com vários centros de gravidade urbanos a nível europeu e um elevado número de cidades dinâmicas e de aglomerados urbanos, bem distribuídos por todo o território europeu, incluindo as regiões mais periféricas e rurais da UE” (CCE, 1999b, p. 31).

Com este modelo de desenvolvimento espacial, pretende-se, não só favorecer unicamente a simples ligação da periferia ao centro através de novas infra-estruturas viárias e de transportes, mas também:

- criar diversas zonas de integração económica mundial, dotadas de serviços de nível superior de importância mundial (fora do centro da UE);
- reforçar a rede urbana de áreas metropolitanas e de grupos de cidades, apoiada pela melhoria das ligações entre as redes de transporte nacionais e internacionais, por um lado, e as redes regionais e locais, por outro;
- promover estratégias integradas de desenvolvimento urbano em cada estado-membro que englobem as cidades de menor dimensão situadas em regiões rurais, economicamente mais débeis e com menor densidade populacional; e
- reforçar a cooperação temática (transportes locais, associações entre universidades e centros de investigação, gestão do património cultural, integração dos novos emigrantes) no seio de redes transfronteiriças e transnacionais que envolvam os países da Europa do Norte, do Leste e da Bacia Mediterrânica.

Neste sistema urbano policêntrico europeu, só as cidades de pequena e média dimensão são capazes de oferecer infra-estruturas e prestação de serviços às actividades económicas das zonas rurais mais débeis da UE e de facilitar o acesso aos mercados de trabalho.

Uma ressalva deve ser feita ao relatório *O Futuro do Mundo Rural*, que já em 1988 afirmava que tomar em consideração o objectivo do desenvolvimento rural no âmbito da política regional significava, antes de mais, “não concentrar todo o esforço de desenvolvimento em alguns grandes pólos centrais da actividade económica, mas favorecer o desenvolvimento de um maior número de centros intermédios (“subpólos”), bem distribuídos no território” (CCE, 1988, p. 12) [sublinhado original]. Em 1999, o EDEC concretiza esse ideal, atribuindo às pequenas e médias cidades nas zonas rurais o papel de “pólos de desenvolvimento das actividades industriais e de serviços, da investigação e da tecnologia, do turismo e do lazer” (CCE, 1999a, p. 26).

Estes centros de menor dimensão têm a missão de se constituírem como pontos fulcrais para o desenvolvimento rural, uma tarefa que tem como pressuposto o princípio de que a prosperidade da periferia rural depende da competitividade das suas cidades. Por sua vez,

esta depende de uma política de diversificação e melhoria das bases económicas, do ambiente e das infra-estruturas de serviços urbanos (formação, cuidados de saúde, espaços verdes, etc.), tendo em vista aumentar o seu potencial de atracção para os investimentos. A aposta europeia para um desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável estará no investimento nas pequenas e médias cidades como veículos de desenvolvimento para as suas áreas rurais envolventes, através da distribuição espacial de efeitos multiplicadores de emprego e rendimento.

No entanto, as pequenas e médias cidades, tal como as zonas rurais, não são economicamente homogéneas. Fenómenos como a expansão da globalização das actividades económicas, o aumento significativo da mobilidade da população e a chegada das novas tecnologias da informação e comunicação, são factores que não permitem que se assegure que os benefícios de iniciativas de desenvolvimento económico nestes centros urbanos se vão repercutir nas suas respectivas áreas envolventes (Courtney e Errington, 2003). Segundo estes autores, a expansão da actividade económica pode simplesmente levar ao aumento das importações e dos fluxos migratórios com outras regiões ou outras cidades, e trazer poucos benefícios às áreas rurais. Daí que o seu desempenho como pólos de desenvolvimento seja bastante dependente da natureza das ligações económicas entre estas cidades e as suas áreas envolventes.

Em Portugal, a temática da requalificação urbana começou a ganhar relevo a partir do segundo Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), vigente no período 1994-1999, com uma intervenção operacional dedicada ao «Ambiente e Revitalização Urbana». Os objectivos prendiam-se com a melhoria da qualidade ambiental nos grandes centros urbanos e a reabilitação de zonas degradadas, objectivos estes que não foram completamente realizados.

Em 1994, lançou-se também o Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB), que tinha por finalidade a «Valorização das Cidades Médias» e a «Valorização dos Centros Urbanos da Rede Complementar». Foram eleitas trinta e oito cidades médias, pelo despacho 55/94 de 27 de Maio, a que se acrescentaram mais duas cidades em 16 de Setembro do mesmo ano (despacho 84/94), totalizando um total de quarenta cidades (Anexo 2). A elegibilidade destas cidades não teve apenas em consideração o critério demográfico, uma vez que foram escolhidas cidades com dimensões inferiores a 20.000 habitantes – Barcelos, Tomar e

Abrantes, mas entrou em linha de conta com as características funcionais e as estratégias de desenvolvimento apresentadas pelas cidades que se candidataram ao Programa. De acordo com o primeiro despacho, as cidades médias deveriam constituir centros alternativos às áreas metropolitanas, centros susceptíveis de actuar como catalisadores do desenvolvimento das suas áreas envolventes, centros estruturantes de espaços sub-regionais com graus consideráveis de coesão e de autonomia e, por último, centros com capacidade para desempenhar um papel significativo no âmbito das redes internacionais de cooperação e intercâmbio. Foi um programa que também teve as suas limitações, principalmente de ordem financeira, mas que teve o mérito de conduzir a uma reflexão estratégica por parte das cidades sobre o seu papel no desenvolvimento da região e do país, que culminava com a elaboração de Planos Estratégicos. Em algumas cidades chegaram-se, inclusivamente, a criar Gabinetes de Cidades constituídos pelos principais actores locais, o que contribuiu para uma melhor definição dos objectivos de desenvolvimento a atingir.

Posteriormente, o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 (PNDES), veio acrescentar uma maior importância ao papel desempenhado pelas cidades no processo de desenvolvimento nacional, enquanto elementos mobilizadores e fortalecedores da competitividade do espaço territorial. Um dos eixos de intervenção instituídos por este plano preconizava medidas integradas para a melhoria do ambiente urbano, nomeadamente ao nível do urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde e telecomunicações, com participações públicas e privadas e com recurso à subsidiariedade³.

O terceiro PDR, relativo a 2000-2006, vem consolidar estas orientações e criar as bases para a construção de um programa de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades – Programa Polis, actualmente em vigor. Este programa tem por objectivo melhorar a qualidade de vida nas cidades, aumentando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que revelam um papel significativo na estruturação do sistema urbano nacional. Por forma a que as intervenções do programa possam ter uma escala significativa e um efeito demonstrativo no país, foi escolhido um número limitado de cidades revelador de uma tipologia de intervenções, da qual se destaca, para o interesse da presente

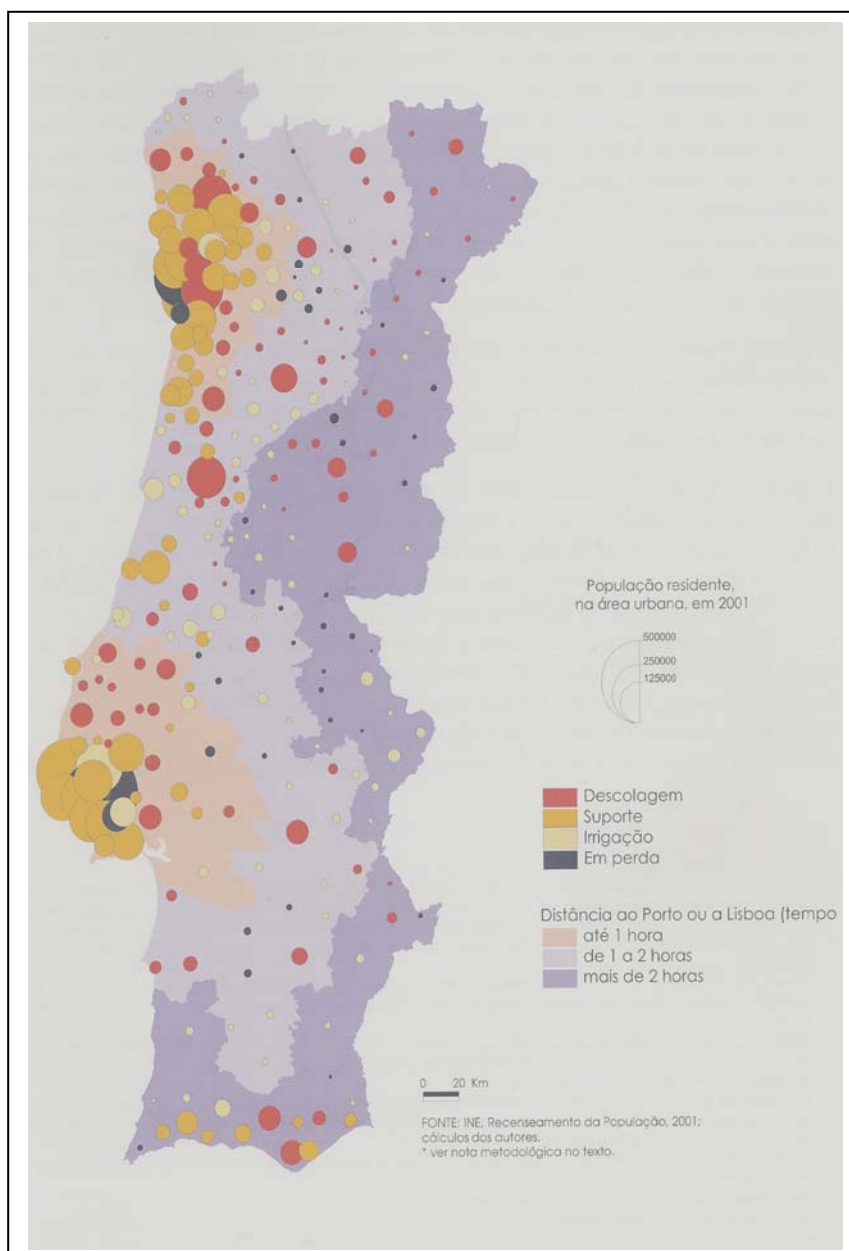
³ Princípio da Subsidiariedade – primado da descentralização racional dos processos de decisão, por forma a repartir as competências numa cadeia de actuação política desde o nível local ao da nível da UE e entre a esfera privada e a do Estado.

dissertação, a “valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional”. Com este objectivo específico, confirma-se a importância actual da procura de centros urbanos de pequena e média dimensão capazes de dinamizar desenvolvimento nos seus espaços envolventes.

No seguimento destas orientações estratégicas e a propósito da integração dos espaços urbanos e rurais no espaço português, não deixa de ser relevante referir uma avaliação da integração local das aglomerações urbanas em Portugal, medida em termos de evolução da população residente nas áreas urbanas entre 1991 e 2001, realizada no âmbito do estudo do Sistema Urbano Nacional (Ferrão e Marques, 2003) pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). Por forma a estimar as relações que se estabelecem entre as várias aglomerações do sistema urbano do país com o território em que se inserem, partiu-se da análise das dinâmicas populacionais do centro urbano e da parte restante do concelho, identificando-se uma tipologia de integração local que se traduziu em quatro situações distintas:

- descolagem da aglomeração urbana face ao território envolvente (evolução positiva da população urbana e evolução negativa ou estagnação da população do resto do concelho): *descolagem*;
- crescimento da aglomeração urbana suportado pelo território envolvente (evolução positiva da população urbana e da população do resto do concelho): *suporte*;
- irrigação potencial do território envolvente a partir da aglomeração urbana (estagnação da população urbana e evolução negativa ou estagnação da população do resto do concelho): *irrigação*;
- dinâmicas de perda tanto da aglomeração urbana como do território envolvente (evolução negativa da população urbana e da população do resto do concelho): *em perda*.

Geograficamente, o Mapa 2.2 identifica estas quatro situações possíveis:



Fonte: Ferrão, J. e Marques, T. S. (2003).

Mapa 2.2 - Tipologia de integração local das aglomerações urbanas (1991-2001)

Numa leitura breve e sumária, claramente ressalta um número considerável de casos de descolagem face ao território envolvente nas cidades junto das áreas metropolitanas do Porto e Lisboa e dispersos por todo o interior nacional. Esta é uma situação negativa que sugere o predomínio de relações inter-urbanas em prejuízo dos processos de integração local e, “consequentemente, o peso insuficiente da função de intermediação por parte deste tipo de aglomerações” (p. 36). Em relação às situações mais sustentadas de desenvolvimento (*suporte e irrigação*), estão também concentradas nas duas áreas

metropolitanas, mas acompanhadas de uma presença importante na região do Algarve. Por último, os casos *em perda* localizam-se, essencialmente, nos concelhos centrais de ambas as regiões metropolitanas e ainda um pouco espalhados pelo interior do país, com uma pequena concentração na região central duriense. Do quadro conjunto retira-se que o interior do país se encontra, declaradamente, em desvantagem, nomeadamente no que concerne à utilização de aglomerações de pequena e média dimensão que possam desempenhar o “papel, insubstituível, de catalisadores de desenvolvimento local e regional” (p. 36).

Esta análise não deixa de ser bastante interessante, contudo, *per se*, é passível de conduzir a dois cenários: um primeiro, mais incisivo, que colocaria à margem das estratégias de desenvolvimento as cidades que não apresentassem dinâmicas positivas de base urbana e territorial, um cenário que eliminaria praticamente todas as cidades de pequena e média dimensão do interior de Portugal; e um outro, de sentido oposto, que induziria a um esforço de investimento em infra-estruturas físicas, sociais e humanas em todos os centros urbanos com tipologias negativas, de modo a contrariar estas tendências de sentido decrescente. Resta saber, na situação de se optar por este último cenário, se uma intervenção desta natureza produzirá efeitos positivos de crescimento económico e demográfico no território onde estes centros urbanos se integram? Só uma análise das ligações económicas entre a cidade e os seus espaços envolventes permite dar resposta a esta questão.

2.3 O contexto teórico do desenvolvimento local aplicado às Pequenas e Médias Cidades e ao Turismo

O reconhecimento do papel motor das cidades no crescimento económico dos países, como formas privilegiadas de assegurar a prestação de serviços às populações, de integrar mercados e garantir qualificações e de fomentar a inovação e a difusão de conhecimentos (Lobo, 1997, p. 62), exige, a nível político, a criação de condições que promovam um crescimento equilibrado das redes urbanas no conjunto do território da UE que “permitam às cidades e às regiões complementarem-se e cooperarem” (CCE, 1999a, p.22). Suportar os custos, quer da concentração, quer do isolamento, implica uma afectação suboptimizada de recursos e menores níveis de eficiência e competitividade económica (CCE, 2004), logo,

impõe-se a necessidade de se instituírem políticas para prevenir um possível aumento das disparidades regionais de desenvolvimento.

A integração económica estabelecida nos princípios da União Económica e Monetária da UE, ainda que revele algum sucesso na convergência entre estados-membros, parece não ser suficientemente forte para conduzir à plena convergência regional dentro das economias nacionais. Pelo contrário, as estatísticas europeias comprovam a progressão das assimetrias regionais no interior dos respectivos estados-membros (CCE, 1999a; Eurostat, 2002a, 2002b).

A identificação das causas para as disparidades regionais de desenvolvimento não reúne consenso entre os economistas, mas avanços recentes sobre as teorias de crescimento regional permitem distinguir dois grupos teóricos principais: de um lado, os modelos neoclássicos e, do outro, os modelos cumulativos. Os primeiros sublinham a influência de factores, quer do lado da oferta (mão-de-obra, stock de capital e progresso técnico), quer do lado da procura no processo de crescimento económico (Armstrong e Taylor, 2000, classificam os modelos que colocam em evidência o papel da procura no crescimento como um terceiro grupo – os modelos keynesianos). Os modelos cumulativos colocam em destaque as economias de escala externas das indústrias (economias de localização e economias de aglomeração ou urbanização) que vêm conferir uma natureza circular e cumulativa ao processo de crescimento económico.

A utilização das pequenas e médias cidades na afirmação de um desenvolvimento territorial equilibrado e integrado sugere uma abordagem pelo lado da procura que articula a teoria dos pólos de crescimento (modelos cumulativos) com a teoria de base económica (modelos neoclássicos): pequenas e médias cidades devem constituir-se como pólos de crescimento sustentado para as suas áreas envolventes e, adicionalmente, consolidar-se como meios de promoção de uma integração supra-regional, favorecendo relações económicas com o exterior capazes de dinamizar a competitividade da produção e do emprego locais.

2.3.1 A teoria dos pólos de crescimento e as pequenas e médias cidades

Antes de iniciar qualquer referência à teoria dos pólos de crescimento e à sua aplicação às pequenas e médias cidades, torna-se prudente aludir ao sentimento de descrédito e alguma rejeição com que a mesma é encarada no campo do planeamento económico

regional, face à ausência de um número aceitável de exemplos de sucesso de implementação de políticas inspiradas nesta teoria. No entanto, vai procurar justificar-se que, complementada com outros instrumentos de política económica, a estratégia dos pólos de crescimento pode favorecer o desenvolvimento local.

O conceito principal por detrás da noção de pólos de crescimento consiste na capacidade de um centro económico (urbano, industrial, etc.) transferir crescimento para a sua área envolvente ou *hinterland*. A teoria parte do princípio que os efeitos de dispersão que irradiam de centros de actividade económica transmitem impulsos de crescimento a outros pontos no território, que conseguem ultrapassar os efeitos de polarização ou reabsorção pelo próprio centro. Deste modo, os investimentos devem concentrar-se em pólos específicos e adequados que favoreçam a propagação dos efeitos multiplicadores no espaço, sendo que a capacidade de arrastamento das indústrias será tanto maior quanto maior for o grau de interdependência com outras indústrias. No início do processo de desenvolvimento, o investimento é concentrado num único centro que beneficia de efeitos cumulativos como economias de localização e economias de aglomeração, acentuando as assimetrias entre o centro e a periferia. Numa fase posterior, a difusão do conhecimento, da informação e inovações geradas produz efeitos que anulam a acção polarizadora, ou seja, uma descentralização progressiva no centro intervém em benefício da periferia (Rego, 1998).

As economias de escala resultantes dos pólos de crescimento têm por base a proximidade espacial de actividades económicas relacionadas e dividem-se em economias de localização (economias externas à empresa e internas à indústria) e economias de aglomeração (economias externas à indústria e internas à economia local) (Armstrong e Taylor, 2000).

As economias de localização foram reconhecidas por Alfred Marshall em 1920 e correspondem a ganhos de produtividade que resultam da proximidade ou concentração geográfica de uma indústria ou de um conjunto de empresas do mesmo sector de actividade numa mesma localização. Estes ganhos de produtividade traduzem-se no aumento da eficiência, na minimização dos custos de transporte e distribuição, na especialização produtiva, na promoção da investigação e inovação e na criação de um mercado de mão-de-obra qualificada. Economias de aglomeração ou urbanização são as que decorrem da proximidade geográfica de um grande número de actividades económicas e traduzem-se

em facilidades de transporte urbano, mercados de trabalho bem organizados e disponibilidade de trabalhadores com diversos tipos de qualificações, facilidades de acesso a serviços públicos, financeiros, contabilísticos, etc., e actividades culturais e recreativas que atraem trabalhadores de quadros superiores.

A teoria dos pólos de crescimento é inspirada nos trabalhos do economista francês François Perroux, que na década de 50 detectou a existência de fenómenos assimétricos de crescimento causados pela concentração de actividades industriais dominadas por uma indústria motriz ou indústria chave, que funcionava como motor de desenvolvimento económico para as restantes indústrias:

“A amarga verdade é esta: o crescimento não aparece em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos terminais sobre o conjunto da economia.” (Perroux, 1955/1975, p. 7)

Acreditando que a canalização de investimentos para um número limitado de centros satisfaria a condição necessária ao desenvolvimento (que se confiava estar associado, num sentido causal, a tendências de concentração e polarização), muitos governos, nas décadas de 60 e 70, encetaram esforçadas tentativas para aplicar a estratégia dos pólos de crescimento nos seus países, apoiados no entusiasmo do meio académico nesta nova teoria (Parr, 1999a).

De facto, após a descoberta inicial de Perroux, o conceito de pólo de crescimento foi desenvolvido posteriormente por autores como Hansen, Boudeville, Hirschman, Hermansen e Friedmann (citados em Errington e Courtney, 2003; Friedmann, 1975), destacando-se o empenho de Jaques Boudeville na aplicação regional dos pólos de crescimento em França, através de investimentos regionais em serviços públicos e incentivos financeiros à indústria privada. Seguiram-se diligências idênticas por parte de outros académicos em países como o Chile, Peru, Venezuela, Colômbia, Bolívia, Argentina, Brasil, México, Canadá, Índia, Polónia e Suécia, entre outros, fazendo crer que, efectivamente, a teoria dos pólos de crescimento emergia como uma verdadeira doutrina do planeamento económico nacional (Meardon, 2001). Friedmann (1975) atribuiu, inclusive, cinco papéis possíveis ao desenvolvimento dos pólos de crescimento: incorporação efectiva dos recursos regionais não controlados na economia nacional;

integração da economia através do território nacional; retardação da velocidade de crescimento das regiões-chave excessivamente grandes; melhoramento dos níveis de vida das áreas subdesenvolvidas; e estimulação do desenvolvimento rural.

Paralelamente, outros autores, dos quais novamente se distinguia Boudeville, sustentavam que o sucesso da implementação planificada destes pólos dependeria ainda da magnitude dos efeitos multiplicadores do tipo Leontieff resultantes das ligações económicas a montante e a jusante entre os pólos e as áreas envolventes (Errington e Courtney, 2003). Os efeitos positivos directos, indirectos e induzidos do crescimento da actividade económica dos pólos que se estendiam à sua zona de influência corresponderiam aos designados *spread effects* identificados por Gunnar Myrdal (anos 50), significando o impacto positivo da área original sobre a sua periferia, derivado da procura de recursos endógenos da primeira sobre a segunda e da transferência de competências e espírito empresarial no sentido inverso. Mas Myrdal chamava também a atenção para os *backwash effects* - impactos negativos - que resultavam destas estratégias de desenvolvimento, designadamente a geração de desequilíbrios espaciais que tenderiam a agravar-se cumulativa e irreversivelmente, e por isso esbatendo os *spread effects* (Santos, 2002). Contudo, estas preocupações não foram tidas muito em consideração pelos responsáveis do planeamento regional de então, servindo a estratégia dos pólos de crescimento de palco para a resolução de uma diversidade de problemas regionais, como exaustivamente Parr (1999a) enunciou:

- *revitalização de áreas deprimidas*, caracterizadas por elevado desemprego, baixos rendimentos per capita e níveis reduzidos de qualificação da força de trabalho – a estratégia consistia em criar uma estrutura espacial mais competitiva para a região, ao nível da oferta de mão-de-obra;
- *desconcentração regional*, relativamente a uma área metropolitana que dominava toda a região em termos de emprego e população e que sofria já de externalidades negativas;
- *modificação dos sistemas urbanos nacionais*, colocando a ênfase nos centros urbanos de dimensão intermédia, que interceptariam os fluxos migratórios das áreas rurais e das pequenas cidades para grandes áreas metropolitanas e contribuiriam para a diminuição da pobreza rural, através da difusão das inovações e desenvolvimento ao sector rural;

- *redução dos desequilíbrios regionais*, em face do subdesenvolvimento de algumas regiões; e
- *promoção do desenvolvimento rural*, com o objectivo de, por um lado, melhorar o fornecimento de serviços e elevar os níveis de rendimento rurais, através de beneficiações no sistema de transportes, armazenagem e crédito agrícola e, por outro, pelo encorajamento das actividades agrícolas, primárias e com alguma transformação.

Mas, como se veio a verificar, as estratégias dos pólos de crescimento falharam na concretização dos objectivos a que se propuseram, por vários motivos. À parte de uma confusão elementar de não se fazer uma distinção clara entre pólos de crescimento como uma característica natural ou espontânea do espaço económico (tal como foi evidenciado por Perroux) e pólos de crescimento como um elemento chave nas estratégias de melhorar o desempenho do sistema económico regional (pólos planeados ou induzidos), a grande falha destas estratégias assentou na fraca ou até mesmo ausente preocupação com a natureza da actividade económica a implementar nos pólos de crescimento.

Efectivamente, como Parr sublinha (1999b), partiu-se do pressuposto de que qualquer actividade económica poderia ser estimulada nos pólos de crescimento, não existindo, por isso, qualquer selectividade sectorial. Porém, deveriam ser realizadas análises das perspectivas da actividade específica a desenvolver na região problema, de modo a ser possível avaliar a estrutura das ligações económicas entre as indústrias. Só interessaria instalar uma indústria motriz numa dada localização se ela produzisse ligações económicas importantes e suficientes com as restantes indústrias existentes e, adicionalmente, com a região como um todo. Parte da fundamentação lógica da estratégia assentava, precisamente, na convicção de que os efeitos do pólo sobre a sua área envolvente seriam positivos. Estes efeitos corresponderiam, numa lógica keynesiana, aos efeitos multiplicadores do crescimento do pólo que ocorriam no *hinterland* (ou aos *spread effects* identificados por Myrdal), nomeadamente, o aumento dos rendimentos associados à actividade adicional que estas áreas sofriam, por via do aumento da procura local de factores produtivos e matérias-primas (efeitos directos). Por sua vez, novas indústrias e serviços de apoio à nova actividade se instalariam, gerando novos rendimentos (efeitos indirectos inter-indústria) e, por fim, derivado do aumento dos rendimentos dos trabalhadores da nova actividade económica, por via dos salários, verificar-se-ia um

aumento da procura de bens e serviços produzidos localmente, logo aumentando os rendimentos locais (efeitos induzidos). Contudo, o desenvolvimento de indústrias de grandes dimensões, frequentemente provocava a falência das pequenas empresas, menos eficientes, na periferia, que deixavam de ser competitivas no mercado regional. Posteriormente, estas grandes indústrias adoptavam estruturas produtivas verticais, deixando de importar da periferia e logo, privando essa área de oportunidades de emprego, assim como a provável emigração da população para o pólo privava também essas comunidades dos seus elementos mais produtivos, inovadores e empreendedores. E foram, na verdade, estes efeitos negativos ou *backwash effects*, que se sobrepuseram e subverteram os benefícios resultantes das estratégias dos pólos de crescimento e que acabaram por ditar o seu fracasso como um instrumento para o desenvolvimento regional, chegando-se, inclusivamente, à perfeita inversão de uma visão política extremamente confiante da estratégia de provocar desenvolvimento na região (anos 60/70) para uma outra que passou a considerar inevitável a ocorrência de efeitos nefastos (anos 80).

A recuperação da teoria dos pólos de crescimento como uma estratégia possível e válida na promoção do desenvolvimento local terá, obrigatoriamente, que passar pelo conhecimento preciso das actividades económicas do pólo, assim como por análises detalhadas da estrutura espacial das transacções dos agentes económicos entre as cidades e a sua periferia, de modo a descobrir o grau dos efeitos multiplicadores que a realização de determinadas iniciativas ao nível local exercem nas áreas envolventes; pelo reconhecimento dos constrangimentos económicos e técnicos e da disponibilidade de recursos existentes; e, em último lugar, por um exame cuidadoso dos riscos ou probabilidades de sucesso associado a várias ênfases sectoriais e espaciais (Parr, 1999b).

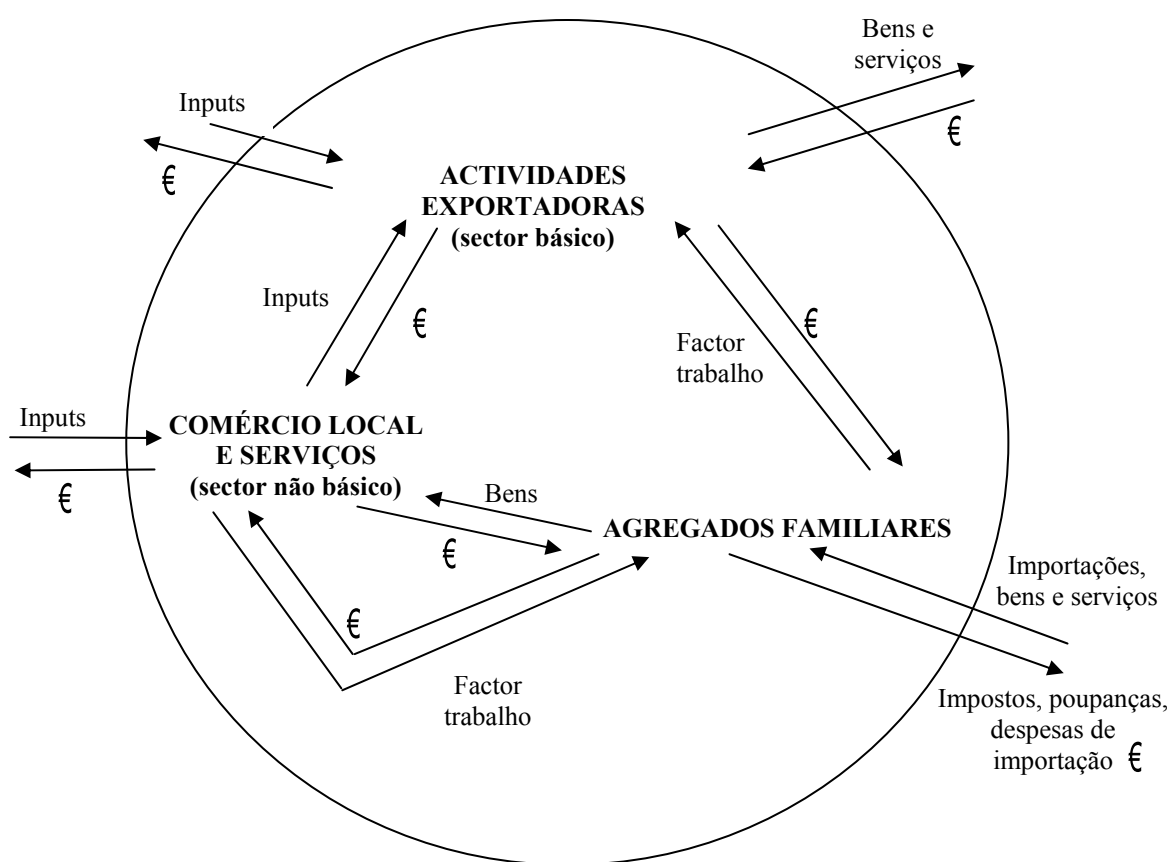
2.3.2 A teoria da base económica

A avaliação da capacidade dos pólos de provocarem desenvolvimento nas suas áreas envolventes pode também ser efectuada à luz da teoria da base económica, uma teoria de inspiração keynesiana que atribui às relações da região com o exterior um papel estratégico na prosperidade económica regional.

A teoria faz depender o volume de produção e de emprego de uma região das suas actividades de exportação que, por um lado, dependem da procura externa e das vantagens comparativas da região, e por outro, induzem o crescimento do emprego e do rendimento das actividades orientadas para a satisfação das necessidades da economia local (Polèse,

1998; McCann, 2001; Costa, Delgado e Godinho, 2002). A teoria divide, igualmente, a economia da região em dois sectores distintos: o sector básico, cuja produção se destina a satisfazer a procura externa (indústrias de base exportadora) e o sector não básico, cuja produção se destina a servir a economia local e é constituído pelas actividades de suporte que derivam da presença das actividades de base (ver Figura 2.1).

À parte de algumas limitações metodológicas que se prendem, essencialmente, com a delimitação de cada um dos sectores, a principal preocupação do modelo da base económica consiste em distinguir, para cada sector, a parte da produção regional que reage, directa ou indirectamente, à procura externa, da parte que reage às necessidades dos locais. Ou seja, procura-se avaliar o impacto de cada unidade monetária despendida na região, do ponto de vista da criação de rendimentos e empregos, e pressupondo sempre que essa entrada se deve à existência de uma actividade básica: conceito de multiplicador, baseado na noção de que a despesa de uns transforma-se no rendimento de outros, onde um aumento do investimento/despesa provocará uma expansão da produção e do emprego (Armstrong e Taylor, 2000).



Fonte: Adaptado de Barkley (2001).

Figura 2.1 - Fluxos de despesa numa comunidade

O conceito de multiplicador implica que cada nova unidade monetária dinamiza outras actividades económicas (não básicas), cujo efeito será tanto maior quanto mais longamente essa unidade monetária permanecer na região e aí ser re-empregue ou re-despendida. De acordo com Polèse (1998), esse poder de retenção dependerá de três factores:

- estrutura económica da região (gama de bens e serviços que produz);
- nível de integração económica (intensidade das trocas entre os agentes económicos); e
- distância entre a região e outras regiões cujas estruturas económicas sejam mais ou menos diversificadas.

Daqui se deduz que uma maior diversificação da base económica e maior grau de integração dos agentes económicos (consumidores e empresas), resulta num maior impacto multiplicador das actividades económicas. A verificarem-se estas condições nas pequenas e médias cidades, reforça-se a sua capacidade de actuarem como pólos de crescimento para as suas áreas envolventes. Contudo, as actividades exportadoras só constituirão fontes de crescimento económico se forem capazes de reter os rendimentos gerados, isto é, se estes rendimentos forem despendidos nas actividades não básicas e, assim, evitar fugas de rendimento.

Esta preocupação com as fugas de rendimento, considerando-as tão importantes para o desenvolvimento local como a própria capacidade de gerar rendimentos externos, está perfeitamente evidente nos trabalhos de Williams (1996), Keane (1997) e Hinderink e Titus (2002). De facto, o crescimento de uma economia local/regional depende, muitas vezes, das actividades orientadas para satisfazer a procura externa e assim atrair rendimentos do exterior. Mas *per se*, estes rendimentos não serão suficientes para o crescimento económico se não existirem actividades orientadas para a satisfação da economia local onde possam ser despendidos, uma vez que o verdadeiro impacto do investimento na economia local depende do montante de despesa que permanece para o próximo ciclo de despesa (em cada ciclo, parte do rendimento recebido pelos agentes económico é gasto em bens e serviços importado de outras regiões). O crescimento não depende, então, apenas da atracção de capitais externos mas também da prevenção de fugas de rendimentos para o exterior. De acordo com Armstrong e Taylor (2000), as fugas de rendimento ocorrem sobre a forma de importação de bens e serviços, pagamento de

impostos não locais sobre importações de bens e serviços e poupanças não investidas localmente. Evidência empírica de diversos estudos sugere ainda que as fugas de rendimento variam de forma inversamente proporcional à dimensão da área em estudo, pelo que quanto menor a dimensão da localidade, maior o grau de fugas de rendimento (Robson, Deas, Tophan e Twomey, 1995).

A teoria de base exportadora coloca em relevo o papel da procura no processo de crescimento, sem contudo ignorar o papel da oferta no espaço económico regional, ao reconhecer a natureza cumulativa que este processo assume. O aumento da procura externa conduz a um aumento da procura de factores produtivos, fazendo elevar o seu preço relativamente a outras regiões. Por sua vez, esta situação favorece a atracção de mão-de-obra e capital de outras localidades, levando a um aumento da procura de bens e serviços produzidos e consumidos localmente, como transportes, serviços pessoais e serviços públicos. Simultaneamente, as indústrias que servem o sector exportador também beneficiam do crescimento económico, estimulando a produção de economias de localização e aglomeração que, a par das economias de escala das indústrias exportadoras, constituem novos estímulos ao sector exportador por via da redução dos custos de produção e distribuição. Com o tempo, as indústrias que servem o sector exportador acabam por ganhar maior independência, constituindo-se também como exportadoras.

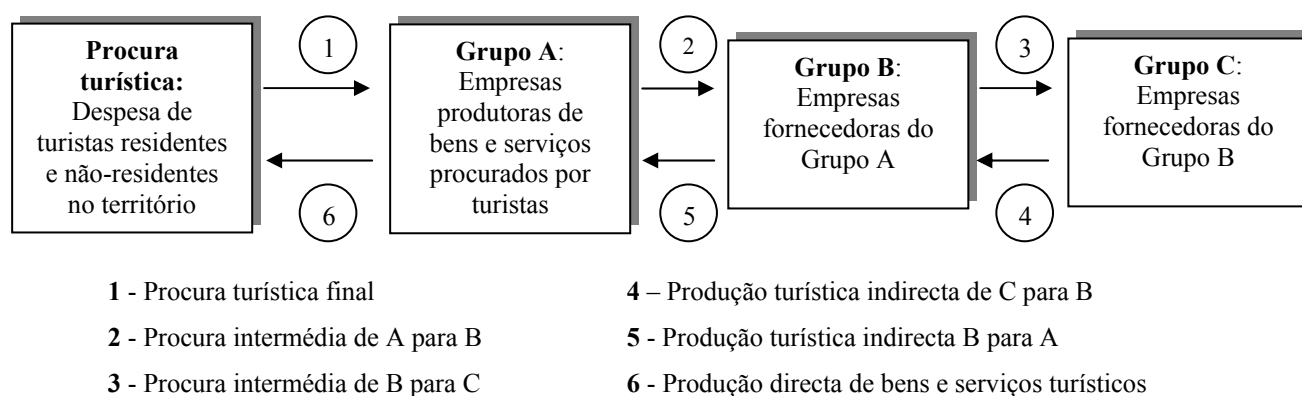
A abordagem do multiplicador regional também tem, no entanto, as suas fraquezas (Armstrong e Taylor, 2000). Se uma economia enfrenta limitações de capacidade (produção e emprego), um aumento da procura externa pouco ou nenhum efeito terá no rendimento local. Os produtores podem responder a esse aumento da procura com um aumento dos preços, em vez de um aumento da produção. Por outro lado, o efeito multiplicador depende, em grande medida, da propensão das empresas locais para adquirir factores produtivos localmente, em vez de os importar de outras regiões. Por sua vez, esta tendência depende também da capacidade da região em fornecer os inputs necessários (diversidade da base económica) e da localização da região face a outros potenciais fornecedores (competitividade). Daqui se pode deduzir que quanto mais diversificada e integrada for a economia regional/local, maior será o multiplicador (Polèse, 1998).

2.3.3 Turismo e desenvolvimento económico

Sendo um sector exportador por natureza, o turismo é actualmente considerado um sector estratégico do desenvolvimento da sociedade, dando origem a importantes efeitos multiplicadores na produção, rendimento e emprego, através da dinâmica que imprime nas relações inter-sectoriais. Como referem Ribeiro (2001), Silva e Perna (2002) e Silva e Silva (2003), o turismo é um sector em estreita relação com os espaços onde se insere, conduzindo à valorização dos recursos endógenos, à melhoria da produtividade das empresas, quer ligadas directamente à actividade turística (alojamento e restauração), quer as das chamadas actividades de suporte (marketing, recrutamento de recursos humanos, etc.), à eficiente gestão dos equipamentos e à própria concertação de políticas. O seu desempenho como fonte de crescimento económico deve-se à realidade transversal do sector, que abrange as dimensões económica, social, cultural e ambiental das áreas onde se insere.

A actividade turística não deixa, no entanto, de gerar efeitos negativos, directa e indirectamente nos seus contextos territoriais (Dias, 2000): sobrevalorização dos preços dos bens e dos imóveis; pressão sobre o ambiente, recursos naturais, patrimoniais e infra-estruturas, em face da concentração espacial da oferta e procura turísticas e também do carácter sazonal da grande maioria dos destinos de turismo; e forte dependência de certas regiões da actividade turística e consequente negligência em relação a actividades económicas tradicionais (como a agricultura), conduzindo à necessidade de importação de bens e serviços que anteriormente eram produzidos localmente. Não obstante os constrangimentos, o turismo é considerado um sector chave/alavanca da economia, “gerando mais valias directas e efeitos multiplicadores que afectam toda a sociedade, desde as áreas de origem, às regiões de trânsito e destino.” (Silva e Perna, 2002, p. 451)

Um esquema simplificado do impacto económico da procura turística pode ser visualizado na Figura 2.2:



Fonte: Adaptado de Roura (2000), p. 17.

Figura 2.2 - Efeitos em cadeia da procura turística

A figura demonstra que a procura de um turista (por exemplo, uma refeição num restaurante) é satisfeita directamente pelas empresas produtoras de bens e serviços habitualmente procurados por turistas (grupo A). Por forma a dar resposta a esta procura, as empresas do grupo A necessitam de se abastecer a outras empresas, as do grupo B que, por sua vez, se abastecem nos fornecedores do grupo C. Desta forma, a procura final de cada turista gera um aumento dos consumos intermédios entre as várias unidades produtivas do sistema económico. No final do processo, a despesa do turista deu origem a um conjunto de ligações inter-sectoriais que multiplicaram o valor económico inicial da despesa efectuada pelo turista: efeito multiplicador do turismo. Ao fluxo 1 correspondem os efeitos multiplicadores directos e aos fluxos 2 e 3 correspondem os efeitos multiplicadores indirectos. Existem ainda os efeitos multiplicadores induzidos (não representados na figura), que se traduzem no aumento da procura de bens e serviços produzidos localmente e consequente aumento do rendimento local, devido ao aumento dos rendimentos dos trabalhadores, gerados directa ou indirectamente pela actividade turística.

Porém, os turistas adquirem, por vezes, bens e serviços que não foram produzidos na economia nacional ou regional, isto é, adquirem bens que foram importados, da mesma forma que alguns consumos intermédios das empresas ligadas directamente ao turismo também são importados, dando assim origem a fugas de rendimento. Por outro lado, as empresas produtoras de bens e serviços habitualmente procurados por turistas também satisfazem a procura de não-turistas, assim como os turistas não adquirem apenas bens e

serviços do grupo A da Figura 2.2, comprando também produtos directamente às empresas dos grupos B e C.

A consideração destes elementos implica aceitar considerações várias, a começar pelo reconhecimento de que as fronteiras económicas do que são actividades turísticas propriamente ditas são difíceis de delimitar. Os impactos económicos do turismo, por sua vez, também não acabam com a simples satisfação directa da sua procura, mas são transmitidos por todo o sistema económico local, regional ou nacional. E por último, mas não menos importante, assumir que as actividades turísticas só serão veículos de desenvolvimento na consolidação de mais valias e acréscimos de competitividade territorial se forem capazes de reter internamente os rendimentos gerados, isto é, se estiverem integradas na economia local ou regional.

Poderão, então, as pequenas e médias cidades que apostam no turismo como estratégia para o crescimento económico local constituir-se como pólos de desenvolvimento para os seus espaços envolventes?

Se, por um lado, o potencial destas cidades para a competitividade dos territórios reside nas suas capacidades de atracção de investimentos e diversificação e melhoria das actividades económicas, por outro, esse potencial depende, essencialmente, da capacidade em reter os rendimentos gerados. As teorias atrás revistas sugerem que o papel das cidades de pequena e média dimensão está directamente relacionado com os níveis de integração económica dos seus agentes. Identificar os agentes que se encontram economicamente mais integrados ao nível local pode fornecer uma indicação de quais as prioridades para a revitalização das actividades económicas e assim assegurar a vitalidade futura das cidades, ao investir nos recursos económicos mais capazes de sustentar o crescimento económico local.

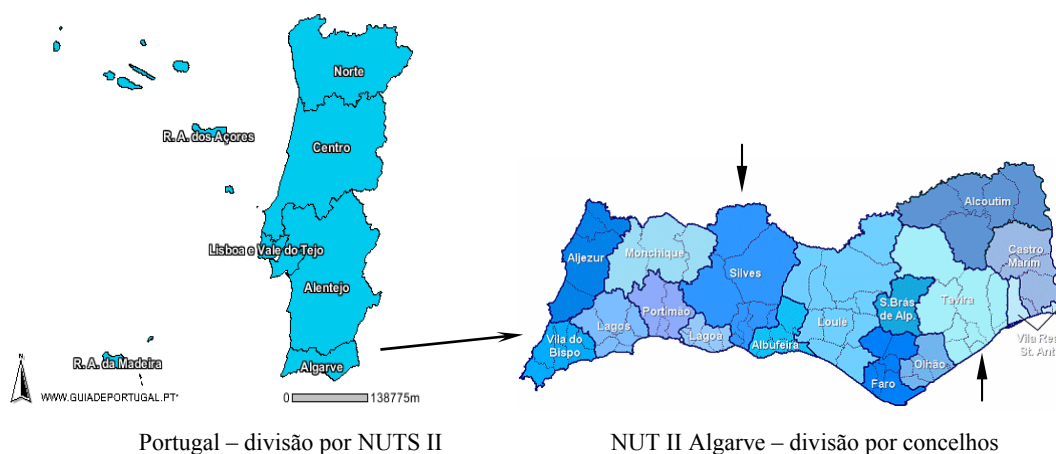
As cidades de Tavira e Silves, duas cidades predominantemente turísticas de pequena dimensão, constituem sedes de concelhos demarcadamente rurais, com fortes tendências de desertificação nas zonas do interior, zonas sem dinamismo que é necessário colmatar. A seguir faz-se uma breve caracterização destes dois concelhos ao nível do sistema urbano, demografia, actividades económicas e intervenções estratégicas de desenvolvimento.

3 Tavira e Silves: um retrato socioeconómico dos concelhos

Com este capítulo pretende-se fornecer um retrato sucinto do perfil urbano, demográfico, social e económico dos concelhos de Tavira e Silves nos últimos anos, tendo sempre como quadro de referência a região onde estes se inserem, o Algarve.

3.1 Enquadramento territorial

As cidades de Tavira e de Silves, sedes de concelho com os respectivos nomes, integram-se na Região do Algarve, no sul de Portugal, uma região que representa 6% da área do território nacional (Mapa 3.1). O concelho de Tavira situa-se na sub-região do Sotavento e o concelho de Silves na sub-região do Barlavento. Em termos de área representam dois dos maiores concelhos do Algarve, situação que lhes permite partilhar fronteiras com um grande número de concelhos. Não obstante a sua dimensão física, ambos os concelhos foram perdendo as dinâmicas de desenvolvimento e de influência que detinham, historicamente, no contexto do Algarve.



Fonte: INE (2002a).

Mapa 3.1- Mapa da região do Algarve e dos concelhos de Silves e Tavira

O concelho de Tavira reparte-se por nove freguesias, de onde sobressaem a cidade de Tavira e as vilas de Cabanas, Santa Luzia e Luz de Tavira. De antiga fundação, Tavira é, essencialmente, uma cidade portuária cuja história se encontra ligada à evolução do seu porto e actividades com ele relacionadas. A actividade piscatória assumiu um papel de

relevo até aos anos 50, data que entrou em crise, juntamente com a indústria a ela ligada. Actualmente, é uma cidade que se pretende afirmar como um destino turístico de qualidade, potenciando o património histórico-cultural e ambiental existente como alavanca para o desenvolvimento desse turismo qualificado (Câmara Municipal de Tavira, 2003).

O concelho de Silves é constituído por oito freguesias, de onde se destacam a cidade de Silves e as vilas de São Bartolomeu de Messines, Pêra e Armação de Pêra. A importância histórica e cultural da cidade de Silves reside no facto de ter sido, de 1189 a 1577, centro cultural do mundo muçulmano, capital do Algarve e sede da diocese algarvia. Graças à vitalidade portuária do seu rio Arade, a cidade conseguiu ainda manter algum protagonismo até ao século XVI. Concelho predominantemente rural, presentemente Silves destaca-se como capital da citricultura e pela presença relativamente significativa do sector corticeiro. Tal como Tavira, pretende distinguir-se no turismo algarvio como um espaço privilegiado da identidade histórica e cultural da região.

3.2 Sistema urbano

Os centros urbanos de Tavira e de Silves fazem parte de um sistema urbano regional composto por 18 centros urbanos que se concentram maioritariamente ao longo da faixa litoral e cuja cabeça do sistema é a cidade capital de Faro, não só pelo facto de ser o maior aglomerado populacional da região (41.307 habitantes em 2001), mas sobretudo por apresentar o maior nível de centralidade¹ do Algarve.

O núcleo urbano de Tavira, com cerca de 12.500 habitantes em 2001, ocupa a quarta posição na hierarquia regional dos centros urbanos (64^a a nível nacional) e actua como centro urbano polarizador para a aquisição de bens e serviços no subsistema urbano do sotavento algarvio conjuntamente com os centros urbanos de Loulé, Olhão e Vila Real de Santo António. O núcleo urbano de Silves que, em 2001, compreendia quase 11.000 habitantes, situa-se na décima posição no sistema urbano regional (121^a a nível nacional) e, conjuntamente com os centros urbanos de Portimão, Lagos e Lagoa, integra um outro

¹ A centralidade representa o grau em que determinado centro urbano exerce funções centrais, isto é, funções mais especializadas ou raras (por exemplo, hospital geral). Quanto maior o grau de especialização das funções urbanas que presta, maior o nível ou índice de centralidade do centro urbano (INE, 2004a).

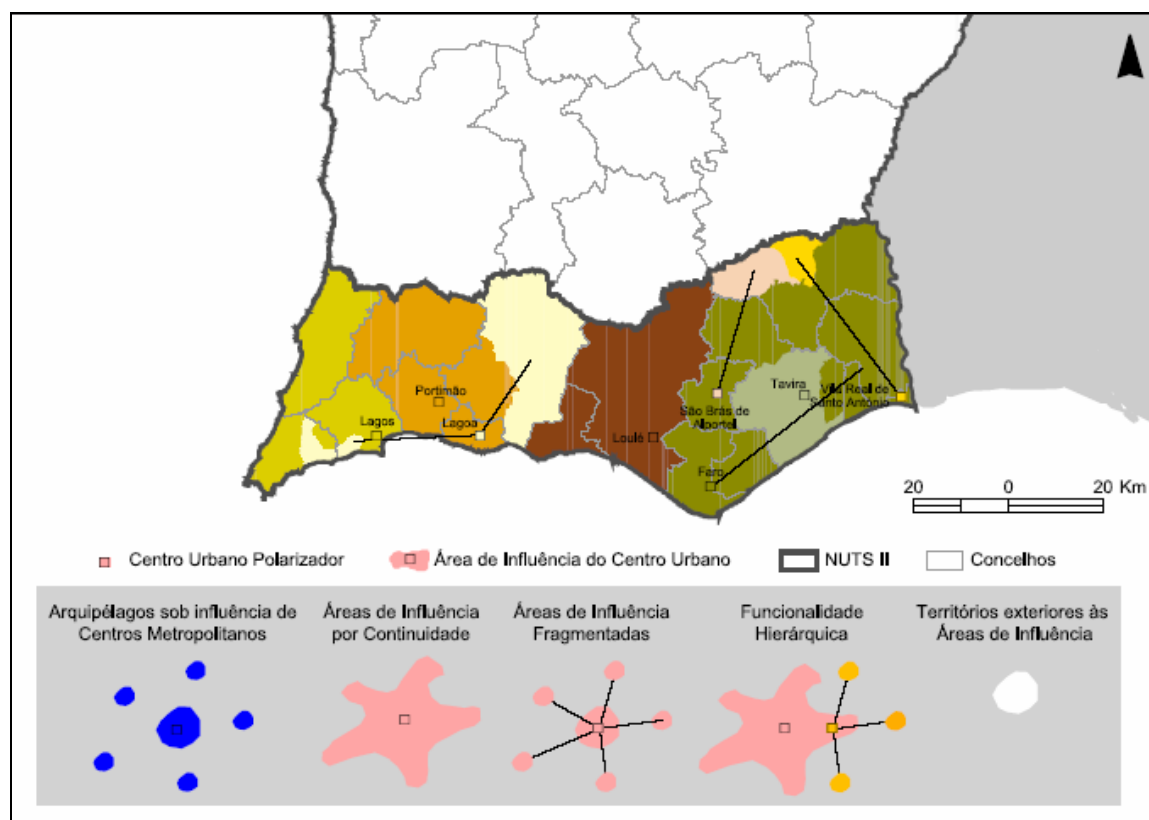
subsistema espacial com fortes fluxos populacionais na zona ocidental do Algarve – o barlavento algarvio (INE, 2004a).

A recente caracterização do sistema urbano nacional realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) permitiu estabelecer uma hierarquia das cidades portuguesas de acordo com nível de centralidade que estas apresentam e desenvolver também um estudo das áreas de influência dos centros urbanos, definidas pelo território que se encontra funcionalmente dependente de um determinado centro urbano para um número delimitado de funções. De acordo com esta definição, quanto maior for o grau de especialização das funções urbanas, menor é o número de centros urbanos susceptíveis de as possuírem e maior é a área de influência do centro urbano que as presta. Pelo contrário, funções de nível inferior (pouco especializadas ou não especializadas) são mais frequentes na generalidade dos centros urbanos e, por isso, conduzem a áreas de influência de menor dimensão. No Anexo 3 pode ser consultada a hierarquia de funções utilizada pelo INE (2004a) para este estudo.

Começando pelas áreas de influência dos centros urbanos para funções muito especializadas² (Mapa 3.2), verifica-se, desde logo, a diferença de situações entre Tavira e Silves. Enquanto que Tavira se apresenta como um centro urbano com uma área de influência por continuidade definida, servindo cerca de 90% da população do concelho com funções muito especializadas, o centro urbano de Silves não exhibe qualquer área de influência, tendo a população do concelho que se dirigir a outros centros urbanos para aceder a funções centrais muito especializadas. Verifica-se, aliás, que o próprio concelho de Silves se reparte em duas situações distintas: a freguesia de Silves está sob a área de influência da cidade de Portimão, ao passo que as restantes freguesias do concelho fazem parte da área de influência de Lagoa (um centro urbano que apresenta uma área de influência fragmentada).

Como é possível observar, o raio de influência da cidade de Tavira não chega a abranger a totalidade do concelho, ficando a freguesia de Cachopo sob a área de influência de outro centro urbano (Faro), contudo, é possível afirmar que as populações da área de influência de Tavira estão bem servidas pelo conjunto de funções muito especializadas que a cidade disponibiliza, uma vez que não se deslocam a outros centros urbanos para obter essas mesmas funções.

² São exemplos de funções muito especializadas os serviços de um hospital geral e centro de emprego.



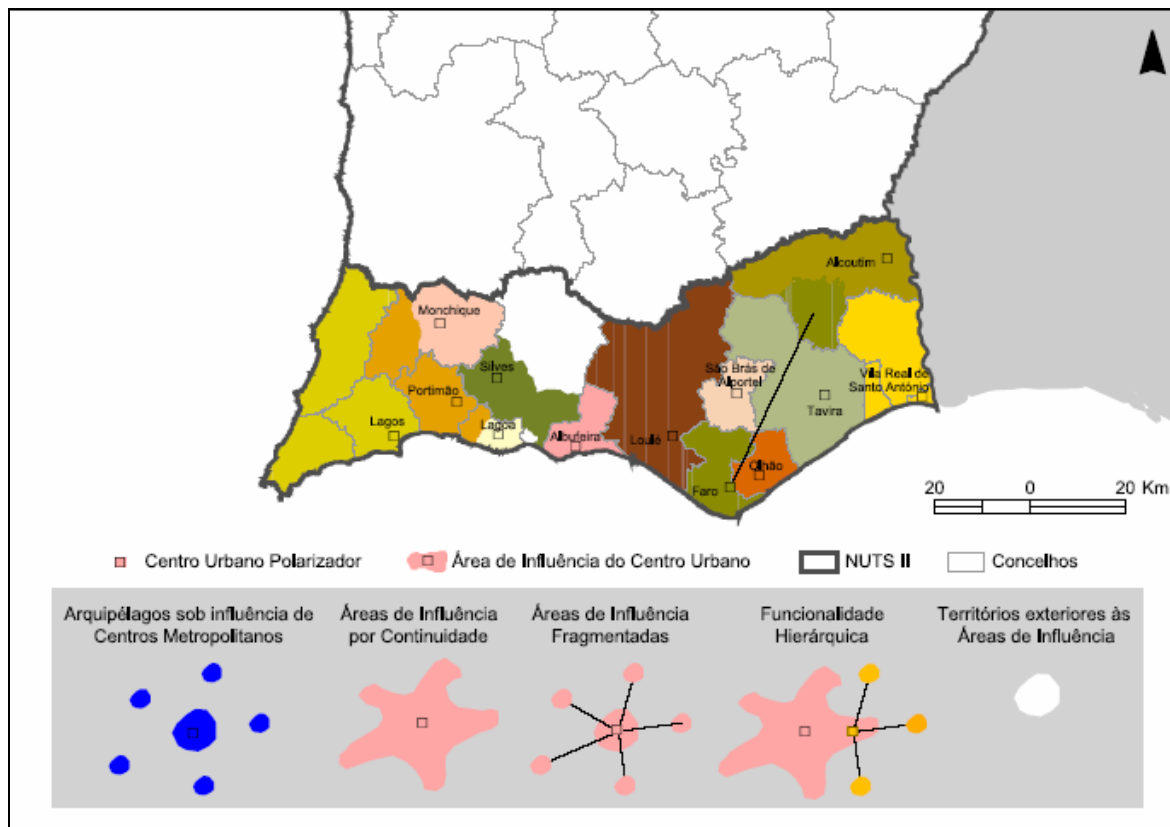
Fonte: INE (2004a).

Mapa 3.2- Áreas de influência dos centros urbanos da Região do Algarve para funções muito especializadas

Da leitura do mapa destacam-se, ainda, pela sua dimensão, as áreas de influência de Faro, Loulé e Portimão que, no seu conjunto, abrangem quase 80% do território e da população total da região. Assim como Tavira, são centros urbanos que apresentam áreas de influência por continuidade. Já os centros urbanos de Lagoa, Vila Real de Santo António e São Brás de Alportel apresentam áreas de influência fragmentadas (Lagoa para Silves e os restantes dois para Alcoutim), a que acrescem ainda esquemas de funcionalidade hierárquica reproduzidos sobre as áreas de influência de Portimão (Lagoa) e Faro (Vila Real de Santo António e São Brás de Alportel), situação que se traduz na necessidade dos efectivos populacionais destas cidades terem de recorrer a um centro urbano de ordem superior para usufruir de funções muito especializadas de que não dispõem.

Para funções especializadas, como é de esperar, aumenta o número de centros urbanos dotados destas funções. Do total de 18 centros urbanos do Algarve, 10 possuem funções muito especializadas e 15 possuem funções especializadas. O Mapa 3.3 representa as áreas de influência constituídas pelas freguesias cujas populações se deslocam aos centros

urbanos para usufruir de funções especializadas (por exemplo, tribunal, centros comerciais, agências de viagens e repartições de finanças).



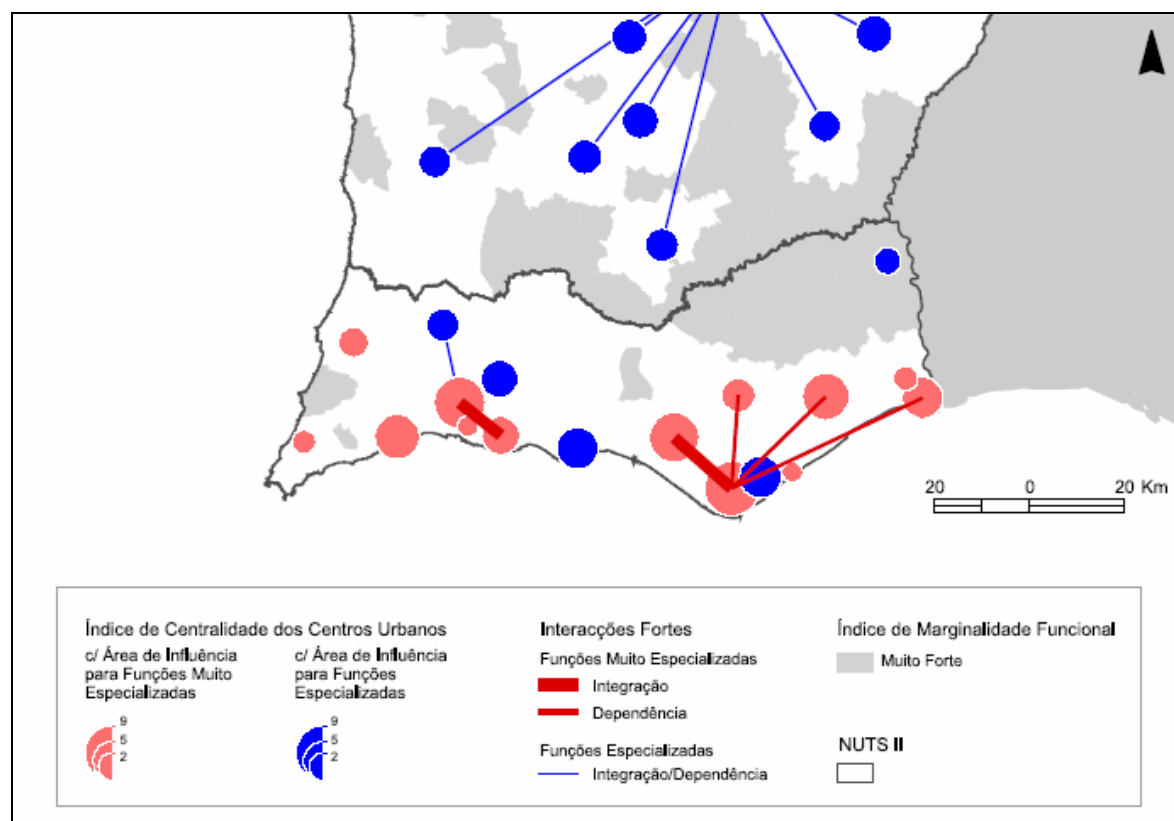
Fonte: INE (2004a).

Mapa 3.3 - Áreas de influência dos centros urbanos da Região do Algarve para funções especializadas

A área de influência de Távira passa a assumir uma das maiores da região em termos geográficos (12,2% do território), servindo um total de cerca de 25.000 habitantes, não deixando, contudo, de se cingir aos limites do concelho, situação que se repete para os centros urbanos de Albufeira, Loulé, Olhão e S. Brás de Alportel. Já a atracção exercida pelas cidades de Lagos, Portimão, Vila Real de Santo António e Faro ultrapassa as fronteiras dos próprios concelhos, estendendo-se a áreas de influência supramunicipais. O concelho de Silves apresenta uma condição singular, uma vez que a área de influência do centro urbano para funções especializadas não chega a abranger as freguesias do interior do concelho que, por seu lado, também não pertencem à área de influência de nenhuma outra cidade algarvia. Este cenário será, provavelmente, um reflexo da influência da vila de São Bartolomeu de Messines na prestação de funções urbanas. De facto, ainda que não

possua a classificação de cidade, a vila apresenta características especificamente urbanas, pelo que a população das freguesias serranas de Silves deve deslocar-se mais regularmente a São Bartolomeu de Messines do que à própria cidade de Silves.

A finalizar a caracterização do sistema urbano da região do Algarve, o INE (2004a) apresenta um mapa síntese das situações analisadas, incorporando também um índice de marginalidade funcional, que procura medir a existência ou ausência de determinadas funções nas freguesias assim como a distância que é necessário percorrer para aceder a essas funções no caso da freguesia não as possuir (Mapa 3.4).



Fonte: INE (2004a).

Mapa 3.4 - Sistema urbano da Região do Algarve: uma síntese

Da leitura do mapa é perfeitamente visível a existência de dois subsistemas urbanos, um ancorado na cidade de Faro (principal centro polarizador da região), com um extenso raio de acção que atravessa os centros urbanos de Loulé, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António (zona do sotavento algarvio), e outro assente no centro urbano de Portimão, com ligações fortes a Lagos e Lagoa (zona do barlavento). Tavira destaca-se por apresentar um índice elevado de centralidade para centros urbanos com área de influência para

funções muito especializadas e por ter fortes relações de dependência³ com a cidade capital de Faro, relativamente a estas mesmas funções. O centro urbano de Silves aparece com um índice de centralidade menor (classificado de acordo com a área de influência para funções especializadas) e não revela interações, nem de integração, nem de dependência, com outros centros urbanos da região relativamente ao acesso a funções especializadas e muito especializadas. Por último, importa referir que os territórios funcionalmente marginais localizam-se sobretudo a nordeste da região algarvia, onde se inclui a freguesia de Cachopo do concelho de Tavira. Esta situação é reveladora, por um lado, da grande carência de funções básicas (por exemplo, serviços de cabeleireiro e educação pré-escolar pública) nestas áreas e, por outro, da tendência de desertificação humana das zonas do interior (tendência registada a nível nacional), zonas sem qualquer relevo e dinamismo próprio que é urgente colmatar.

3.3 Dinâmicas demográficas

A evolução demográfica recente dos dois concelhos revela que o seu padrão de ocupação do território seguiu a tendência geral do resto do país, designadamente, uma crescente concentração de população nas cidades e um progressivo despovoamento das áreas rurais.

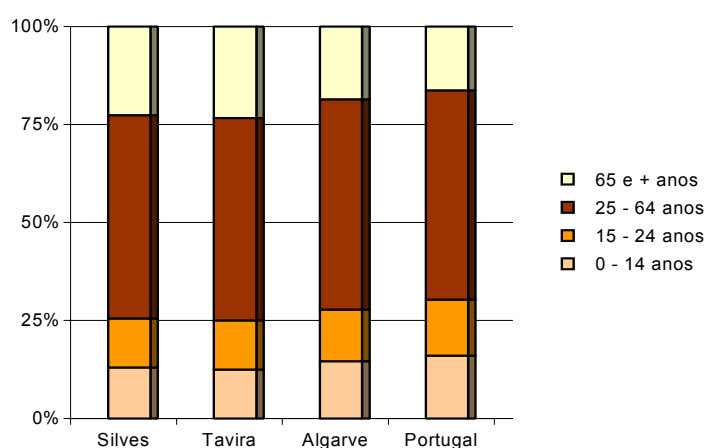
Entre 1991 e 2001, as freguesias urbanas dos concelhos de Tavira e de Silves registaram acréscimos demográficos de 5,2% e 4,3%, respectivamente, ao contrário do que sucedeu nas freguesias não urbanas, que sofreram um decréscimo populacional de 9,8% em Tavira e 1,5% em Silves (Anexo 4). Por conseguinte, a população total dos concelhos não registou crescimentos significativos (0,6% para Tavira e 2,8% para Silves), apresentando ainda um decréscimo populacional em relação ao período 1981-1991, contrariamente ao verificado a nível da região do Algarve e a nível nacional.

A estrutura de povoamento nestes dois concelhos é bastante dispersa, facto que se deve à sua grande extensão geográfica (que se estende desde o litoral até à serra algarvia), reflectindo-se em fracas densidades populacionais, com 49,9 hab/km² em Silves e 41,0 hab/km² em Tavira, em 2001, valores claramente inferiores à média para o Algarve (79,9

³ Ao nível das interações motivadas por funções muito especializadas, sempre que ambos os sentidos dos fluxos entre dois centros urbanos representam pelo menos ¼ do total das interações o INE definiu como integração, caso contrário denominou de dependência.

hab/km²) e para o país (112,2 hab/km²). A maioria da população está concentrada nas cidades de Tavira e de Silves (a que se acrescenta a vila de São Bartolomeu de Messines, em Silves), sendo as taxas de urbanização⁴ nos dois concelhos superiores a 70%.

No que respeita aos comportamentos demográficos da população de Silves e de Tavira, ainda que se tenha verificado um ligeiro aumento das taxas de fecundidade de 1998 para 2001, não foi suficiente para evitar o decréscimo das taxas de natalidade e da população na faixa etária dos 0 aos 14 anos. Adicionalmente, reforçou-se a tendência para o envelhecimento, gerando um rápido incremento no índice de envelhecimento⁵ (183,7 em Tavira e 178,9 em Silves, em 2001), que supera em muito a média regional (127,7) e nacional (103,6). Um retrato da estrutura etária da população residente de Tavira e Silves pode ser observado na Figura 3.1.



Fonte: INE (2002a).

Figura 3.1- População residente por grupos etários, em 2001

3.4 Actividade económica

Como região globalmente considerada, o Algarve apresenta, grosso modo, uma forte especialização na actividade turística, pouco diversificada (maioritariamente associada ao sol e praia) e sujeita a uma forte sazonalidade. A agricultura é centrada na produção frutícola e hortícola, não se podendo, no entanto, falar de especialização. A indústria transformadora apresenta uma reduzida contribuição para o Valor Acrescentado Bruto

⁴ Proporção da população residente nas áreas predominantemente urbanas do concelho em relação à população residente total.

⁵ Relação entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos) (INE, 2002a, p. XXV).

(VAB) e para o emprego regional e o sector da construção apresenta algum dinamismo, associado à actividade turística (MAOT, 2000).

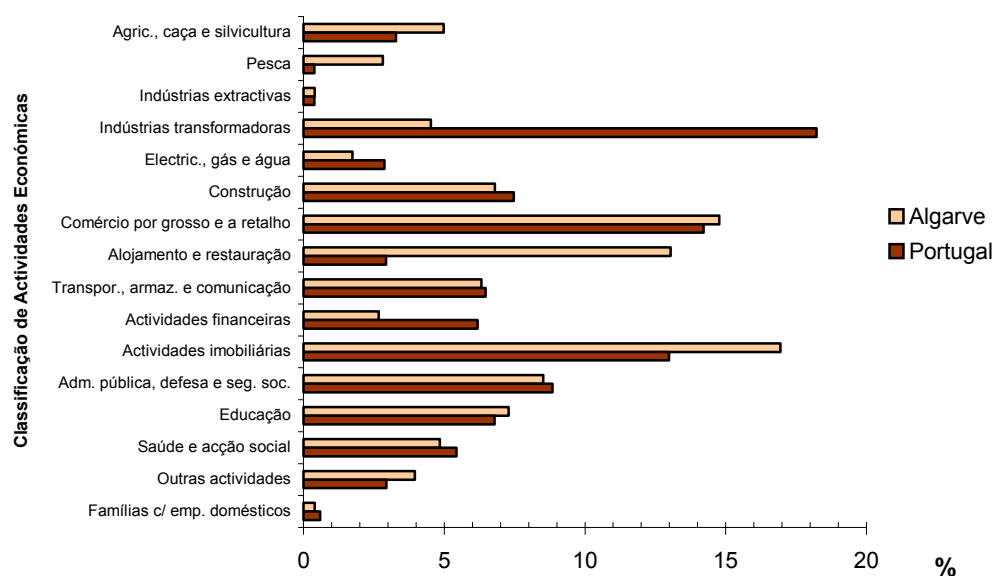
Nos concelhos de Silves e Tavira, a estrutura económica (medida por população empregada por sector de actividade) revela uma crescente terciarização ao longo da última década, embora a ritmos diferenciados para cada um dos concelhos (Quadro 3.1). O sector primário viu a sua importância relativa descer drasticamente de 1991 para 2001, em especial em Tavira (quebra de 14%), ainda que continue a ser um sector representativo para ambos os concelhos, com valores superiores à média regional (6,1%) e nacional (5,0%). A indústria transformadora manteve praticamente a sua população empregada, continuando a desempenhar o seu papel pouco significativo na economia local, ao passo que a construção assume, em 2001, uma certa posição de relevo nos dois concelhos (17% em Silves e 19% em Tavira), com valores superiores ao valor para Portugal (12,3%), situação decorrente da actividade turística. Contudo, a grande diferença reside no sector terciário, com um crescimento acentuado dos serviços, sobretudo no concelho de Tavira entre 1991 e 2001, que, por um lado, se deve à saída de mão-de-obra da agricultura e, por outro, ao próprio processo de urbanização, que gerou o desenvolvimento de diversos serviços básicos de apoio à população. Pela particularidade de serem dois concelhos predominantemente turísticos, é neste ramo de actividade que se regista a maior discrepância em relação à média nacional.

Quadro 3.1 - Taxa de actividade, taxa de desemprego e população empregada por ramos de actividade económica, em 1991 e 2001

Zona Geográfica	Concelho de Tavira		Concelho de Silves		Portugal	
Ramos de Actividade Económica	2001	1991	2001	1991	2001	1991
População residente total	24997	24857	33830	32924	10356117	9867147
Taxa de actividade	43,7%	40,1%	46,7%	42,8%	48,2%	44,6%
Taxa de desemprego	6,4%	6,2%	5,4%	4,5%	6,8%	6,1%
População empregada	10221	9343	14945	14081	4650947	4129709
Agricultura	9,3%	-	7,8%	-	4,6%	-
Pesca, aquacult. e activ. serv.relacionad.	3,0%	-	0,4%	-	0,3%	-
Sector primário	12,3%	25,9%	8,2%	18,6%	5,0%	10,8%
Indústrias e fabricação	6,9%	-	7,4%	-	22,8%	-
Construção	19,3%	-	16,9%	-	12,3%	-
Sector secundário	26,2%	24,3%	24,4%	23,1%	35,1%	37,9%
Comércio	16,7%	-	21,1%	-	16,5%	-
Turismo	10,0%	-	17,0%	-	5,5%	-
Outros serviços	34,8%	-	29,3%	-	37,9%	-
Sector terciário	61,5%	49,8%	67,4%	58,3%	59,9%	51,3%

Fonte: INE (2002a; 1993).

A reforçar os dados anteriores, a Figura 3.2 evidencia, igualmente, que as maiores diferenças na contribuição de cada actividade económica para o Valor Acrescentado Bruto (VAB) na região do Algarve em 1999, comparativamente ao país, residem nas actividades primárias, no alojamento e na restauração (turismo) e nas actividades imobiliárias (actividades de suporte do turismo), com esta região a apresentar valores superiores à média nacional.



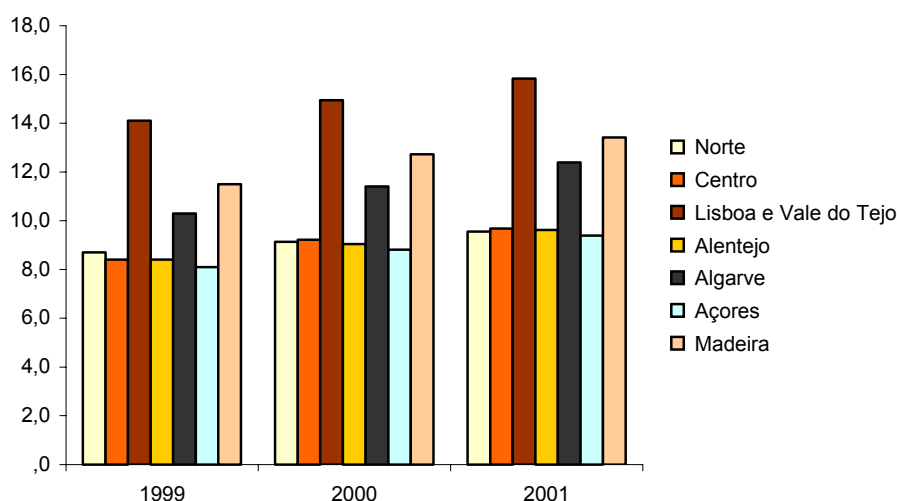
Fonte: INE (2003).

Figura 3.2 -Valor Acrescentado Bruto a preços de base, por Classificação das Actividades Económicas, em 1999

Como também se pode retirar da leitura da figura, as actividades que mais contribuíram para o VAB da região do Algarve em 1999 foram as actividades imobiliárias (17%), o comércio por grosso e a retalho (15%) e o alojamento e restauração (13%). Esta situação é resultado de uma economia de serviços, induzida não só pelo turismo, mas também pela crescente oferta comercial de média e grande superfície, dando origem a um cenário típico de concentração de recursos na produção de bens não transaccionáveis cuja única contrapartida significativa é a exportação de serviços do turismo (Figueiredo, 2001).

No que diz respeito às taxas de desemprego, ambos os concelhos registaram, em 2001, valores superiores aos de 1991, com a maior subida a ocorrer em Silves. Tavira apresentou uma taxa mais elevada, na ordem dos 6,5% e em Silves a taxa foi de 5,4%. Esta evolução positiva do desemprego acompanhou a conjuntura nacional cujo valor, para 2001, foi de 6,8% (Quadro 3.1).

Relativamente ao potencial de competitividade dos concelhos, a informação estatística disponível apenas permite uma avaliação numa perspectiva de integração regional, através da evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* regional a preços de mercado (Figura 3.3). Como é possível observar, a região do Algarve tem demonstrado uma evolução bastante favorável do PIB *per capita*, encontrando-se muito próxima da média nacional e colocando-se como terceira região na hierarquia das regiões portuguesas. Tais valores são, fundamentalmente, resultado de alguns centros urbanos e de território litoral que têm vindo a consolidar o seu estatuto como plataforma turística internacional e a aproveitar a localização de um dos três aeroportos internacionais do país (Figueiredo, 2001).



Fonte: INE (2003).

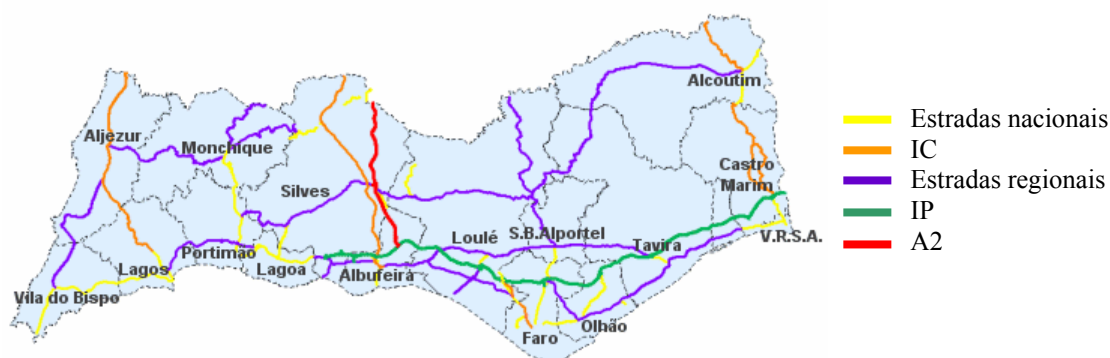
Figura 3.3 – Evolução do PIB per capita a preços de mercado 1999-2001

O potencial competitivo dos centros urbanos depende não só da estrutura económica e das redes de complementaridade em que se insere, mas também de uma boa dotação de equipamentos e infra-estruturas, que proporcionem qualidade de vida aos seus habitantes.

No que se refere aos transportes e acessibilidades (Mapa 3.5), os concelhos de Távira e Silves dispõem de boas acessibilidades inter-regionais, como a via do Infante de Sagres (IP), com características de auto-estrada e a auto-estrada A2, que faz a ligação Lisboa-Algarve. No entanto, a restante rede intra e inter concelhia é limitadora da mobilidade de pessoas e mercadorias, designadamente entre o litoral e o interior dos concelhos, como se pôde verificar na análise do sistema urbano. A integração das áreas marginais da serra algarvia no quadro urbano dinâmico do litoral passa pelo reforço das acessibilidades

transversais que permitam estabelecer ligações rápidas e de qualidade entre o interior e o litoral. Um exemplo bem sucedido é a vila de São Bartolomeu de Messines, no concelho de Silves, onde as boas acessibilidades e o desenvolvimento de determinadas actividades económicas permitiram encontrar soluções e valorizar certas oportunidades locais (Quartenaire Portugal, 1999).

Os concelhos são também providos de uma rede ferroviária (Linha do Sul), pouco utilizada tanto por pessoas como por mercadorias, e ainda de portos marítimos de pequena dimensão, de suporte à actividade piscatória.



Fonte: CCRA (2004).

Mapa 3.5 - Mapa da rede viária da região do Algarve

Por último, quanto às infra-estruturas ambientais (Anexo 4), uma grande parte da população dos dois concelhos é servida por abastecimento domiciliário de água e recolha de resíduos sólidos, no entanto subsistem assimetrias no acesso à prestação de serviços entre as zonas do litoral e do interior. Uma maior carência existe ao nível da drenagem e tratamento de águas residuais, onde ainda cerca de um terço da população se vê privada deste serviço. No entanto, apesar de terem percentagens inferiores à registada para a região (81% em 2001), encontram-se ao nível da média nacional (71%).

3.5 Turismo

Através dos dados do turismo, concretizados na oferta e na procura de alojamento (Quadro 3.2), é possível verificar que os concelhos de Tavira e de Silves assumem ainda uma posição pouco proeminente no cenário turístico regional, representando apenas 3% e 2% do total de dormidas na região algarvia em 2001, respectivamente.

Quadro 3.2 - Indicadores do Turismo em 2001

Zona geográfica	Estabelecimentos Hoteleiros		Capacidade de alojamento - camas		Dormidas		Taxa de ocupação-cama
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	%
Tavira	14	3,6	3218	3,7	426489	3,1	34,6
Silves	9	2,3	1390	1,6	267617	1,9	54,7
NUT II Algarve	384	100	86751	100	13900192	100	100

Fonte: INE (2003).

Esta informação é reveladora de um turismo pouco desenvolvido nestes dois concelhos relativamente a outras áreas do Algarve, mas que no entanto se pode traduzir numa situação privilegiada, ao orientar a oferta turística para caminhos diferentes dos da massificação da construção e desordenamento urbanístico que se verificaram na grande maioria dos concelhos algarvios e a que os próprios concelhos em análise não deixaram de escapar, embora numa proporção muito mais reduzida. Como foi referido no início do capítulo, ambos os concelhos apostam num turismo de qualidade e diferenciado, conjugando as vertentes de turismo de sol e praia com formas de turismo histórico, cultural, patrimonial e ambiental. Esta orientação estratégica do turismo reflecte as novas tendências da procura turística para aldeias e bairros históricos, culturais ou de interesse arquitectónico (Quadro 3.3), situação que, mais uma vez, sugere o grande potencial de turismo em Tavira e em Silves.

Quadro 3.3 - Locais mais visitados nas férias no Algarve, em 1999

Motivo	Aldeias e Bairros Hist., Cult. ou Interesse Architect.	Parques Nacionais, Reservas Naturais	Museus, Exposições, Sítios Arqueol.	Igrejas e templos religiosos	Parques temáticos	Termas, centros de forma física	Zonas industriais, Empresas	Outros
Mercados	%	%	%	%	%	%	%	%
Alemanha	66,8	48,9	46,4	44,5	33,4	15,7	3,2	6,5
Áustria	52,7	47,8	48,1	40,9	26,4	13,5	0,8	8,3
Bélgica	59,1	40,2	46,6	29,6	26,8	5,7	2,1	12,1
Dinamarca	70,5	55,5	64,4	47,9	15,9	10,7	3,2	5,2
Espanha	56,2	45,2	36,3	27,2	22,9	6,0	0,7	13,6
Finlândia	44,5	34,3	39,0	32,0	16,0	25,0	3,6	14,8
França	67,4	52,9	53,0	39,0	23,7	5,1	1,8	6,4
Holanda	63,1	58,5	54,5	50,5	31,1	3,6	2,9	7,0
Itália	53,5	45,3	52,2	40,8	27,9	11,0	0,7	8,2
Irlanda	50,2	38,5	37,4	24,3	25,7	6,9	1,5	10,4
Reino Unido	65,3	58,8	50,1	36,1	34,1	7,0	4,3	8,8
Suécia	62,1	46,1	57,4	40,6	33,6	6,2	2,9	5,9

Fonte: Região de Turismo do Algarve (2002).

3.6 Intervenções estratégicas de desenvolvimento

Quanto à existência de acções concretas que visem promover um desenvolvimento económico e social sustentável dos concelhos em análise, são de salientar quatro intervenções:

- **Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional⁶ (PPDR)**, com duas intervenções em áreas territoriais específicas:
 - Acção de valorização do Baixo Guadiana (Odiana) – freguesia de Cachopo (concelho de Tavira)
 - Centros Rurais – freguesias de Cachopo (concelho de Tavira) e São Marcos da Serra (concelho de Silves);
- **Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve** - freguesias de Cachopo (concelho de Tavira) e São Marcos da Serra (concelho de Silves);
- **Plano Estratégico de Tavira;**
- **Programa Polis**, cidade de Silves.

Os dois primeiros programas visam, grosso modo, criar condições de atracção e de fixação de população e actividades produtivas, de forma a dinamizar os territórios, estimular a competitividade e reforçar a coesão social. São intervenções apontadas especificamente para a revitalização de áreas de baixa densidade, caracterizadas por decréscimos populacionais acentuados, êxodo rural, fracos níveis de escolarização e reduzido dinamismo empresarial. Através da criação de um tema âncora para cada aldeia (São Marcos da Serra: “*Portela do Algarve*” e Cachopo: “*Terra de Encontro*”), desenvolvem-se estratégias no sentido de reforçar a identidade cultural, que vão desde a melhoria de infra-estruturas básicas, qualificação dos recursos humanos, qualificação dos espaços públicos e de equipamentos até ao reforço da articulação dos territórios com o exterior e promoção do desenvolvimento local (CCRA, 2001, 2003a, 2003b).

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Estratégico de Tavira, este representa as aspirações a médio e longo prazo do concelho em se afirmar e diferenciar no contexto regional, nacional e internacional. Para alcançar este objectivo, a perspectiva estratégica assumida assenta em quatro vectores principais: afirmar a competitividade do concelho

⁶ Programa realizado no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999), com continuidade para o período 2000-2006 através do programa Revitalização de Áreas de Baixa Densidade e concretizado nos Planos de Intervenção das Aldeias do Algarve.

enquanto centro de modernidade e pulsação económica, na vertente do desenvolvimento económico e empresarial; afirmar a atractividade do concelho como espaço de vivência e qualidade, de identidade multicultural e de participação activa dos cidadãos na vida pública, na perspectiva de projecção de uma nova dinâmica demográfica; afirmar o concelho como espaço de referência em termos de organização territorial, de qualidade urbanística e de valorização dos seus recursos naturais, segundo padrões exigentes de ordenamento e de qualidade ambiental; e afirmar a cidade de Tavira como centro mobilizador de ideias, projectos, decisões e recursos para o investimento em iniciativas de âmbito inter-municipal ou regional. Este plano estratégico revela consonância com os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico preconizados para a região do Algarve (Programa Operacional do Algarve), embora Tavira pretenda, explicitamente, afirmar-se como um concelho com potencialidades e factores distintivos próprios de desenvolvimento e de afirmação no contexto regional (Quadro 3.4).

Quadro 3.4 - Plano Estratégico de Tavira (2003)

Plano Estratégico de Tavira	
Vectores Estratégicos	Objectivos de 1º Nível
VECTOR I – Imprimir uma nova pulsação económica	1- Desenvolver e consolidar a especialização na fileira do Turismo e Lazer
	2- Revitalizar a fileira das actividades e produtos tradicionais, modernizando e reorganizando as estruturas empresariais
	3- Adaptar e desenvolver novas áreas de valorização das potencialidades dos solos e climas locais
	4- Criar um conjunto de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico e serviços avançados às empresas
	5- Criar estruturas e mecanismos de apoio ao empreendedorismo e melhoria das capacidades de gestão
VECTOR II – Dinamizar a Demografia e a Cidadania	1- Desenvolver uma rede de equipamentos colectivos que proporcionem a melhoria significativa da qualidade de vida
	2- Desenvolver um conjunto de estruturas para qualificação e valorização profissional contínuas da sua população
	3- Criar equipamentos e mecanismos de promoção da iniciativa artística, cultural e desportiva do Concelho
VECTOR III – Valorizar o território e a qualidade urbanística	1- Desenvolver uma rede concelhia de núcleos habitacionais e de desenvolvimento económico, no Barrocal e na Serra
	2- Desenvolver o conjunto de acessibilidades e estruturas intermodais entre os principais núcleos
	3- Promover a recuperação urbanística e salvaguardar uma expansão urbanística ordenada e dentro de exigentes critérios
	4- Tornar Tavira na cidade mais atractiva do Algarve e Património Mundial
	5- Valorizar o património e os recursos naturais e a biodiversidade existentes no concelho (extra-Tavira)
VECTOR IV – Projectar Tavira Além-fronteiras	1- Dinamizar um conjunto de projectos estruturantes para o Sotavento e Região do Algarve
	2- Modernizar os serviços municipalizados e atrair serviços de âmbito supra-municipal
	3- Criar uma nova imagem “corporativa” para o concelho e para a cidade de Tavira

Fonte: Câmara Municipal de Tavira (2003).

O concelho de Silves, para além das referidas intervenções nas áreas de baixa densidade (freguesia de São Marcos da Serra), conta também com o Programa de Requalificação Urbana *Polis* como um instrumento estratégico para o desenvolvimento que prevê quatro projectos estruturantes, resumidos em duas linhas principais de actuação: requalificação urbana do centro histórico, núcleo urbano e zona ribeirinha e desassoreamento e revitalização das margens do rio Arade. Com estas acções pretende-se dinamizar o relançamento das potencialidades económicas e sociais, usufruindo do património cultural, natural e museológico da cidade de Silves como uma mais-valia para novas formas de turismo (Câmara Municipal de Silves, 2002).

III. Investigação Empírica

4 Metodologia do Questionário

O capítulo da Metodologia, como o próprio nome o indica, pretende dar a conhecer todo o processo que esteve envolvido na recolha, tratamento e análise dos dados, por forma a responder aos objectivos da pesquisa, designadamente, conhecer a estrutura espacial das transacções das empresas de Tavira e Silves, de modo a identificar os seus níveis de integração na economia local.

O capítulo começa por referir a descrição do processo de selecção da amostra, a que se segue o procedimento de elaboração e aplicação do inquérito por questionário. Por último, faz referência à análise dos dados, onde se definem os principais conceitos inerentes a este trabalho de investigação.

4.1 A amostra

Tendo por objecto de análise empresas de cidades de pequena dimensão, o primeiro passo prendeu-se, naturalmente, com a escolha das duas cidades onde se realizou o processo de inquirição, Tavira e Silves.

4.1.1 Selecção das áreas de estudo

Na realidade portuguesa, o termo *cidade* “refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa” (Salgueiro, 1992, p. 19), competência atribuída, no passado, ao Rei e ao Parlamento e, actualmente, à Assembleia da República e às Assembleias Regionais dos Açores e Madeira. Todavia, os critérios designados para elevar uma povoação a cidade constituem um misto de posição administrativa e demográfica, situação que levanta alguns problemas metodológicos quando se pretende adoptar um denominador comum na definição precisa da unidade de análise a avaliar. Com efeito, esta investigação deparou-se, de imediato, com a praticamente nula informação estatística disponível à escala de cidade. O INE apresenta apenas informação desagregada ao nível do concelho e da freguesia, adoptando, para o conceito de mais próximo de cidade, a terminologia de *área urbana*. De acordo com a classificação desta instituição, a tipologia das áreas urbanas divide-se em três níveis: áreas

predominantemente urbanas (APU), áreas mediantemente urbanas (AMU) e áreas predominantemente rurais (APR). Esta classificação é atribuída ao nível da freguesia, de acordo com critérios estritamente demográficos (população residente ou densidade populacional), posição que vem resultar na substituição do termo cidade por área ou aglomeração urbana. Perante esta situação, o levantamento da população residente nas cidades portuguesas foi efectuado com base nas freguesias consideradas urbanas dos concelhos onde as cidades se inserem. A identificação das freguesias urbanas e não urbanas dos concelhos em análise, para efeitos de inquirição, teve por base as indicações fornecidas pelas autarquias neste sentido. A opção pela consulta das Câmaras Municipais na definição das freguesias urbanas e as não urbanas do concelho surgiu no entendimento de que seriam estas as entidades que estariam em melhor posição para prestar esclarecimentos sobre esta matéria.

Relativamente à delimitação da dimensão populacional das pequenas cidades, como já foi referido no Capítulo do Enquadramento, um novo problema de cariz metodológico surgia, designadamente, a questão da escala: face ao espaço global, europeu e até mesmo ibérico, as cidades portuguesas, incluindo as aglomerações metropolitanas de Lisboa e do Porto, assumem uma dimensão bastante modesta. Daí pareceu não fazer muito sentido, para esta investigação, adoptar os limiares populacionais utilizados por outros países na definição de pequenas cidades, uma vez que, de facto, o país não tem a dimensão urbana dos seus congéneres. Deste modo, considerando o limite mínimo populacional para a classificação de cidades médias o valor de 20.000 habitantes residentes no centro urbano¹, as cidades pequenas compreenderiam todas aquelas com população entre 5.000 e 20.000 habitantes no centro urbano.

De um universo inicial de 133 cidades em Portugal, em 2001, reduziu-se a extensão do estudo para 35 pequenas cidades do Continente possíveis. Destas 35, interessavam aquelas que apresentassem um peso preponderante no sector do turismo, medido, para o efeito, pela percentagem de população empregada no sector de actividade Alojamento e Restauração, da Classificação das Actividades Económicas (CAE) vigente em Portugal. Simultaneamente, as cidades teriam de ter também uma envolvente rural relativamente

¹ No âmbito do projecto Marketowns foram classificadas de cidades médias aquelas com população compreendida entre 20.000 e 40.000 habitantes residentes no centro urbano.

importante, situação avaliada pela percentagem de população empregada no sector da agricultura. A unidade de análise possível para estes dados foi o concelho e a informação relativa aos dados do turismo foi obtida através do Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, referentes ao ano de 1999.

Escolher cidades predominantemente turísticas e com uma envolvente rural acentuada implicaria optar por cidades com uma elevada percentagem da população empregada nos sectores do turismo e da agricultura, tendo sido assumido como critérios um limite inferior igual à média nacional do emprego no sector do turismo e como factor diferenciador o limite superior do terceiro quartil também para este sector de actividade. Nestas condições seleccionaram-se as cidades de Tavira, Vila Real de Santo António e Silves. A opção por Tavira e Silves prendeu-se com critérios definidos pela equipa coordenadora do Projecto Marketowns, que procurou seleccionar cidades minimamente comparáveis nos cinco países envolvidos no projecto. Uma representação esquemática da selecção das áreas de estudo pode ser visualizada no Anexo 5.

4.1.2 Selecção da amostra das empresas

Escolhidas as cidades em estudo, Tavira e Silves, procedeu-se à selecção da amostra das empresas a inquirir. Uma vez mais, face à ausência de informação disponível do número de empresas à escala da cidade, recorreu-se à escala do concelho.

O universo foi constituído pela totalidade das empresas existentes em cada concelho, representando um total de 3.607 empresas em Tavira e 4.626 empresas em Silves, de acordo com os dados disponibilizados pelo INE (dados de 1999), aquando da planificação do estudo. Perante este volume considerável de casos e por escassez de tempo e recursos para recolher e analisar todos eles, impunha-se a criação de uma amostra que fosse representativa do universo, de modo a ser possível admitir, com um grau aceitável de confiança, que as conclusões obtidas para a amostra pudessem ser extrapoladas para o universo (Hill e Hill, 2002; Maroco, 2003).

A estrutura da amostra das empresas foi elaborada de acordo com a distribuição destas pela CAE, tal como o INE apresenta a informação nas suas publicações (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 – Distribuição das empresas segundo a CAE, em 31/12/1999

Classificação das Actividades Económicas		Tavira	Silves
A + B	Agricultura, Pesca, Caça e Silvicultura	610	890
C	Indústrias Extractivas	7	1
D	Indústrias Transformadoras ^{a)}	192	292
E	Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água	-	2
F	Construção	696	753
G	Comércio por Grosso e a Retalho e Reparação de Automóveis	1184	1557
H	Alojamento e Restauração	472	609
I	Transportes, Armazenagem e Comunicação	40	63
J	Actividades Financeiras	52	66
K	Actividades Imobiliárias e Alugueres	214	224
L a Q	Administração Pública, Educação, Saúde, Organismos Internacionais	140	168
Total		3607	4626

a) O valor da actividade económica sofreu um ligeiro reajustamento pela distribuição das empresas das “Actividades mal definidas”.

Fonte: INE (2001b).

A técnica de amostragem que se apresentou mais adequada foi a amostragem estratificada, um procedimento que faz depender a dimensão de cada sub-amostra da dimensão de cada um dos estratos do universo. Por determinação do Projecto Marketowns, foi estabelecida uma dimensão da amostra de 150 casos, constituída pela proporção correspondente ao universo total das empresas em cada um dos estratos. Adicionalmente, foi também decidido distribuir (não equitativamente) a amostra pela totalidade do concelho: 100 empresas estariam localizadas nas freguesias urbanas e as restantes 50 estariam localizadas nas freguesias não urbanas do concelho. Esta disposição é facilmente justificável pelo facto de ser nas freguesias urbanas que existe uma maior concentração da actividade empresarial, tornando-se imprudente atribuir um número elevado de empresas a inquirir fora do centro urbano do concelho. Por último, para cada estrato da amostra procedeu-se à amostragem probabilística ou aleatória, um método que “garante que cada um dos elementos da população tenha uma *probabilidade conhecida e não nula* de ser representado na amostra” (Almeida e Pinto, 1982, p. 105), isto é, que permite demonstrar a representatividade da amostra. O Quadro 4.2 mostra os resultados deste processo.

Quadro 4.2 – Distribuição das empresas pela amostra

Classificação das Actividades Económicas		Tavira		Silves	
		Freguesias urbanas	Freguesias não urbanas	Freguesias urbanas	Freguesias não urbanas
A + B	Agricultura, Pesca, Caça e Silvicultura	17	8	19	10
C	Indústrias Extractivas	0	0	0	0
D	Indústrias Transformadoras	5	3	6	3
E	Produção e Distrib. de Electricidade, Gás e Água	0	0	0	0
F	Construção	19	10	16	8
G	Comércio por Grosso e a Retalho e Rep. Automóveis	34	15	34	17
H	Alojamento e Restauração	13	7	14	7
I	Transportes, Armazenagem e Comunicação	1	1	1	1
J	Actividades Financeiras	1	1	1	1
K	Actividades Imobiliárias e Alugueres	6	3	5	2
L a Q	Administração Pública, Educação, Saúde, Org. Inter.	4	2	4	1
Total		100	50	100	50

Fonte: Adaptado de Diniz, F., Poeta, A., Silva, C., Pinto, L. & Abreu, S. (2003a; 2003b).

Como é possível observar, a amostra apresenta estratos com dimensão suficientemente grande para permitir retirar conclusões sobre o seu interior, mas também estratos muito pequenos que não permitem que se retirem quaisquer conclusões sobre eles. Contudo, são estratos que são utilizados nas análises globais para o conjunto das empresas de cada concelho.

Adicionalmente, esta amostra, ainda que representativa do ponto de vista do número de empresas existentes nos concelhos por CAE, não o era do ponto de vista da dimensão das mesmas. Durante o processo de inquirição foi feito um esforço no sentido de procurar inquirir não apenas pequenos estabelecimentos mas também empresas de maiores dimensões. No entanto, e como seria de esperar, não foi suficiente para que a amostra fosse representativa ao nível da dimensão das empresas. Desta forma, foi necessário efectuar, *a posteriori*, uma correcção aos resultados dos inquéritos, designadamente aos valores financeiros transaccionados por cada empresa, redimensionando a amostra por forma a torná-la representativa no que se refere à dimensão e, logo permitir uma maior fiabilidade dos dados no cálculo do padrão espacial das transacções económicas das empresas.

Uma vez que a nível concelhio não existem valores relativos aos volumes financeiros das empresas, procedeu-se ao cálculo de uma estimativa que teve por base os valores das compras e das vendas das empresas na região do Algarve e o número de população

empregada por sector de actividade também no Algarve e em cada um dos concelho em análise. A fórmula utilizada foi a que se segue:

$$Cic = CiA * \frac{PEic}{PEiA} \quad Vic = ViA * \frac{PEic}{PEiA}$$

Legenda:

Cic – Compras no sector de actividade i no concelho (%)

Vic – Vendas no sector de actividade i no concelho (%)

CiA - Compras no sector de actividade i no Algarve (%)

ViA – Vendas no sector de actividade i no Algarve (%)

PEic – População empregada no sector de actividade i no concelho (%)

PEiA - População empregada no sector de actividade i no Algarve (%)

Todos os resultados referentes à distribuição espacial das transacções económicas e integração económica das empresas de Tavira e de Silves apresentados no Capítulo dos Resultados utilizaram esta estimativa de valores.

4.2 O inquérito por questionário

A aplicação de um questionário ou de outro instrumento de recolha de dados tem por finalidade obter todas as informações adequadas e necessárias aos objectivos da investigação. Como tal, a fase da sua elaboração é de extrema importância, pois dele depende o sucesso ou não da investigação. Parafraseando Ferreira (1986), toda a acção de pesquisa se traduz no acto de perguntar, todavia, a “arte de bem perguntar” reside na capacidade de controlar as implicações dos enunciados das perguntas e das condições por estas criadas, no seio das quais emergem os enunciados classificados de respostas. É na fase da concepção do questionário que é indispensável reflectir sobre que tipo de resposta é o mais adequado para cada pergunta, que tipo de escala de medida está associado às respostas e que métodos são os correctos para analisar os dados (Hill e Hill, 2002).

Tendo por objectivo principal recolher informação relativa ao padrão espacial das transacções económicas das empresas, a estrutura do inquérito repartiu-se da seguinte forma: um primeiro bloco de questões procurou caracterizar, genericamente, a empresa inquirida, fazendo uso de perguntas fechadas com respostas alternativas mas de escolha

única, que indicavam o tipo de organização da empresa, a actividade económica em que se inseria, o número de anos da empresa naquela localização e a área de residência do principal responsável pela empresa; de seguida, um segundo bloco prendia-se especificamente com a recolha da informação relativa ao padrão espacial das transacções económicas, assim como um valor aproximado do volume financeiro envolvido nessas transacções, com questões de resposta quantitativa directa; e por último, um terceiro bloco fazia o levantamento de informação relativa aos funcionários da empresa, ao nível da categoria profissional, horas de trabalho semanal, área de residência e salário bruto anual. No Anexo 6 pode ser consultado um exemplar do inquérito utilizado no estudo das empresas de Tavira e Silves, assim como os respectivos mapas identificativos das zonas origem/destino das transacções económicas que os acompanhavam.

A escolha do inquérito por questionário, em detrimento, por exemplo, da entrevista, deveu-se, essencialmente, ao próprio objecto do estudo, que se prendia com a recolha de dados de natureza predominantemente quantitativa de um elevado número de indivíduos (empresas), e não com a obtenção de informações de carácter mais específico, centradas na pessoa do entrevistado, com o objectivo de captar a suas opiniões ou visões sobre a problemática por detrás da investigação. Ou seja, perante a grande extensão da amostra e o menor grau de profundidade desejado da informação a obter, o inquérito por questionário revelou-se o procedimento técnico que mais se compatibilizava com os objectivos do estudo.

No entanto, ainda que este seja o método que possibilita a quantificação de uma multiplicidade de dados e, por conseguinte, proceder a numerosas análises de correlação, o inquérito por questionário apresenta também algumas limitações. Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), estas residem, essencialmente, no peso e no custo geralmente elevado que o método comporta; na superficialidade das respostas, que não permitem a análise mais profunda de certos elementos de compreensão penetrantes; e na individualização dos entrevistados, que são considerados independentemente das suas redes de relações sociais. Porém, e evocando novamente Ferreira (1986, p. 167-168), apesar de todas as limitações apontadas ao seu valor intrínseco enquanto técnica de investigação empírica que mobiliza vultuosos recursos financeiros, “a sua natureza quantitativa e a sua capacidade de “objectivar” informação conferem-lhe o estatuto

máximo de excelência e autoridade científica (...) mais apropriada à captação dos aspectos contabilizáveis dos fenómenos”.

No que toca à construção do questionário, é de salientar que existiu uma pré-elaboração do mesmo por parte da equipa coordenadora do Projecto Marketowns. Paralelamente, é também de suma importância mencionar que os inquéritos foram concebidos com o propósito de serem enviados por via postal para as empresas e, logo, serem de administração directa ou auto-administrados, isto é, ser o próprio inquirido a registar as suas respostas. Contudo, a equipa portuguesa (conjuntamente com a equipa polaca) rejeitou essa metodologia, apoiando-se no argumento das reduzidas taxas de resposta que estudos com metodologias semelhantes obtiveram em Portugal. Este argumento foi, aliás, perfeitamente comprovado por uma experiência realizada no estudo piloto (efectuado na cidade do Peso da Régua), na qual se enviaram pelo correio os questionários para as empresas sediadas nas freguesias não urbanas, mas cuja taxa de resposta não ultrapassou os 2%. Desta forma, foi decidido que, nas cidades portuguesas (assim como nas cidades polacas), se iria proceder à inquirição face a face, pelo método da administração indirecta, onde o inquiridor formula as perguntas e regista as repostas dos inquiridos (Bell, 1997). Entretanto, por uma questão de harmonização do *design* do questionário em todos os países envolvidos no projecto de investigação, todo ele está concebido como se se destinasse a ser enviado por via postal.

Numa primeira fase, com vista à realização de um estudo piloto, o questionário sofreu ligeiros reajustamentos (da versão original desenhada pela equipa coordenadora do projecto), de modo a satisfazer as particularidades dos vários países envolvidos e a corrigir pormenores de linguagem². Um exemplar do questionário administrado no estudo piloto pode ser consultado no Anexo 7.

Após a realização do estudo piloto, que teve como principal meta testar o próprio questionário, procedeu-se, numa segunda fase, a alterações de maior profundidade que visaram tornar o questionário mais completo e mais eficaz para o tratamento dos dados no estudo principal, nomeadamente ao nível da codificação das respostas: no primeiro bloco introduziu-se mais uma categoria nas opções possíveis para a actividade económica da empresa; no segundo bloco, uma questão foi completamente reformulada, por forma a

² Visto tratar-se de um projecto que envolve diferentes países, a língua oficial utilizada é o inglês. Todas as alterações foram efectuadas nesta língua e só após um consenso sobre a versão final é que se procedeu à respectiva tradução para a língua portuguesa.

facilitar, tanto a resposta dos inquiridos (foi uma questão que se revelou, no terreno, difícil de responder), como o tratamento posterior da informação; e, no terceiro e último bloco, foi acrescentada uma questão especificamente direccionada para a categoria profissional dos funcionários e substituiu-se a questão do salário bruto anual por categorias (intervalos) de salários, tendo por base o salário mínimo nacional do país no ano da inquirição, 2003.

De realçar que foi prestada bastante atenção ao *design* do questionário, um factor importante para aumentar a probabilidade de conseguir a cooperação dos respondentes (Hill e Hill, 2002; Bell, 1997). Para além de possuir uma apresentação esteticamente atraente (tarefa desempenhada por uma empresa privada, exterior às instituições de investigação envolvidas no projecto), foram tidos em atenção aspectos como o tamanho e a clareza do questionário; a divisão das perguntas por secções ou blocos temáticos; a identificação da instituição envolvida na investigação; uma apresentação curta do objectivo principal do questionário e da natureza da informação solicitada; e uma declaração formal da confidencialidade das respostas. Se é certo que, no estudo em causa das empresas de Tavira e de Silves, os inquéritos foram preenchidos pelos inquiridores, e logo, a questão estética poderia ser relegada para segundo plano, também é certo que a proximidade física entre inquirido e inquiridor no momento da abordagem para a inquirição permitia ao primeiro visualizar, perfeitamente, o questionário. Não sendo, com certeza, o factor decisivo para a anuência do inquirido, certamente que a sua relativamente pequena extensão e apresentação cuidada terão contribuído, em alguma proporção, para uma resposta positiva.

4.3 A recolha de dados

No que concerne ao trabalho de inquirição propriamente dito, e dado o número considerável de inquéritos a ser efectuado (150 empresas em cada concelho³), foram estabelecidos, previamente, contactos com diversas instituições com representatividade no concelho ao nível empresarial, nomeadamente, com as Câmaras Municipais de Tavira e de Silves, a Associação Comercial da Região do Algarve, a Região de Turismo do Algarve e as Associações Hoteleiras do Algarve AHISA e AHETA. Com estes contactos pretendeu-se divulgar o estudo, de modo a facilitar o processo de inquirição, tarefa que foi

³ No âmbito do Projecto Marketowns foram realizados mais 150 inquéritos a agregados familiares e 30 inquéritos a explorações agrícolas e respectivos agregados familiares.

conseguida, sobretudo no município de Tavira. Este apoio institucional traduziu-se na autorização de utilização de logotipos numa carta de apresentação do estudo, que era apresentada a todos os potenciais inquiridos, na facultação de listagens de empresas e na colaboração prestada à divulgação do estudo na imprensa e rádios locais (ver Anexo 8).

A metodologia utilizada foi a de administração indirecta, como já referido anteriormente, com o inquiridor a efectuar as perguntas e a registar as respostas do inquirido, situação que exigiu a deslocação de cerca de 800 Km, por parte da equipa de trabalho, aos concelhos em causa e consequente permanência nos locais. A inquirição decorreu entre Janeiro e Março de 2003 (época baixa da indústria hoteleira), perfazendo um total de quatro períodos de 7 dias consecutivos de estadia para realização do trabalho. Os inquéritos foram realizados nas instalações das próprias empresas, aleatoriamente escolhidas dentro de cada estrato definido. Inclusivamente, foi tida em consideração a heterogeneidade das freguesias que compõem os dois concelhos, de grande extensão geográfica, procurando-se realizar inquéritos em todas elas, situação que consumiu bastante tempo em deslocações. Em média, cada questionário teve uma duração de cerca de 20 minutos mas, por diversas vezes, a anuência do seu preenchimento por parte dos empresários, foi precedida por idas várias ao estabelecimento e por insistência telefónica, nos casos em que essa condição era permitida. É de referir, também que, em Tavira, a Câmara Municipal constituiu uma ajuda preponderante no contacto com empresas de importância significativa, favorecendo o consentimento em responder aos inquéritos.

Relativamente ao comportamento dos inquiridos durante o processo de inquirição, foram encontradas as diversas situações possíveis, desde a disponibilidade imediata para responder às questões (situação favorecida pela apresentação da carta com os logotipos das várias instituições e de algum conhecimento das notícias da comunicação social), alguma hesitação, especialmente nas perguntas mais delicadas relativas ao volume financeiro da empresa (colmatada por perguntas colaterais que levassem ao objectivo pretendido), até à negação redundante, quer por falta de disponibilidade de tempo, quer por falta de apetência para colaborar no estudo. No cômputo geral, pode afirmar-se que o trabalho de inquirição foi, de alguma forma, facilitado no concelho de Tavira e um pouco mais difícil no concelho de Silves, pela mesma ordem de razão, designadamente pelo apoio da Câmara Municipal no primeiro caso, e pela falta deste, no segundo.

Quanto às respostas do estudo, apenas eram considerados válidos os inquéritos completamente preenchidos, pelo que quando tal não sucedia, eram realizados novos inquéritos a outras empresas de modo a perfazer o número de inquéritos válidos necessários. No final, a amostra foi totalmente conseguida, com um total de 301 inquéritos válidos no conjunto dos dois concelhos e apenas com ligeiros desvios em relação aos estratos pré-definidos, garantindo-se assim a sua representatividade, como pode ser observado no Quadro 4.3 e Quadro 4.4.

Quadro 4.3 – Número de empresas a inquirir e empresas inquiridas no concelho de Tavira

Concelho	Número de empresas a inquirir por CAE											
	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
Tavira	150	25	0	8	0	29	49	20	2	2	9	6
<i>Freguesias urbanas</i>	100	17	0	5	0	19	34	13	1	1	6	4
<i>Freguesias não urbanas</i>	50	8	0	3	0	10	15	7	1	1	3	2
Número de empresas inquiridas por CAE												
Tavira	150	22	0	9	0	18	55	24	3	2	12	5
<i>Freguesias urbanas</i>	100	14	0	5	0	12	38	13	2	2	9	5
<i>Freguesias não urbanas</i>	50	8	0	4	0	6	17	11	1	0	3	0

Fonte: Adaptado de Diniz et al (2003a).

Quadro 4.4 - Número de empresas a inquirir e empresas inquiridas no concelho de Silves

Concelho	Número de empresas a inquirir por CAE											
	Total	A+B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L a Q
Silves	150	29	0	10	0	24	50	21	2	2	7	5
<i>Freguesias urbanas</i>	100	19	0	6	0	16	34	14	1	1	5	4
<i>Freguesias não urbanas</i>	50	10	0	3	0	8	17	7	1	1	2	1
Número de empresas inquiridas por CAE												
Silves	151	21	0	11	0	18	51	25	4	2	9	10
<i>Freguesias urbanas</i>	101	19	0	7	0	11	33	15	1	1	8	6
<i>Freguesias não urbanas</i>	50	2	0	4	0	7	18	10	3	1	1	4

Fonte: Adaptado de Diniz et al (2003b).

4.4 Análise dos dados

Tendo como principal objectivo do estudo caracterizar o padrão espacial das transacções económicas das empresas de Tavira e de Silves de modo a identificar o seu nível de integração económica, o primeiro passo consistiu em definir quais os principais elementos a ter em conta na caracterização das transacções económicas.

As transacções económicas das empresas são compostas por três elementos: número, valor e distância (Courtney e Errington, 2000). O número de transacções fornece indicação do tráfego comercial, sendo um indicador descritivo da intensidade do movimento comercial existente nas pequenas cidades, mas nada permite concluir ou deduzir sobre o peso desse tráfego para a criação de rendimento. É, pois, um elemento que não vai ser incluído na análise.

Na definição das áreas geográficas, inerente ao elemento distância, a principal preocupação residuiu na determinação do que seria considerado economia local. Metodologias utilizadas em estudos anteriores (Courtney e Errington, 2000), fizeram recurso a círculos centrados na cidade e um raio que envolvesse os seus espaços envolventes, ou então quadriláteros, desempenhando a mesma função dos primeiros. Uma tentativa de desenhar um círculo no mapa com um raio de 7 km para limitar a área referente à economia local foi realizada⁴, não nas cidades de Silves e Tavira em particular, mas na cidade do Peso da Régua, cidade que serviu de base ao estudo piloto efectuado numa fase inicial do Projecto Marketowns. O resultado foi uma economia local que abrangia vários concelhos, situação que por razões de ordem prática foi excluída, optando-se por não incluir na economia local de uma cidade territórios de outros concelhos. Consequentemente, outra definição foi necessária, tendo-se optado pela própria delimitação do concelho onde a cidade estivesse inserida. Assim, à economia local correspondia a área geográfica do concelho em análise, constituído pelas freguesias urbanas e pelas freguesias não urbanas.

Após a definição dos limites geográficos da economia local, procedeu-se à definição das restantes áreas com as quais as empresas dos concelhos em análise estabeleciam relações económicas:

⁴ A medida de 7 km (4 milhas) foi adoptada por todos os parceiros integrantes do Projecto Marketowns, à excepção de Portugal.

Economia local: referente à área geográfica do concelho, constituída pelas freguesias urbanas e freguesias não urbanas;

Concelhos limítrofes: referente à área geográfica dos concelhos adjacentes ao concelho em análise;

Economia regional: referente aos restantes concelhos da Região do Algarve;

Economia nacional: referente ao restante território de Portugal Continental;

Economia internacional: referente aos países da União Europeia e Resto do Mundo.

Por fim, o valor financeiro das transacções, atribuído às várias áreas geográficas (economia local, concelhos limítrofes, ..., economia internacional), é um dos elementos mais importantes a considerar. Através deste dado é possível descobrir se as transacções económicas, designadamente as compras das empresas, contribuem para a criação ou para a fuga de rendimento da economia local. Como foi mencionado, os valores das compras e das vendas de cada empresa foram obtidos directamente dos questionários, sofrendo posteriormente um redimensionamento por forma a que a amostra fosse representativa ao nível da dimensão das empresas.

Sendo Tavira e Silves dois concelhos com características marcadamente turísticas, o Turismo constitui-se como o principal sector exportador e principal fonte de rendimentos da economia dos dois concelhos. Segundo a Teoria de Base Económica, as actividades exportadoras constituem fontes de crescimento para as economias locais quanto maior for a percentagem do VAB produzido localmente, pelo que é condição necessária que a maioria das empresas efectue a maior percentagem das suas compras de bens e serviços localmente ou nas áreas ou concelhos adjacentes, isto é, estejam integradas localmente ou no conjunto da economia local e concelhos limítrofes. Ainda que sejam vários os sectores de actividade associados à indústria do turismo, o sector básico da economia foi considerado o sector do Alojamento e Restauração. Como já foi mencionado anteriormente, o sector do Alojamento e Restauração não satisfaz apenas a procura do turismo, assim como os turistas adquirem bens e serviços fornecidos por outros sectores. Contudo, à falta de informação disponível sobre a produção que é vendida exclusivamente ao turismo, assume-se que as compras e vendas do turismo são representadas pelo sector do Alojamento e Restauração.

Relativamente à integração, foi considerado o limite mínimo de 50% do volume total de compras realizado no conjunto da economia local e concelhos limítrofes para considerar

as empresas integradas. Da mesma forma, foi considerado que existem fugas de rendimento quando o volume de compras no conjunto da economia local e concelhos limítrofes é inferior a 50% do total. Por fim, resta mencionar que a análise da integração foi feita considerando as 150 empresas de cada concelho na sua totalidade e também considerando as empresas por sectores de actividade.

5 Resultados

Neste capítulo serão apresentadas, em primeiro lugar, as principais características das empresas inquiridas nas duas áreas em estudo, seguindo-se a análise do padrão espacial das transacções económicas e dos níveis de integração económica das mesmas. Toda a informação recolhida junto das unidades de análise tem por finalidade identificar que tipo de empresas pode influenciar o grau de intensidade das relações económicas que mantêm com fornecedores do próprio concelho e restantes áreas geográficas.

5.1 Características das empresas inquiridas

Os dados seguintes dizem respeito às principais características das empresas inquiridas nos dois concelhos em análise, Tavira e Silves, concelhos com um peso económico significativo no sector do turismo e com uma forte envolvente rural.

Quadro 5.1 - Tipo de organização da empresa

Tipo de organização	Tavira		Silves	
	%	n	%	N
Empresa independente, sem filiais	90,7	136	91,4	138
Sede, com filiais em Portugal	5,3	8	2,6	4
Sede, com filiais fora de Portugal	0,0	0	0,0	0
Ramo de uma empresa portuguesa	2,7	4	5,3	8
Ramo de uma empresa internacional	0,7	1	0,7	1
Empresa do sector público	0,0	0	0,0	0
Empresa sem fins lucrativos	0,7	1	0,0	0
Organização não governamental	0,0	0	0,0	0
Outro	0,0	0	0,0	0
TOTAL	100	150	100	151

No que concerne ao tipo de organização (Quadro 5.1), verifica-se que a grande maioria das empresas é independente e sem filiais. É uma situação que se regista nos dois concelhos e praticamente em idênticas proporções, com valores superiores a 90%. Ligeiras diferenças manifestam-se para os outros tipos de organização. De salientar que a maioria do tecido empresarial destes concelhos assenta numa base familiar, com uma visão e postura no mercado pouco inovadoras e insuficiente qualificação da mão-de-obra. Nestes concelhos foi também de destacar a presença considerável de empresas geridas por cidadãos originários de outros países (com predominância do Reino Unido), mas sediadas

em Portugal há mais de um ano e estabelecidas, na sua maioria, como empresas independentes, sem ligação a outras empresas do país de origem. Como se veio a constatar ao longo do trabalho de inquirição, esta é uma situação relativamente comum em toda a região do Algarve, particularmente nos ramos do imobiliário e do alojamento e restauração.

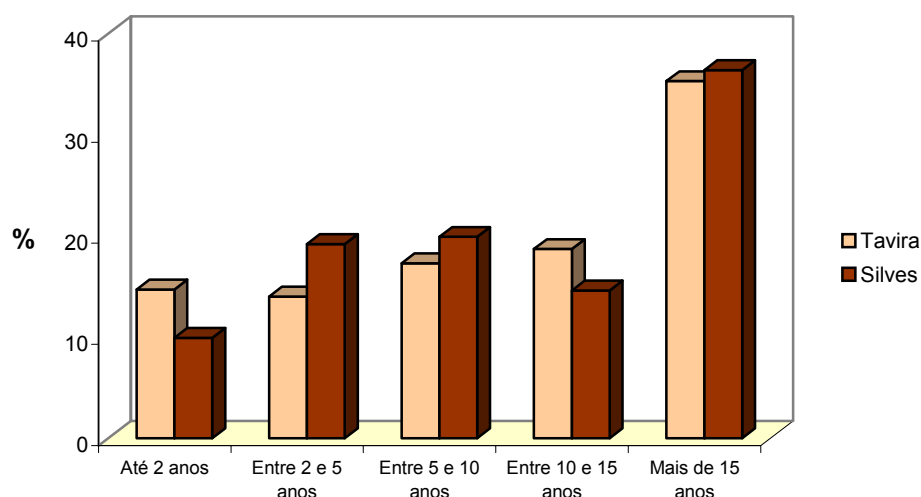


Figura 5.1 - Antiguidade da empresa na localização actual

Relativamente à antiguidade da empresa no local onde se encontrava em actividade no momento de realização do inquérito (Figura 5.1), é possível observar que, em ambos os concelhos, mais de 35% das empresas estão instaladas há mais de 15 anos e cerca de 70% funcionam naquele local há mais de 5 anos. Existe ainda uma percentagem relativamente considerável de empresas recém-estabelecidas, com dois ou menos anos, especialmente no concelho de Tavira (15%), facto indiciador de algum dinamismo empresarial, sobretudo no subsector da construção civil e actividades terciárias (derivado da dinâmica crescente que o turismo tem vindo a desempenhar no conjunto da economia dos concelhos).

Quadro 5.2 - Residência do responsável da empresa

Residência do responsável da empresa	Tavira		Silves	
	%	n	%	n
Não local	8,0	12	10,6	16
Local, há menos de 10 anos	8,0	12	9,3	14
Local, há mais de 10 anos	84,0	126	80,1	121
TOTAL	100	150	100	151

A informação referente à residência dos empresários inquiridos (Quadro 5.2) revela que a grande maioria reside no concelho há mais de 10 anos, atingindo os 84% nos empresários de Tavira. Os que são locais, mas a residir nos concelhos há menos de 10 anos, representam 8% em Tavira e 9% em Silves e os restantes residem fora dos concelhos em análise, sendo de destacar os quase 11% de empresários que não residem no concelho de Silves mas que aí encontram oportunidades de negócio.

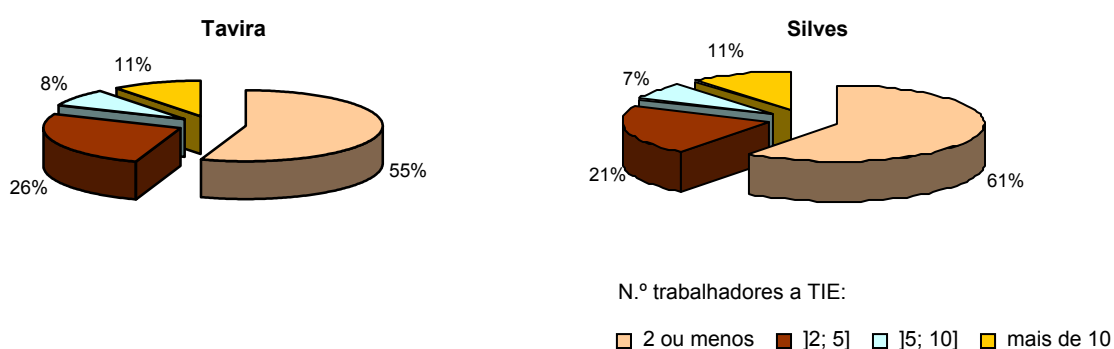


Figura 5.2 - Dimensão da empresa segundo o número de trabalhadores a Tempo Inteiro Equivalente¹

Por último, a Figura 5.2 fornece-nos informações relativas à dimensão da empresa segundo o número de trabalhadores a Tempo Inteiro Equivalente (TIE). Predominam as micro empresas (cerca de 90%) em ambos os concelhos, com preponderância das empresas até dois trabalhadores, especialmente no concelho de Silves. As empresas com mais de 10 trabalhadores representam pouco mais de 10% da amostra e, destas, somente três em Tavira e uma em Silves empregam mais de 50 trabalhadores. Daqui se retira a reduzida dimensão dos agentes económicos que actuam nestes concelhos, à excepção dos grupos hoteleiros e de uma ou outra construtora de maior porte, situação que condiciona a capacidade de desenvolvimento e expansão das actividades económicas. De ressaltar que foi efectuada uma tentativa de classificar as empresas de acordo com o escalão de dimensão segundo o número de trabalhadores utilizado pelos principais indicadores estatísticos de estruturas empresariais (micro empresas; pequenas e médias empresas; grandes empresas), mas tal revelou-se inadequado perante os dados recolhidos,

¹ O cálculo do número de trabalhadores a TIE corresponde à soma ponderada dos trabalhadores de acordo com a carga horária de trabalho, obedecendo à seguinte regra: tempo inteiro = 1,0; tempo parcial = 0,5; tempo sazonal/casual = 0,125.

procedendo-se a esta divisão por forma a ser possível um estudo mais detalhado da realidade específica das áreas em estudo.

5.2 Padrão espacial das transacções económicas e integração económica das empresas

Como foi mencionado no capítulo da Metodologia, o cálculo do padrão espacial das transacções económicas das empresas exigiu um redimensionamento, *a posteriori*, da amostra no que se refere aos volumes financeiros transaccionados. A amostra do estudo teve como base o número de empresas por sector de actividade, e não a sua dimensão, de modo que teve de se proceder a um reajustamento dos valores para que a amostra fosse também representativa das empresas no que toca à dimensão.

A identificação dos locais de origem dos clientes e fornecedores das empresas foi realizada pelos inquiridos que, de um modo geral, não apresentaram dificuldades em reconhecer as diferentes proveniências de clientes e fornecedores.

5.2.1 Tavira

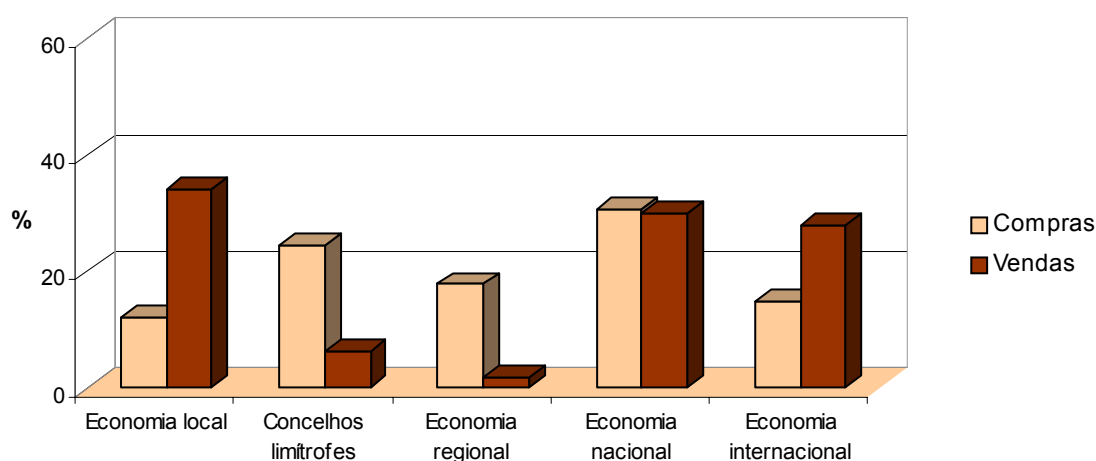


Figura 5.3 - Distribuição espacial das transacções económicas (volume) das empresas de Tavira, em 2002

Começando por uma perspectiva global das transacções económicas das empresas de Tavira (Figura 5.3) verifica-se, em primeiro lugar, que as compras apresentam uma distribuição espacial mais equilibrada pelas várias áreas do que as vendas, não existindo uma tão grande oscilação entre os valores mínimo e máximo, como sucede nas vendas.

Ao nível das relações com fornecedores, é na economia nacional que as empresas realizam o maior volume de compras (31%), seguida dos fornecedores dos concelhos limítrofes (24%) e do resto da região algarvia (18%). Ligeiramente abaixo dos 15% estão os fornecedores da UE e Resto do Mundo e, em último lugar, representando 12% das compras, estão os fornecedores do próprio concelho de Tavira.

Relativamente às vendas, é a economia local a responsável pela maior percentagem das receitas das empresas (34%), imediatamente seguida pela economia nacional (30%) e internacional (28%), situação reveladora de uma presença importante tanto do turismo de origem nacional como de origem internacional. Os concelhos limítrofes de Tavira são os que apresentam o segundo menor peso no total transaccionado (6%), uma situação que vem, de certa forma, confirmar a caracterização do sistema urbano de Tavira realizada num capítulo anterior, onde se revela que a área de influência do centro urbano de Tavira para funções especializadas e muito especializada, ainda que significativa, não ultrapassa os limites do concelho.

Uma análise detalhada das transacções económicas por sector de actividade (Figura 5.4 e Figura 5.5) permite identificar quais os sectores que estabelecem mais relações comerciais com agentes económicos locais e aqueles que, pelo contrário, transaccionam mais com agentes externos.

Iniciando pelas vendas, observa-se que são cinco os sectores que têm como principais clientes os mercados extra economia local e concelhos limítrofes: construção, comércio por grosso e distribuição, alojamentos e restauração, transportes e comunicações e actividades financeiras (nas quais estão incluídas as actividades imobiliárias). Com excepção do comércio grossista, estes são sectores claramente associados à indústria do turismo, comprovando-se aqui a natureza exportadora do turismo e actividades relacionadas. Como também se pode verificar, a UE e o Resto do Mundo são responsáveis por mais de metade das vendas nos sectores da construção e do alojamento e restauração e cerca de 40% das vendas das actividades financeiras.

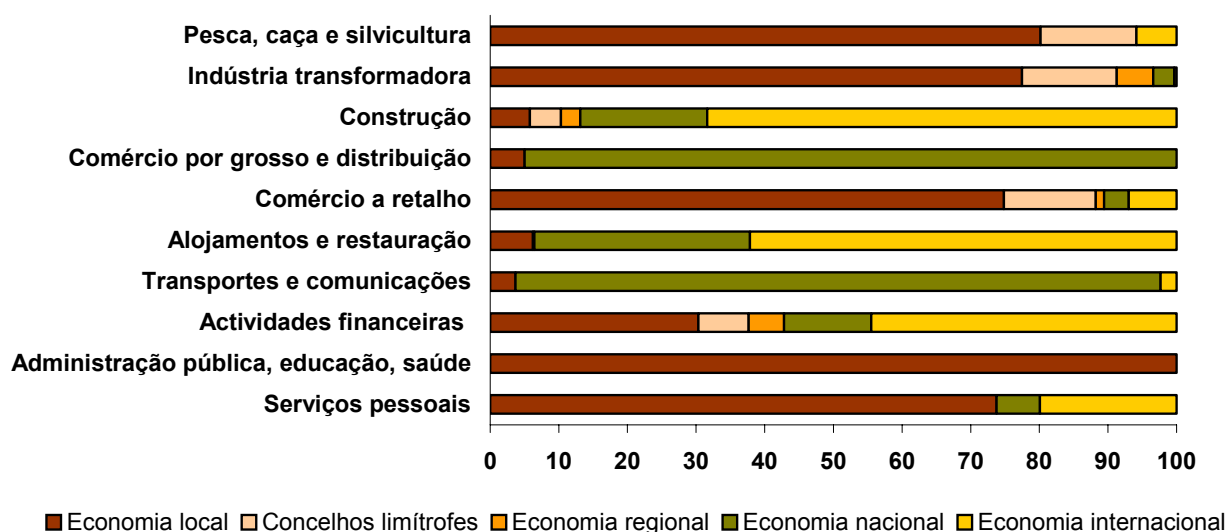


Figura 5.4 – Padrão espacial do volume de VENDAS das empresas de Tavira, por sector de actividade, em 2002

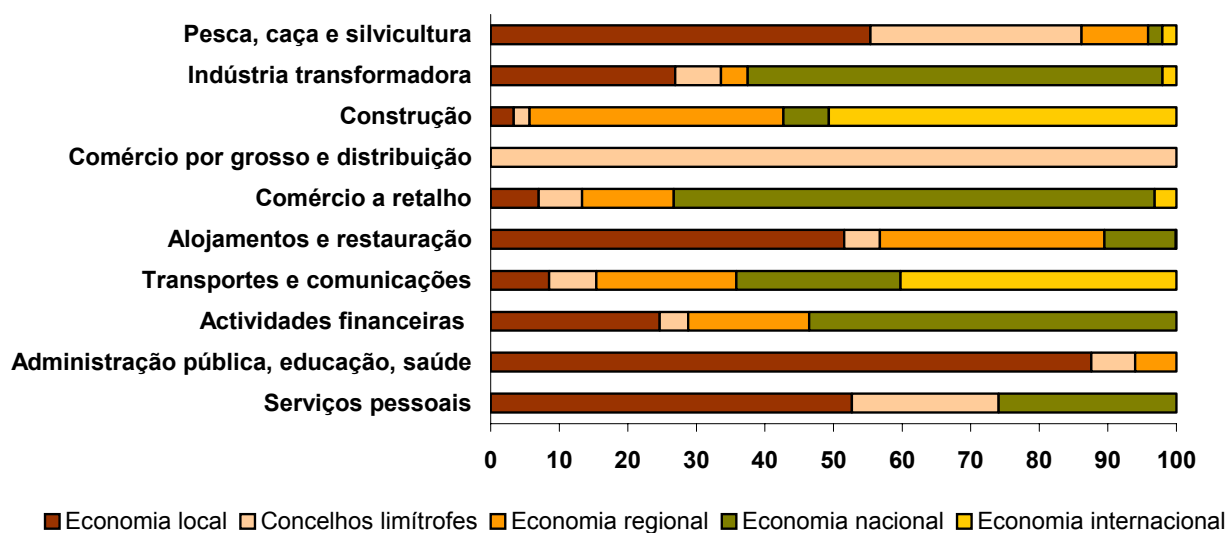


Figura 5.5 - Padrão espacial do volume de COMPRAS das empresas de Tavira, por sector de actividade, em 2002

Relativamente às compras das empresas de Tavira, constata-se que, na economia local, o volume de compras transaccionado ultrapassa os 50% nos sectores da pesca, alojamento e restauração, administração pública e serviços pessoais. Desde já, é interessante notar que o sector básico, alojamento e restauração, adquire cerca de metade dos bens e serviços necessários à sua actividade no próprio concelho de Tavira, situação que não se verifica para as restantes actividades relacionadas com o turismo, atrás referidas. Os concelhos limítrofes assumem especial relevo para os sectores do comércio por grosso e distribuição (100%), da pesca (31%) e dos serviços pessoais (21%) e o resto da Região do Algarve (de onde se destaca o concelho de Faro) tem um peso considerável nos sectores da construção e alojamento e restauração. Os fornecedores do resto do país afiguram-se bastante importantes para a maioria dos sectores de actividade, ao contrário dos fornecedores da economia internacional, que apresentam um peso muito reduzido no total das compras das empresas, com excepção dos sectores da construção e dos transportes e comunicações.

Classificando de integrados os sectores de actividade cujo volume de compras das empresas no conjunto da economia local e concelhos limítrofes é superior a 50% do total, é possível identificar quatro² sectores integrados no concelho de Tavira: pesca, caça e silvicultura; alojamento e restauração; administração pública e serviços pessoais. Estes são sectores que, no total, representam 34% das empresas inquiridas e 10,7% do volume de compras, valores pouco expressivos no conjunto da economia que indiciam a existência de fugas de rendimento, colocando, assim, em causa um modelo de crescimento assente na exportação de bens e serviços do Turismo.

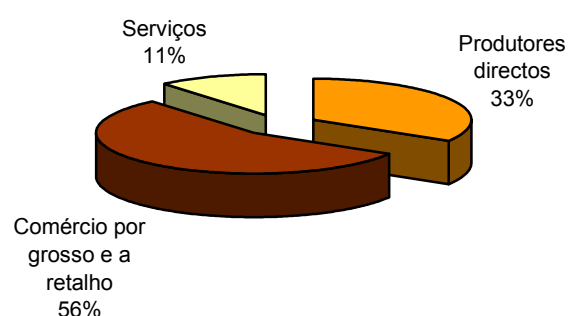


Figura 5.6 – Volume de compras das empresas de Tavira por tipo de fornecedor, em 2002

² O sector do comércio por grosso e distribuição não foi incluído, uma vez que só foi inquirida uma empresa deste sector de actividade, pelo que não deve ser considerada como representativa do sector.

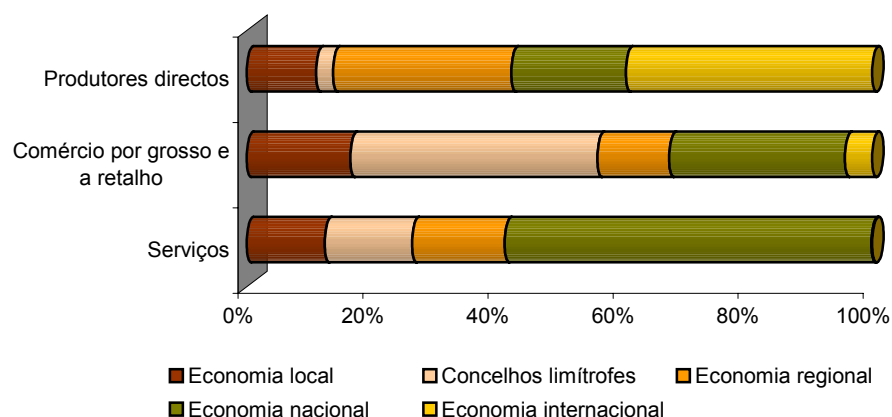


Figura 5.7 - Distribuição espacial do volume de compras das empresas de Tavira por tipo de fornecedor, em 2002

Uma observação das compras das empresas por tipo de fornecedor (Figura 5.6) e da distribuição espacial que as mesmas apresentam (Figura 5.7) vem reforçar esta percepção. O maior volume de compras das empresas de Tavira é despendido junto de grossistas e retalhistas que, por sua vez, se localizam, maioritariamente, nos concelhos limítrofes e na economia nacional. Os serviços registam uma expressão pouco significativa (11%) no volume total de compras e estão localizados, em grande parte, na economia nacional. Por último, os produtores directos representam um terço das compras das empresas de Tavira e estão, maioritariamente, localizados nas economias nacional e internacional. Como é possível concluir, as compras que geram maior valor acrescentado local existem por via do comércio grossista e retalhista e uma percentagem considerável fica retida nos concelhos limítrofes.

5.2.2 Silves

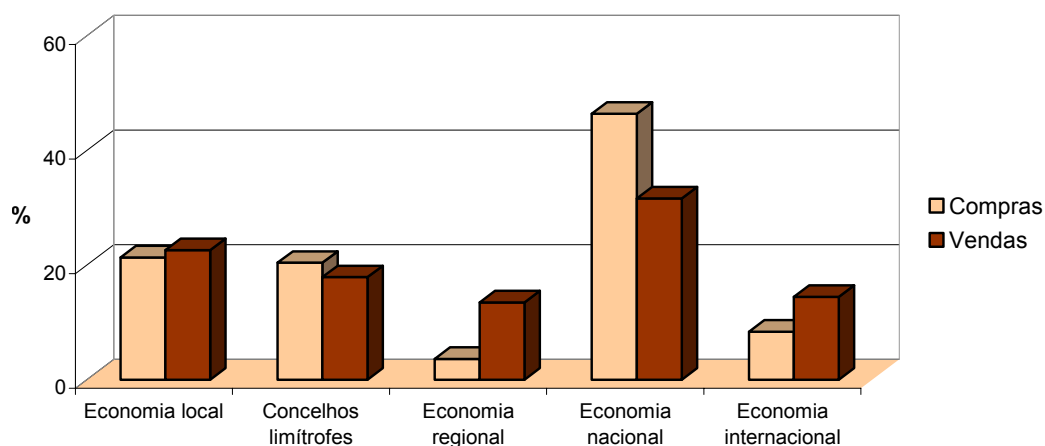


Figura 5.8 - Distribuição espacial das transacções económicas (volume) das empresas de Silves, em 2002

Em Silves, um retrato global das transacções económicas das empresas evidencia a posição destacada da economia nacional tanto nas compras como nas vendas.

Iniciando a análise pelas compras, claramente a economia nacional se distingue como o principal mercado fornecedor das empresas de Silves (46%), seguindo-se os fornecedores do próprio concelho e concelhos limítrofes, mas já com uma dimensão bastante menos pronunciada (21,3% e 20,4%, respectivamente). Os restantes concelhos do Algarve apresentam uma expressão praticamente nula no volume total de compras e os mercados externos representam cerca de 8% dos fornecimentos das empresas de Silves.

Relativamente às vendas, os clientes da economia nacional representam também a maior percentagem das receitas (32%) seguindo-se, igualmente, os residentes do próprio concelho (23%) e concelhos limítrofes (18%). As receitas provenientes da economia internacional constituem 15% do volume total das vendas das empresas, pelo que se poderá afirmar que, no concelho de Silves, o turismo de origem nacional é mais pronunciado que o de origem internacional.

Uma observação mais pormenorizada às vendas das empresas de Silves por sector de actividade (Figura 5.9) permite retirar que os sectores que mais vendem para os mercados extra economia local e concelhos limítrofes são os sectores da indústria transformadora, construção, alojamento e restauração, transportes e comunicações e actividades financeiras.

Tal como sucedeu em Tavira, também aqui se comprova a natureza exportadora do turismo e actividades relacionadas. Os clientes da economia local assumem particular importância para os sectores da pesca, caça ou floresta, administração pública e serviços pessoais. Estes dois últimos sectores podem englobar-se nas denominadas funções especializadas (Anexo 3) que, habitualmente são prestadas pelos centros urbanos e cuja área de influência não se estende muito para além das fronteiras do concelho. A importância da economia nacional estende-se a quase todos os sectores e com especial incidência na construção e nos transportes e comunicações. A economia internacional, por seu lado, apresenta-se bastante relevante para os sectores do alojamento e restauração (61%) e actividades financeiras (31%), comprovando assim a importância do turismo neste concelho.

Ao nível das compras, como se pode depreender da leitura da Figura 5.10, apenas o sector das actividades financeiras realiza um volume de compras superior a 50% no próprio concelho, seguindo-se a administração pública com 48% e o sector da pesca, com 44%. Como também é possível verificar, as relações com fornecedores dos concelhos limítrofes e economia nacional representam um valor significativo no volume total transaccionado para a generalidade dos sectores de actividade económica. As relações internacionais, pelo contrário, assumem uma expressão residual, com excepção dos sectores da pesca e do comércio a retalho, com valores na ordem dos 20% cada um.

No que concerne à integração económica, no concelho de Silves é possível identificar cinco sectores integrados (sectores de actividade cujo volume de compras das empresas no conjunto da economia local e concelhos limítrofes é superior a 50% do total): pesca, caça e silvicultura; alojamento e restauração; transportes e comunicações, actividades financeiras e administração pública. Estes são sectores que, no total, representam 44% das empresas inquiridas e 20% do volume de compras. Tal como em Tavira, estes são valores pouco expressivos no conjunto da economia, indiciando a existência de fugas de rendimento e logo, colocando em causa um modelo de crescimento assente na exportação de bens e serviços do Turismo. Dos sectores de actividade integrados, há apenas a salientar o facto do sector das actividades financeiras ser o único a já apresentar integração na economia local, ocorrência que, mais uma vez, aponta para a importância dos concelhos limítrofes no fornecimento e bens e serviços para as empresas de Silves.

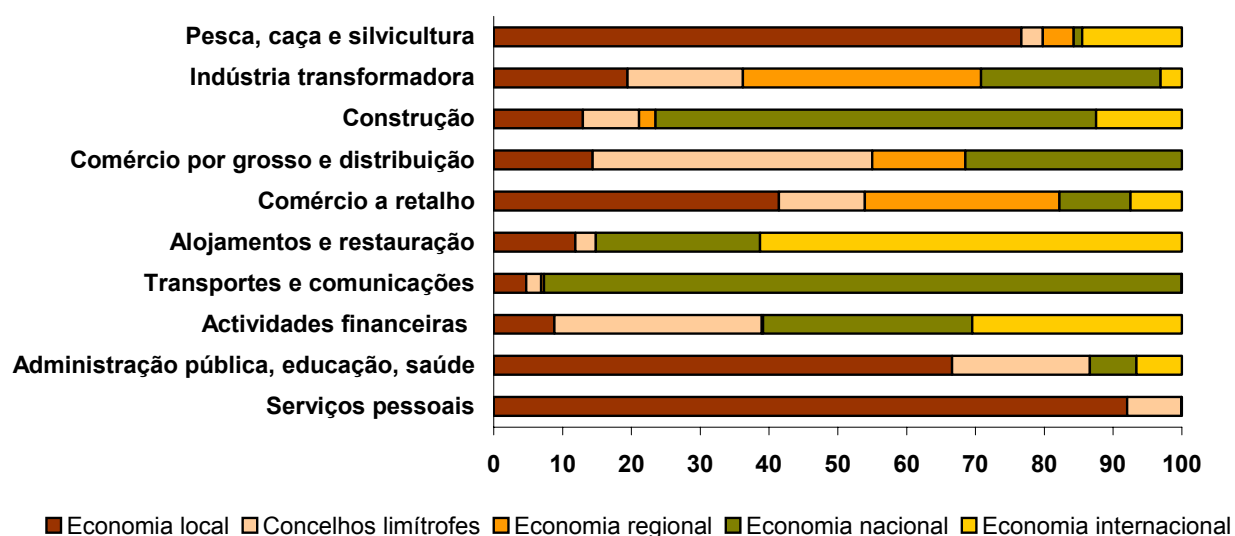


Figura 5.9 - Padrão espacial do volume de VENDAS das empresas de Silves, por sector de actividade, em 2002

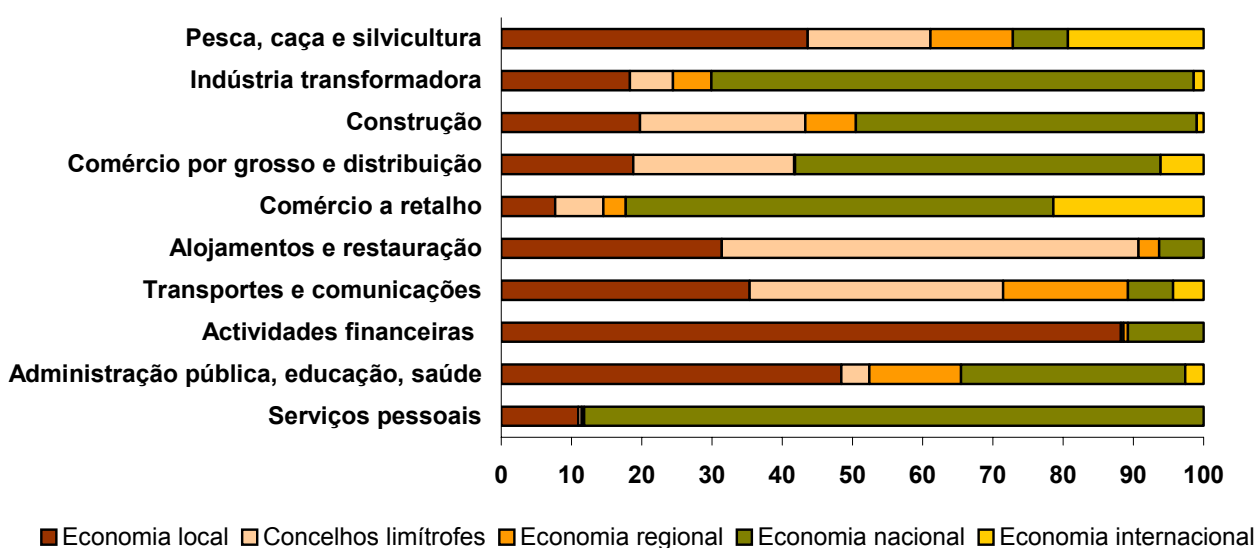


Figura 5.10 - Padrão espacial do volume de COMPRAS das empresas de Silves, por sector de actividade, em 2002

A análise das compras das empresas de Silves por tipo de fornecedor e da distribuição espacial que estas assumem (Figura 5.11 e Figura 5.12) permite verificar que a maior percentagem das compras é realizada junto de produtores directos que se localizam, maioritariamente, na economia nacional. O comércio grossista e retalhista representa quase um terço das compras das empresas e localiza-se, sobretudo, nos concelhos limítrofes e na economia nacional. Os serviços são o tipo de fornecedores que registam menor valor e encontram-se localizados, em cerca de 75%, fora da região do Algarve. Tal como Tavira, é possível concluir que as compras das empresas de Silves que geram maior valor acrescentado local existem por via do comércio grossista e retalhista e uma percentagem considerável fica retida nos concelhos limítrofes.

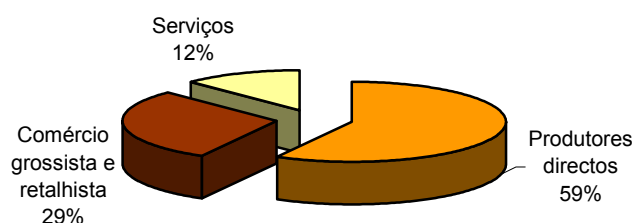


Figura 5.11 – Volume de compras das empresas de Silves, por tipo de fornecedor, em 2002

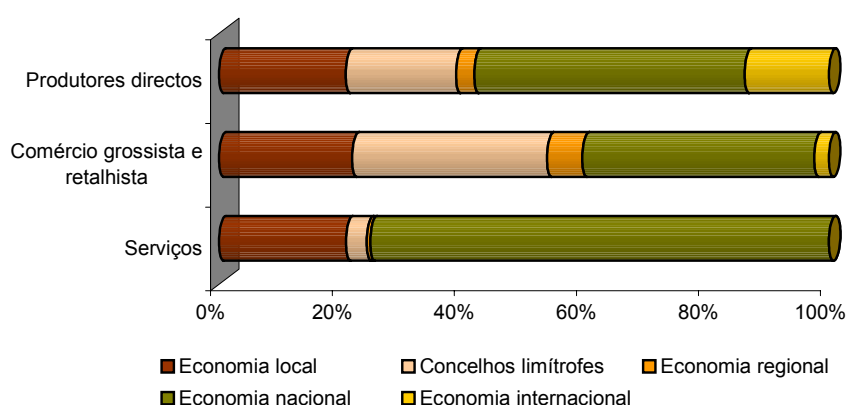


Figura 5.12 – Distribuição espacial do volume de compras das empresas de Silves por tipo de fornecedor, em 2002

Como nota comparativa final desta análise, é possível afirmar que em ambos os concelhos se confirma o carácter marcadamente exportador dos sectores de actividade

económica associados ao Turismo, com especial incidência nos sectores do alojamento e restauração e da construção. Adicionalmente, observou-se que em Silves as receitas do turismo provêm essencialmente do turismo nacional, enquanto que em Tavira resultam tanto do turismo nacional como do turismo internacional. No que concerne às compras, a economia nacional é para as empresas de ambos os concelhos o principal mercado fornecedor, seguindo-se a economia local para Silves e os concelhos limítrofes para Tavira. Um dado interessante a reter é o facto do sector do alojamento e restauração, considerado sector básico da economia neste estudo, realizar a maioria das compras na economia local (Tavira) e concelhos limítrofes (Silves). Relativamente ao nível de integração económica das empresas, da leitura do Quadro 5.3 é possível observar que são vários os sectores de actividade que se apresentam integrados localmente, realizando mais de 50% das compras no próprio concelho: em Tavira, os sectores da pesca, caça e silvicultura, do alojamento e restauração, da administração pública e dos serviços pessoais; em Silves, somente o sector das actividades financeiras.

Quadro 5.3 - Síntese do nível de integração económica das empresas de Tavira e de Silves, por sector de actividade

Sectores de actividade	Compras realizadas na Economia Local (1)		Compras realizadas nos Concelhos Limítrofes (2)		(1) + (2)	
	Tavira	Silves	Tavira	Silves	Tavira	Silves
Pesca, caça e silvicultura	55,4 %	43,6 %	30,8 %	17,5 %	86,2 %	61,1 %
Indústria transformadora	26,9 %	18,3 %	6,7 %	6,1 %	33,6 %	24,4 %
Construção	3,4 %	19,8 %	2,3 %	23,5 %	5,7 %	43,3 %
Comércio por grosso e distribuição ³	0,0 %	18,8 %	100,0 %	22,9 %	100,0 %	41,7 %
Comércio a retalho	7,0 %	7,7 %	6,3 %	6,9 %	13,3 %	14,6 %
Alojamentos e restauração	51,5 %	31,4 %	5,2 %	59,4 %	56,7 %	90,8 %
Transportes e comunicações	8,5 %	35,4 %	6,9 %	36,1 %	15,4 %	71,5 %
Actividades financeiras	24,6 %	88,2 %	4,2 %	0,3 %	28,8 %	88,5 %
Administração pública, educação, saúde	87,6 %	48,4 %	6,4 %	4,0 %	94,0 %	52,4 %
Serviços pessoais	52,7 %	11,0 %	21,4 %	0,5 %	74,1 %	11,5 %

A um nível mais alargado, onde se incluem os concelhos limítrofes, a integração das empresas de Tavira mantém-se nos mesmos sectores, havendo apenas um reforço dos valores da integração, sobretudo nos sectores da pesca e dos serviços pessoais. Todavia, e como ainda há pouco foi referido, os concelhos limítrofes representam o segundo mercado

³ Para Tavira, o sector do comércio por grosso e distribuição não foi incluído para efeitos de integração, uma vez que só foi inquirida uma empresa deste sector de actividade, pelo que não deve ser considerada como representativa do sector.

de fornecedores mais importante para o conjunto das 150 empresas inquiridas em Tavira, absorvendo 24% do volume total de compras, logo poderia ser de esperar outros resultados na análise sectorial. A explicação reside no sector do comércio por grosso e distribuição, um sector que no estudo não foi tomado em consideração na identificação dos sectores integrados pelo facto de só ter sido inquirida uma única empresa, mas que realiza a totalidade das suas compras nos concelhos limítrofes de Tavira e cujo peso no volume total de compras transaccionado é de 20%.

Relativamente a Silves, a inclusão dos concelhos limítrofes na análise da integração económica das empresas veio acrescentar quatro sectores, designadamente os sectores da pesca, caça e silvicultura, alojamento e restauração, transportes e comunicações e administração pública. De realçar que o peso dos concelhos limítrofes ultrapassa os 55% no sector básico da economia, perfazendo um total de cerca de 91% do volume de compras realizado no conjunto da economia local e concelhos limítrofes. Um valor ligeiramente inferior (88,5%) é apresentado para o sector das actividades financeiras, contudo, a contribuição dos concelhos limítrofes de Silves é, para este sector, praticamente nula.

Em conclusão, é possível deduzir que, no conjunto da economia, existem fugas de rendimento nos dois concelhos, sendo mais acentuada em Silves, com prováveis reduzidos efeitos multiplicadores das receitas geradas pela principal actividade económica, o turismo.

IV. Considerações Finais

6 Considerações Finais

No actual panorama do desenvolvimento regional ambicionado para os países membros da UE, as cidades de pequena e média dimensão assumem um papel preponderante como pólos privilegiados na afirmação de um desenvolvimento local e regional integrado e sustentável. Para actuar na nova economia global, organizada em torno das tecnologias de informação e caracterizada por constantes ameaças, oportunidades e desafios para os territórios, as cidades do presente são forçadas a reorganizar as suas estratégias, de modo a poderem subsistir num mercado globalizado, sem fronteiras, integrando e estruturando as suas sociedades locais.

Paralelamente às grandes cidades, os centros urbanos de pequena dimensão surgem, assim, como centros de actividades, de inovação e de especificidades territoriais, cuja competitividade e dinamismo passam, obrigatoriamente, pela valorização dos recursos endógenos e pela integração nas redes locais e globais (Costa, 1999a).

Contudo, muito do crescimento de algumas cidades deu-se, umas vezes, por sucção do espaço rural, numa relação não harmoniosa entre o centro e a periferia, e outras, pela via única das relações inter-urbanas, descurando a integração dos territórios envolventes. Claramente, é possível uma cidade crescer sem que isso implique qualquer benefício para as áreas envolventes, mas o resultado não será outro senão a fragmentação dos territórios e o aumento das assimetrias de desenvolvimento, realidades bastantes distantes dos objectivos desejáveis de desenvolvimento sustentável que, simultaneamente, fortaleçam a auto-estima local e aumentem a atractividade global dos centros urbanos. As iniciativas de desenvolvimento deverão, por isso, ser realizadas em espaços onde exista a garantia que as mais valias directas e efeitos multiplicadores gerados estimulem o crescimento local e onde as fugas de rendimento sejam minimizadas. Se, segundo Borja e Castells (1999), o destino da humanidade se joga nas áreas urbanas, cabe, então, às cidades de menor dimensão o título de promotoras do desenvolvimento e da inovação, uma vez que estas concentram massas críticas mínimas no domínio administrativo, institucional e cívico necessárias à gestão eficiente de iniciativas e investimentos para um desenvolvimento integrado e de abordagem de baixo para cima (Courtney e Errington, 2003).

Encarando, assim, as pequenas e médias cidades como contextos de capacitação de empresas, organizações e pessoas e oportunidades de inovação para as áreas envolventes,

torna-se crucial identificar quais destes centros urbanos reúnem as condições necessárias para sustentar a viabilidade socioeconómica das áreas onde se inserem numa perspectiva de longo prazo. Uma das vias para alcançar este objectivo passa pela compreensão e avaliação da natureza e grau de intensidade das ligações económicas dos agentes (empresas) das pequenas cidades com os seus territórios circundantes, de forma a ser possível evidenciar o seu valor como pólos de desenvolvimento.

A presente dissertação vem no seguimento desta necessidade de se efectuarem levantamentos sobre os níveis de integração económica dos agentes de cidades de menor dimensão, tendo como base de investigação duas pequenas cidades do sul do país, Tavira e Silves, inseridas em concelhos com características predominantemente rurais e cuja orientação económica estratégica se encontra voltada para o turismo. Sendo o turismo a actividade económica dominante das duas cidades em estudo, o seu papel na integração económica é claro: ao dirigir-se a um leque variado de estruturas de oferta como o alojamento, restauração, comércio, transportes, comunicações, entre outros, a procura turística apela ao desenvolvimento de diversas actividades, multiplicando as oportunidades empresariais nestas áreas. Estas, por sua vez, só serão veículos de desenvolvimento na consolidação de mais valias e acréscimos de competitividade territorial se forem capazes de reter internamente os rendimentos gerados, isto é, se estiverem integradas na economia local.

Resta saber, então, se efectivamente, pequenas cidades turísticas como Tavira e Silves podem constituir-se como pólos de desenvolvimento para os seus espaços rurais envolventes, geralmente caracterizados por tendências de desertificação populacional e fraco dinamismo económico.

Partindo de uma amostra representativa de 300 empresas, equitativamente distribuídas pelos concelhos de Tavira e de Silves, procurou-se determinar os níveis de integração económica das empresas, por sector de actividade, classificando como integradas aquelas cujo volume total de compras no conjunto do concelho e concelhos limítrofes ultrapassasse os 50% do total das compras.

Os resultados da análise da integração económica das empresas demonstraram, em primeiro lugar, que os sectores de actividade integrados são praticamente os mesmos nos dois concelhos, designadamente, os sectores da pesca, caça e silvicultura, do alojamento e restauração e da administração pública. Em Tavira acresce o sector dos serviços pessoais e

em Silves, os sectores dos transportes e comunicações e das actividades financeiras. Como é possível verificar, são empresas do sector primário e sector terciário, provando, por um lado, que o sector primário continua a ser um sector importante e com forte integração local e, por outro, confirmando que só com a promoção de actividades intensivas em conhecimento é possível aumentar o produto e o emprego.

Quanto ao sector primário, pese embora o facto do sector piscatório representar uma expressão reduzida na economia dos concelhos, a verdade é que é um sector que apresenta potencialidades, não só na actividade piscatória em si, mas também na aquicultura de peixes e bivalves e, em Tavira, na exploração de salinas. Sendo um sector integrado, logo, capaz de fomentar o desenvolvimento económico local, a sua sustentabilidade dependerá do desenvolvimento de estruturas empresariais mais competitivas, da adopção de novas tecnologias e de uma maior capacidade de acesso aos mercados.

O sector dos serviços, ainda que seja o que mais peso tem na economia dos concelhos, pelas características que reúne (empresas de dimensão reduzida e população activa de fracas qualificações) e pelas tendências de aumento da concorrência empresarial, deve também reforçar a sua sustentabilidade e viabilidade, através da modernização dos espaços comerciais, do desenvolvimento de novos serviços e do aumento dos níveis de qualificação da população activa e capacidade empreendedora dos seus empresários. Só assim será possível potenciar a integração económica das empresas deste sector como factor capaz de sustentar o crescimento económico local.

No entanto, no conjunto da economia dos dois concelhos, o volume de compras transaccionado pelos sectores integrados não é suficiente para evitar a existência de fugas de rendimento, situação que favorece fracos efeitos multiplicadores na produção, rendimento e emprego e, conseqüentemente, não permite que se retirem todos os benefícios possíveis da principal actividade económica dos concelhos, o turismo. **As cidades de Tavira e de Silves não são capazes, por isso de, neste momento, se constituir como sub-pólos de desenvolvimento para os seus territórios envolventes de carácter mais rural.**

Após a demonstração deste conjunto de informação e de resultados que, de certa forma, vem colmatar alguma falta de evidência empírica no campo das teorias da integração

económica, não deixa de ser importante reconhecer as limitações da abordagem metodológica utilizada no presente trabalho de investigação.

Em **primeiro lugar**, o estudo concentra-se apenas no primeiro nível de transacções na economia e faz referência somente às compras e vendas das empresas inquiridas, não utilizando dados relativos à distribuição espacial do emprego¹, importantes para uma avaliação mais completa da integração económica dos agentes. Na actual lógica económica de serviços, torna-se relevante analisar a questão dos efeitos induzidos do turismo na economia local, nomeadamente, na criação de emprego. Uma análise dos efeitos multiplicadores de uma injeção monetária na economia local permitiria, assim, estimar quanto do rendimento é efectivamente re-empregue ou re-dispendido na economia.

Avançando um pouco mais, seria interessante verificar também qual a distribuição territorial desses mesmos efeitos multiplicadores. Este tipo de pesquisa envolveria o recurso à construção de uma Matriz de Contabilidade Social de nível sub-regional, uma matriz input-output que inclui nas suas contas as despesas dos agregados familiares pelos vários ramos da actividade económica, assim como a distribuição da despesa de empresas e famílias pelo território.

Adicionalmente, poderia procurar-se identificar as características das empresas que se encontram mais fortemente associadas a elevados níveis de integração económica, através do recurso a modelos de Regressão Logística. O objectivo seria examinar as relações entre tipos de empresas e graus de integração económica e, mais importante ainda, prever a probabilidade das empresas exibirem elevados níveis de integração na sua economia local (daí a utilização da regressão logística e não de uma regressão linear estimada pelo Método dos Mínimos Quadrados)².

Em **segundo lugar**, avaliar o papel das pequenas ou médias cidades no desenvolvimento local num contexto actual de sociedades da informação, do conhecimento e da globalização, sem atentar aos condicionalismos sociais, políticos, ambientais e institucionais que fazem parte das suas realidades, concentrando-se unicamente na esfera económica, é, de certa forma, ficar com uma visão redutora dos fenómenos em causa. De

¹ O questionário aplicado às empresas inclui uma secção respeitante à distribuição espacial da mão-de-obra empregada nas empresas mas, por uma questão de limitação de tempo e de extensão da própria dissertação, optou-se por não incluir esta informação no estudo.

² De referir que, tanto a Matriz de Contabilidade Social como a Regressão Logística foram desenvolvidas no âmbito do projecto de investigação Marketowns.

facto, as cidades encontram-se ligadas aos seus territórios envolventes numa variedade de factores tangíveis e intangíveis (McQuaid, 1997; Ford, 2002; Ceccato e Persson, 2003; Koch e Stahlecker, 2004), cuja combinação está na origem dos diferentes níveis de desenvolvimento das regiões. Por factores tangíveis podem entender-se os recursos naturais, recursos humanos, infra-estruturas, investimentos e estrutura económica, enquanto que os factores intangíveis ou menos tangíveis referem-se ao desempenho dos mercados, às instituições, redes, comunidades e qualidade de vida (Ceccato e Persson, 2003). Se é verdade que as teorias da base económica e dos pólos de desenvolvimento foram concebidas para um período onde predominavam as indústrias, actualmente são os factores menos tangíveis aqueles que determinam, com cada vez mais evidência, a competitividade dos territórios.

Aquando do processo de inquirição junto das empresas, uma questão de carácter qualitativo poderia ter sido colocada aos empresários: *por que razão escolheu estes fornecedores?* Curiosamente, ainda que essa questão não existisse, por algumas vezes os empresários justificaram essa escolha, que recaiu sempre na existência de relações pessoais anteriores com a pessoa do responsável actual da empresa ou com as pessoas que o antecederam, numa perspectiva de continuidade geracional. E não será esta uma estratégia perfeitamente racional num ambiente pautado pela super abundância de informação e de incerteza, que obrigaria os empresários a equacionar frequentemente as suas decisões em matéria de custos? Uma ligação entre um fornecedor e um cliente não pode ser quebrada sem uma mudança que faça com que o novo fornecedor ultrapasse os custos irrecuperáveis de uma ligação já estabelecida que, para além da vertente económica em si, possui uma componente de investimento (intangível), assente na confiança mútua e segurança entre as partes, que não está à venda no mercado local (Johansson, 1993, 1995). Daí a importância das redes sociais ou não económicas, assim como das rotinas ou estandardização das interacções entre os agentes económicos na redução dos custos de transacção (custos de negociação, de pesquisa, de documentação, de aconselhamento jurídico, etc.) e, sobretudo, na redução da incerteza (Dosi e Egidi, 1991; Williamson e Mastens, 1999; Massola e Gonçalves, 2003).

Simultaneamente, o desenvolvimento equilibrado e sustentado depende também da qualidade e eficácia do tecido institucional e do capital social presente nos territórios (Putnam, 1993), e não apenas da sua simples existência ou maior densidade. A presença de

um tecido institucional que reaja às mudanças e que apele à acção concertada entre os actores (de modo a evitar a concorrência e o desperdício de fundos e de esforços), conjuntamente com uma capacidade organizativa eficaz da sociedade civil, mobilizada para o desenvolvimento da sua região são, com certeza, elementos importantes a considerar na avaliação das oportunidades existentes na promoção de relações urbano-rural mais eficientes.

Nos casos concretos de Silves e Tavira, porque não utilizar, por exemplo, a máquina logística dos operadores turísticos na divulgação dos produtos locais, como a gastronomia e o artesanato? São produtos que, na maioria das vezes, são produzidos fora dos núcleos urbanos e cuja dinamização poderia trazer benefícios, tanto ao nível do desenvolvimento local e integração das áreas mais rurais no sistema urbano, como ao nível do reforço das identidades culturais dos próprios territórios.

Invocando Castells (2000), a cidade global não é um lugar, mas um processo, por meio do qual os centros produtivos e as suas comunidades locais estão estreitamente ligados. Numa sociedade organizada em torno das tecnologias da informação e da inovação, às pequenas e médias cidades cabe o papel de articulação entre a lógica dos mercados globalizantes e a lógica dos territórios particulares, onde os desafios e as oportunidades requerem, hoje mais do que nunca, uma abordagem integrada das esferas económica, social, cultural, ambiental, tecnológica e institucional.

Bibliografia

Bibliografia

- Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1982). *A investigação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Alves, M. B. (2002). A formação dos sistemas urbanos. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 123-157). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Armstrong, H. & Taylor, J. (2000). *Regional economics & policy* (3ª ed.). Blackwell Publishers.
- Avelino, J. L. (1999). O papel das cidades intermédias na promoção do desenvolvimento regional. O caso do sistema urbano local de Santarém/Almeirim/Cartaxo. *Inforgeo*, 14, 465-473.
- Bairoch, P. (1988). *Cities and economic development. From dawn of history to the present* (tradução de Christopher Braider). Chicago: Chicago Press.
- Barkley, D. L. (2001). *Employment generation strategies for small towns: an overview of alternatives*. Research report 09-2001-02, Regional Economic Development Research Laboratory. Clemson University (EUA): Clemson University Public Service Activities.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação – um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação*. Lisboa: Gradiva.
- Benevolo, L. (1995). *A cidade na história da Europa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Bessa, D. (1986). O uso das estatísticas em economia. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (8ª. ed.) (pp. 79-99). Porto: Edições Afrontamento.
- Borja, J. & Castells, M. (1999). *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información* (4.ª ed.). Buenos Aires: Taurus.
- Braga, A. M. & Reigado, F. M. (2003). Informação, conhecimento: uma visão territorial. In *Nova Economia e Desenvolvimento Regional – Actas do IX Encontro Nacional da APDR* (vol. 2, pp. 1117-1135). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Bryden, J. (2000). (Re)povoar o meio rural. *LEADER Magazine*, 22. Consultado em 25 de Novembro de 2003:
<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/pop/art01bis.htm>
- Cadernos Leader (1995). Leader II – ficha sinalética. *Cadernos Leader – A valorização dos recursos agrícolas locais: experiência do Leader I*, pp. 60.

- Câmara Municipal de Silves (2002). Silves, no caminho do futuro. *Centros Históricos – Revista da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico*, 12, pp. 30-31.
- Câmara Municipal de Tavira (2003). *Plano de desenvolvimento estratégico de Tavira* (vols. 1 e 2). Consultado em 10 de Novembro de 2003:
<http://www.cm-tavira.pt>
- Castells, M. (2000). *A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura* (vol. 1, 4ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Ceccato, V. & Persson, L. (2003). Differential economic performance (DEP) in the periphery: evidence from Swedish rural areas. *European Journal of Spatial Development*, 7. Consultado em 27 de Junho de 2004 (documento PDF):
<http://www.nordregio.se/EJSD>.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (1988). *O futuro do mundo rural*. Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (1991). *Perspectivas para o desenvolvimento do território da comunidade – uma abordagem preliminar*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (1999a). *Esquema de desenvolvimento do espaço comunitário: para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do território da UE*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (1999b). *Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (2002). *Segundo relatório sobre a coesão económica e social*. Consultado em 15 de Novembro de 2004.
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/pdf/p13_pt.pdf
- Comissão das Comunidades Europeias (CCE) (2004). *Terceiro relatório sobre a coesão económica e social*. Consultado em 15 de Novembro de 2004.
http://europa.eu.int/comm/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/cohesion3.
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) (2001). *Odiana – Centros rurais. Programa de promoção do potencial de desenvolvimento regional*. Faro: CCRA. Consultado em 25 de Janeiro de 2004 (documento PDF):
<http://www.cedr-alg.pt>
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) (2003a). *Planos de Intervenção das aldeias do Algarve – Cacela Velha, Odeleite, Vaqueiros e Cachopo* (vol. 2). Faro: CCRA. Consultado em 25 de Janeiro de 2004 (documento PDF):
<http://www.cedr-alg.pt>

- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) (2003b). *Planos de Intervenção das aldeias do Algarve – São Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Budens e Carrapateira* (vol. 4). Faro: CCRA. Consultado em 25 de Janeiro de 2004 (documento PDF):
<http://www.ccdr-alg.pt>
- Comissão de Coordenação da Região do Algarve (CCRA) (2004). *Mapas temáticos – Ambiente e Território*. Faro: CCRA. Consultado em 18 de Janeiro de 2004:
<http://www.ccdr-alg.pt/mapas>
- Costa, E. M. (1999a). Serviços e competitividade nas cidades médias em Portugal. *Inforgeo*, 14, 281-294.
- Costa, E. M. (1999b). Integração económica das cidades médias em Portugal. In *Emprego e Desenvolvimento Regional – Actas do V Encontro Nacional da APDR* (vol. 1, pp. 347-364). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Costa, J. S.; Delgado, A. P. & Godinho, I. M. (2002). A teoria da base económica. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 793-802). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Courtney, P. & Errington, A. (2000). The role of small towns in the local economy and some implications for development policy. *Local Economy*, 15 (4), 280-301.
- Courtney, P. & Errington, A. (2003). *Small towns as ‘sub-poles’ in european rural development: policy, theory and methodology*. Agricultural Economics Society Annual Conference, University of Plymouth, Reino Unido, 11-14 Abril 2003.
- Courtney, P. (2000). *Small towns and the rural economy: a study of their contemporary functions and potential role in rural development*. PhD Thesis. University of Plymouth.
- Derycke, P. H. (1999). The future of european cities. In *Emprego e Desenvolvimento Regional – Actas do V Encontro Nacional da APDR* (vol. 1, pp. 27-51). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- DETEFP (2001). *População empregada por sector de actividade 1999*. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Lisboa.
- Diário da República (1994), Despacho n.º 55/94 de 27/5; Despacho n.º 84/94 de 16/9. Lisboa, Portugal.
- Dias, A. M. (2000). Tourism as a leverage sector in the new model of economic growth. In *Tourism sustainability and territorial organisation – XII Summer Institute of the European Regional Science Association* (pp. 639-651). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.

- Diniz, F. & Gerry, C. (2002). A problemática do desenvolvimento rural. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 535-570). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Diniz, F., António, P., Poeta, A. & Silva, C. (2001). *Background paper and market towns choice*. Primeiro relatório de progresso do Projecto “O papel das pequenas e médias cidades no Desenvolvimento Rural”. Vila Real: UTAD.
- Diniz, F., Poeta, A., Silva, C., Pinto, L. & Abreu, S. (2003a). *Study area report for Tavira*. Deliverable 11 do Projecto “O papel das pequenas e médias cidades no Desenvolvimento Rural”. Vila Real: UTAD.
- Diniz, F., Poeta, A., Silva, C., Pinto, L. & Abreu, S. (2003b). *Study area report for Silves*. Deliverable 11 do Projecto “O papel das pequenas e médias cidades no Desenvolvimento Rural”. Vila Real: UTAD.
- Direcção-Geral Educação e Cultura da Comissão Europeia (DGECCE) (1999). *Agenda 2000 – Reforçar a União e preparar o alargamento*. Consultado em 13 de Outubro de 2003:
http://europa.eu.int/comm/agenda2000/index_pt.htm
- Dosi, G. & Egidi, M. (1991). Substantive and procedural uncertainty: an exploration of economic behaviours in changing environments. In G. Dosi (2000), *Innovation, organization and economic dynamics: selected essays* (pp. 165-188). Cambridge: University Press.
- Errington, A. & Courtney, P. (2003). Small towns as ‘sub-poles’ in european rural development. Consultado em 12 de Outubro de 2003 (documento PDF):
<http://www.ex.ac.uk/crr/pdf/symposium2003/errington.pdf>
- Eurostat (2002a). *Régions: Annuaire statistique 2002 – Thème 1: statistiques générales*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Eurostat (2002b). *Annuaire Eurostat 2002. Le guide statistique de l'Europe. Données 1990-2000 - Thème 1: statistiques générales*. Luxembourg: Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Ferrão, J. & Marques, T. S. (2003). *Sistema urbano nacional – Síntese*. Colecção Estudos 7. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Ferreira, V. (1986). Inquérito por questionário na construção de dados sociológicos. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (8ª. ed.) (pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.

- Figueiredo, A. M. (2001). Uma visão espacial da estratégia e das prioridades de desenvolvimento económico e social para Portugal. *Prospectiva e Planeamento*, 7, 13-42.
- Ford, S. (2002). *Linkages and rural development: the importance of social networks in market towns*. Regional Science Association International: British and Irish Section (RSAIBIS) Annual Conference, Brighton 21-23 Agosto 2002.
- Friedmann, J. (1975). A estratégia dos pólos de crescimento como instrumento da política de desenvolvimento. In *A planificação e os pólos de desenvolvimento* (Coleção Cadernos de teoria e conhecimento, vol. 6, pp. 27-62). Porto: Edições Rés.
- Games, P. & Howell, J. (1976). Pairwise multiple comparison procedures with unequal N's and/or variances: a Monte Carlo study. *Journal of Educational Statistics*, 1 (2), 113-125.
- Godinho, I. M. (2002). Os modelos de Richardson e de von Böventer. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 201-218). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Goitia, F. C. (1982). *Breve história do urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Hansen, N. (1988). Small and medium size cities in development. In B. Higgins & D. Savoie (Eds.) *Regional Economic Development. Essays in honour of François Perroux* (pp. 318-329). Londres: Unwin Hyman, Ltd.
- Henderson, D. & Morgan, K. (1999). *Regions as laboratories – The rise of regional experimentalism in Europe*. Cardiff University.
- Hill, M. & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Hinderink, J. & Titus, M. (2002). Small towns and regional development: major findings and policy implications from comparative research. *Urban Studies*, 39 (3), 379-391.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (1993). *Censos 1991 – XIII Recenseamento geral da população/III Recenseamento geral da habitação – Resultados definitivos – Algarve*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (1996). *Censos 1991 – XIII Recenseamento geral da população/III Recenseamento geral da habitação – Resultados definitivos – Portugal* (2.^a ed.). Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (1999). *Indicadores Urbanos do Continente*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2000). *Anuário Estatístico da Região Algarve 1999*. Faro: INE.

- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2001a). *Censos 2001 – XIV Recenseamento geral da população/IV Recenseamento geral da habitação - Resultados Preliminares – Portugal*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2001b). *Anuário Estatístico da Região Algarve 2000*. Faro: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2002a). *Censos 2001 – XIV Recenseamento geral da população/IV Recenseamento geral da habitação – Resultados definitivos – Algarve*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2002b). *Estudo sobre o poder de compra concelhio 2002*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2002c). *Inquérito aos orçamentos familiares 2000*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003). *Anuário Estatístico da Região Algarve 2002*. Faro: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2003). *Estatísticas das empresas 2001*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2004a). *Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional – Região do Algarve*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE) (2004b). *Anuário Estatístico da Região Algarve 2003*. Faro: INE.
- Johansson, B. (1993). Economic networks and self-organization. In E. Bergman, G. Maier & F. Tödtling (eds.), *Regions reconsidered: economic networks, innovation, and local development in industrialized countries* (pp. 17-34). Londres: Mansell.
- Johansson, B. (1995). The dynamics of economic networks. In D. Batten, J. Casti & R. Thord (Eds.), *Networks in action: communication, economics and human knowledge* (pp. 287-308). Berlim: Springer.
- Jornal Oficial das Comunidades Europeias (JO), (2000). Comunicação n.º C139 de 18/05.
- Keane, M. J. (1997). Rural and local development in Ireland: exploring the theory – practice interface. *Regional Studies*, 31 (2), 173-178.
- Kerlinger, F. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Koch, A. & Stahlecker, T. (2004). *Social networks, functional links, and spatial proximity. Founding processes and early development of KIBS start-ups*. 13th Nordic Conference on Small Business Research, Maio 2004.

- Krugman, P. (1995). *Development, geography and economic theory*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Leader Magazine (1993). Leader – ficha sinalética. *Leader Magazine*, 4.
- Lobo, I. S. (1997). Cidades pequenas e cidades médias: da marginalização ao protagonismo. In *Colóquio: “A política das cidades”* (pp. 61-103). Lisboa: Conselho Económico e Social.
- Lopes, A. S. (2002). O espaço económico. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 35-59). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Maillat, D. (1995). Milieux innovateurs et nouvelles générations de politiques régionales. In J. Ferrão (Coord.), *Políticas de inovação e desenvolvimento regional e local* (pp. 13-30). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Maroco, J. (2003). *Análise Estatística – com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marques, T. S. (2002). *Os sistemas de informação ao serviço do desenvolvimento e do ordenamento do território: o exemplo das cidades médias e do desenvolvimento rural*. Seminário Informação Estatística e Coesão Territorial, Porto, 7-8 Novembro 2002.
- Massola, M. & Gonçalves, J. (2003). Globalização e interinstitucionalização do conhecimento. In *Nova Economia e Desenvolvimento Regional – Actas do IX Encontro Nacional da APDR* (vol. 2, pp. 1103-1115). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- McCann, P. (2001). *Urban and regional economics*. Oxford: University Press.
- McQuaid, R. (1997). Local enterprise companies and rural development. *Journal of Rural Studies*, 13 (2), 197-212.
- Meardon, S. (2001). Modeling agglomeration and dispersion in city and country. Gunnar Myrdal, François Perroux, and the new economic geography. In L. S. Moss (Eds), *City and country* (pp. 25-57). Oxford: Blackwell Publishers.
- Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAOT) (2000). *Plano da bacia hidrográfica das Ribeiras do Algarve – Volume II: análise prospectiva do desenvolvimento socio-económico*.
- Parr, J. B. (1999a). Growth-pole strategies in regional economic planning: a retrospective view. Part 1. Origins and advocacy. *Urban Studies*, 36 (7), 1195-1215.
- Parr, J. B. (1999b). Growth-pole strategies in regional economic planning: a retrospective view. Part 2. Implementation and outcome. *Urban Studies*, 36 (8), 1247-1268.
- Pereira, A. & Poupa, C. (2003). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Perroux, F. (1975). Nota sobre o conceito de «pólo de crescimento». In *A planificação e os pólos de desenvolvimento* (Colecção Cadernos de teoria e conhecimento, vol. 6, pp. 5-26). Porto: Edições Rés. (Edição original 1955).
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2003). *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Polèse, M. (1998). *Economia urbana e regional. Lógica espacial das transformações económicas*. Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Polèse, M. (1999). From regional development to local development: on the life, death and rebirth of regional science as a policy relevant science. In *Emprego e Desenvolvimento Regional – Actas do V Encontro Nacional da APDR* (vol. 1, pp. 59-70). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Pontes, J. P. & Salvador, R. (2002). A nova geografia económica. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 263-281). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Porter, M. (1990). *The competitive advantage of nations*. London: The Macmillan Press.
- Putnam, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *American Prospect* 13, 35-42.
- Quartenaire Portugal (1999). *Sistema urbano nacional – Cidades médias e dinâmicas territoriais* (vol. 3). Colecção Estudos 3. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais* (2.ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Região de Turismo do Algarve (2002). *Plano de acção plurianual do turismo do Algarve – PAPTA 2002-2004*.
- Rego, C. (1998). A teoria da polarização pode contribuir para promover o desenvolvimento do Alentejo? *Economia e Sociologia*, 65, 81-91.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15-05-2000. Consultado em 14 de Janeiro de 2004:
http://www.diram.gov.pt/data/basedoc/txt_ln_22507_0001.htm.
- Ribeiro, M. (2001). Oportunidades empresariais no sector do turismo em regiões do interior de Portugal. *Gestão e Desenvolvimento*, 10, 319-332.
- Robson, B; Deas, I.; Tophan, N. & Twomey, J. (1995). *The economic and social impact of Greater Manchester's universities*. University of Manchester.

- Roura, J. (2000). The analysis of tourism through a disaggregated I-O table. In *Tourism sustainability and territorial organisation – XII Summer Institute of the European Regional Science Association* (pp. 15-37). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Salgueiro, T. B. (1992). *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Coleção Cidade em Questão / 8. Porto: Edições Afrontamento.
- Salgueiro, T. B. (1998). Cidade pós moderna. Espaço fragmentado. *Inforgeo*, 12 e 13, 225-236.
- Salgueiro, T. B. (1999). Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. *Inforgeo*, 14.
- Santos, D. (2002). O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 189-200). Coimbra: APDR–Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Santos, D. (2004). *Gestão da inovação e dinâmicas territoriais*. Conferência Territórios Alternativos – regiões, cidades e identidades territoriais, Universidade da Beira Interior, 5 Março 2004.
- Silva, J. A. M. & Perna, F. (2002). Turismo e desenvolvimento auto-sustentado. In J. S. Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional* (pp. 451-474). Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional.
- Silva, J. A. M. & Silva, J. A. V. (2003). Inserção territorial das actividades turísticas em Portugal – uma tipologia de caracterização. *Estudos Regionais*, 1, 53-73.
- Silva, M.C. (1994). *Estatística aplicada à psicologia e ciências sociais*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Vaz, D. (2004). *Protagonismo urbano em territórios de baixa densidade: uma reflexão sobre o caso da Beira Interior*. V.º Congresso Português de Sociologia, Braga 12-15 Maio 2004.
- Williams, C. C. (1996). Local purchasing schemes and rural development: an evaluation of local exchange and trading systems (LETS). *Journal of Rural Studies*, 12 (3), 231-244.
- Williamson, O. & Mastens, S. (1999). *The economics of transaction costs*. Cheltenham: Edward Elgar.

Anexos

ANEXO 1
Potencialidades e Estrangulamento do Turismo

Potencialidades e Estrangulamentos do Turismo no Algarve

Produtos	Potencialidades	Estrangulamentos
“Sol e Praia”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições climáticas ▪ Diversidade de praias ▪ Beleza da costa ▪ Valor cénico da paisagem ▪ Qualidade e diversidade da oferta hoteleira ▪ Variedade de equipamentos de animação ▪ Boas ligações rodoviárias a Espanha ▪ Um parque e uma reserva natural 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande concentração urbana no litoral ▪ Deficientes acessibilidades às áreas periféricas ▪ Inexistência de articulação entre os diversos sistemas de transportes ▪ Sinalização viária e turística deficiente ▪ Insuficiências, de carácter pontual, na área do saneamento básico ▪ Carência de espaços de estacionamento ▪ Exiguidade de zonas verdes ▪ Excessiva concentração da oferta hoteleira ao nível concelhio ▪ Excessiva concentração de equipamentos de animação ▪ Insuficiente limpeza de praias ▪ Falta de equipamentos de apoio qualificado ▪ Erosão das arribas
Golfe	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Amenidade climática todo o ano ▪ Boa morfologia do terreno ▪ Qualidade do alojamento ▪ 23 campos de qualidade ▪ Realização de eventos de animação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Excessiva concentração da procura no mercado britânico ▪ Elevado preço praticado
Desporto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Amenidade climática todo o ano ▪ Diversidade de equipamentos desportivos para diferentes modalidades ▪ Qualidade dos equipamentos desportivos para realização de estágios ▪ Existência de infra-estruturas de apoio aos desportos náuticos ▪ 28 centros hípicos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Excessiva concentração geográfica dos equipamentos ▪ Insuficiência da oferta qualificada em algumas modalidades ▪ Subaproveitamento de alguns equipamentos ▪ Ausência de equipamentos desportivos em parte significativa das unidades de alojamento ▪ Ausência de uma estratégia concertada entre os centros hípicos existentes

Produtos	Potencialidades	Estrangulamentos
Congressos e Incentivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Amenidade climática todo o ano ▪ Concentração de alojamento de diversas tipologias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiência de espaços e infra-estruturas adequados a eventos de grande dimensão equilibradamente colocados no território ▪ Existência de poucos eventos de animação, conjugados com os congressos
Cultura e História	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Núcleos históricos ▪ Importante património arqueológico e histórico ▪ Eventos de tradição histórica e cultural, a nível regional ▪ Diversidade do artesanato regional ▪ Diversidade da gastronomia tradicional ▪ Equipamentos de apoio às actividades culturais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Deficiente conservação do património ▪ Concentração da maioria dos eventos culturais numa época do ano ▪ Fraca divulgação ao público flutuante
Natureza e Interior	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Riqueza e diversidade paisagística e ambiental ▪ Micro-climas ▪ Diversidade de fauna e flora ▪ Áreas protegidas ▪ Rede de percursos pedestres ▪ Aldeias de características rurais ▪ reservas de caça 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Insuficiente sinalização de locais de interesse e de itinerários ▪ Reduzido número de meios humanos qualificados ▪ Fraca oferta de alojamento associado ▪ Fraca oferta de percursos pedestres ▪ Existência de aldeias semi-abandonadas ▪ Ausência de ruralidade activa ▪ Falta de investimentos nas zonas do interior ▪ Fraco investimento na promoção e divulgação do património natural ▪ Risco de degradação ambiental
Outros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Notoriedade da região ▪ Algumas unidades de turismo de saúde e recuperação ▪ Boas condições de segurança pública ▪ Diversidade de recursos endógenos com possibilidades de valorização ▪ Boa hospitalidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Debilidade no sistema de saúde ▪ Acessibilidades ferroviárias obsoletas e ausência de articulação intermodal ▪ Forte sazonalidade na actividade económica e no emprego ▪ Insuficiência de rotas regulares e directas a partir do aeroporto de Faro

Fonte: Região de Turismo do Algarve (2002).

ANEXO 2
Cidades Elegíveis do Programa PROSIURB

Cidades Médias elegíveis no Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos Planos Directores Municipais (PROSIURB)

Neste programa, são elegíveis as cidades de média dimensão localizadas fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, que constituam:

- a) centros efectivamente alternativos às áreas metropolitanas, com as consequências que daí advêm em termos de capacidade de atracção e retenção de iniciativas e recursos qualificados;
- b) **centros susceptíveis de actuar como catalisadores do desenvolvimento das suas áreas envolventes;**
- c) centros estruturantes de espaços sub-regionais com graus apreciáveis de coesão (interacção/complementaridade) e de autonomia;
- d) centros com capacidade para desempenhar um papel significativo no âmbito das redes internacionais de cooperação e intercâmbio.

Cidades do Litoral	Cidades do Interior
Braga Viana do Castelo Barcelos Sistema urbano do Vale do Ave (Guimarães, Fafe, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão) Eixo Paredes - Penafiel Eixo Feira - São João da Madeira - Oliveira de Azeméis Aveiro Coimbra Figueira da Foz Eixo Leiria - Marinha Grande Caldas da Rainha Santarém Eixo Faro – Olhão Portimão Torres Vedras*	Bragança Chaves Eixo Vila Real – Régua - Lamego Viseu Guarda Covilhã Castelo Branco Eixo Torres Novas - Entroncamento Tomar Abrantes Évora Portalegre Beja Mirandela*

* Cidades integradas posteriormente no PROSIURB.

Fonte: Diário da República (1994).

ANEXO 3

Hierarquia de Funções no Sistema Urbano

		Freguesias equipadas		
Classes	Serviço	Total	Região do Algarve	
		Nº	Nº	%
Classe 1 Funções muito especializadas	1 C. apoio doentes c/ Sida	34	2	5,9
	1 Cl. Trat. Toxicodependência	76	3	3,9
	1 Hospital Geral	83	3	3,6
	1 C. reab. Def. motores	84	1	1,2
	1 Hospital/Clinica	94	6	6,4
	1 Hipermercado	105	6	5,7
	1 Ens. Sec. privado	116	2	1,7
	1 C. atend. toxicodependentes	128	5	3,9
	1 T.A.C	134	5	3,7
	1 Centro de emprego	162	10	6,2
	1 3º Ciclo-privado	169	4	2,4
	1 2º Ciclo-privado	173	5	2,9
	1 C. insp. Automóvel	175	10	5,7
	1 Centro de formação profissional	193	7	3,6
Classe 2 Funções especializadas	2 Aloj. cuidados c/ animais	234	23	9,8
	2 Tribunal	239	10	4,2
	2 Esc. línguas	240	8	3,3
	2 1º Ciclo-privado	253	12	4,7
	2 Esc. informática	255	7	2,7
	2 P. abast. GPL	272	11	4,0
	2 Ecografia	274	12	4,4
	2 Radiologia	276	10	3,6
	2 Ag. aluguer automóveis	283	26	9,2
	2 Cons. Comercial	284	16	5,6
	2 Lar de crianças e jovens	287	11	3,8
	2 Cons. Predial	296	16	5,4
	2 Cons. Civil	304	16	5,3
	2 Cart. Notarial	325	16	4,9
	2 Rep. Finanças	351	17	4,8
	2 P. Turismo	369	23	6,2
	2 Pisc. Coberta	372	17	4,6
	2 Inst. musicais	374	17	4,5
	2 P. abast (24h)	377	15	4,0
	2 Centro Comercial	397	24	6,0
	2 Ens. Sec. público	431	15	3,5
	2 Pisc. Descuberta	439	24	5,5
	2 Ag. Viagens	453	28	6,2
	2 Esc. arte	463	13	2,8
	2 C. Veterinária	493	30	6,1
	2 Corp. Bombeiros c/ serv. ambulâncias	517	21	4,1
	2 Corp. Bombeiros	528	20	3,8
	2 Posto de enfermagem	562	24	4,3
	2 P. Policial (PSP, GNR)	627	33	5,3

continua

continuação

		Freguesias equipadas		
Classes	Serviço	Total	Região do Algarve	
		Nº	Nº	%
Classe 3 Funções pouco especializadas	3 Esc. Condução	682	30	4,4
	3 Ginásio	689	40	5,8
	3 Óculos/oftalmologia	700	35	5,0
	3 Ag. Imobiliária	731	52	7,1
	3 Clube Vídeo	745	33	4,4
	3 3º Ciclo-público	770	40	5,2
	3 Comércio sucatas	790	23	2,9
	3 Art. Caça/pesca	813	42	5,2
	3 Tinturaria	823	44	5,3
	3 Mercado local (retalhista)	823	54	6,6
	3 Eq. informático	825	37	4,5
	3 Telemóveis	826	31	3,8
	3 Pavilhão desportivo	849	24	2,8
	3 Art. desporto	850	44	5,2
	3 Esc. Advocacia	862	34	3,9
	3 Supermercado	868	47	5,4
	3 Gab. Proj. Const. Civil	905	39	4,3
	3 Ed. Pré-Escolar privada	907	40	4,4
	3 Feira	929	45	4,8
	3 Art. fotográficos	961	46	4,8
	3 CDs/cassetes	1 000	43	4,3
	3 2º Ciclo-público	1 006	43	4,3
	3 Livros	1 021	46	4,5
	3 Ag. Funerária	1 026	32	3,1
	3 Lar de Idosos	1 033	39	3,8
	3 Análises clínicas	1 063	48	4,5
	3 Chaves	1 082	47	4,3
	3 Art. Ourivesaria/relojoaria	1 097	41	3,7
	3 Animais domésticos	1 116	67	6,0
	3 Ag. Bancária	1 116	39	3,5
	3 Stand moto. ciclomotores	1 124	40	3,6
	3 Creche	1 152	46	4,0
	3 Ag. Seguros	1 153	50	4,3
	3 Stand bicicletas	1 153	39	3,4
	3 Gab. Cont./Consultadoria	1 247	53	4,3
	3 Gab.e estética	1 263	46	3,6
	3 Stand automóveis	1 327	45	3,4
	3 Cx. Multibanco	1 343	67	5,0
	3 Assist. venda pneus	1 408	48	3,4
	3 Centro de ATL	1 420	53	3,7
	3 Art. papelaria	1 473	61	4,1
	3 P. abast. combustível	1 518	54	3,6
	3 Farmácia	1 579	63	4,0
	3 Rep. máq. agrícolas	1 600	50	3,1
	3 Perfumes	1 618	61	3,8
	3 Rep. electrodomésticos	1 642	53	3,2
	3 Rep. veíc. auto pesados	1 653	45	2,7
	3 Jornais/revistas	1 670	68	4,1
	3 Centro de dia	1 765	57	3,2
	3 Flores	1 782	60	3,4
	3 Rep. motoc. ciclomotores	1 840	53	2,9
	3 Ferragens	1 878	59	3,1
	3 Mat. eléctrico	1 936	63	3,3
	3 Electrodomésticos	1 949	61	3,1
	3 Centro Saúde	1 962	80	4,1
	3 Mobiliário	1 984	59	3,0
	3 Art. Retrosaria	2 101	66	3,1

continua

continuação

		Freguesias equipadas		
Classes	Serviço	Total	Região do Algarve	
		Nº	Nº	%
Classe 4	4 Mat. Construção	2 241	67	3,0
Funções	4 Serv. fotocópias	2 256	78	3,5
não especializadas	4 Calçado	2 261	73	3,2
	4 Prod. Agrícolas	2 362	61	2,6
	4 Loiças	2 382	72	3,0
	4 Rep. veíc. auto ligeiros	2 438	71	2,9
	4 Gr. campo jogos	2 532	50	2,0
	4 Cabeleireiro	2 537	73	2,9
	4 Peq. campo jogos	2 610	71	2,7
	4 Art. vestuário	2 645	78	2,9
	4 Ed. Pré-Escolar pública	2 968	60	2,0
	4 Charcutaria	3 486	77	2,2
	4 Mini-mercado/Mercearia	3 815	84	2,2
	4 Peixe	3 818	83	2,2
	4 1º Ciclo-público	3 922	81	2,1
	4 Gás	3 961	84	2,1
	4 Fruta	3 965	84	2,1

Fonte: INE (2004a).

ANEXO 4

Sumário Estatístico

Sumário Estatístico

Indicadores	Unid.	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País
Demografia											
População residente	nº	2001	33830	24997	395218	10356117	1991	32924	24857	341404	9867147
Variação da população residente	%	01/91	2,8	0,6	15,8	5,0	91/81	4,9	1,0	5,5	0,3
Pop. res. nos centros urbanos	nº	2001	10768	12576	242452	-	1991	10674	11278	195850	-
Taxa de urbanização^{a)}	%	2001	68,1	65,4	-	-	1991	67,8	61,8	-	-
Estrutura etária											
0 - 14 anos	%	2001	13,0	12,5	14,6	16,0	1991	16,8	16,6	17,9	20,0
15 - 24 anos	%	2001	12,5	12,5	13,1	14,3	1991	12,7	13,5	14,2	16,3
25 - 64 anos	%	2001	51,8	51,6	53,6	53,4	1991	50,1	49,7	50,7	50,1
65 e + anos	%	2001	22,7	23,4	18,6	16,4	1991	20,4	20,2	17,3	13,6
População reformada	%	2001	23,7	24,1	19,8	18,7	1991	21,6	21,4	19,1	16,9
Índice de envelhecimento	%	2001	178,9	183,7	127,7	103,6	1998	168,3	173,3	115,4	90,3
Densidade populacional	hab/Km ²	2001	49,9	41	79,9	112,2	1998	49,7	39,8	69,9	108,6
Saldo das migrações internas											
relativamente a 31/12/1995	nº	2001	456	78	6843	-	1991^{b)}	1144	264	9358	-
relativamente a 31/12/1999	nº	2001	319	6	2732	-	1991^{c)}	362	45	1495	-
Taxa bruta de natalidade	‰	2001	8,0	8,2	10,6	10,9	1998	7,9	8,0	11,0	11,4
Taxa bruta de mortalidade	‰	2001	13,5	15,0	11,6	10,2	1998	12,6	13,8	12,9	10,7
Emprego											
População activa (média anual)	nº	2001	15791	10919	192348	4990208	1991	14081	9963	147775	4398142
Empregada	nº	2001	14945	10221	180395	4650947	1991	13441	9343	140260	4129709
Sector I	%	2001	8,2	12,3	6,1	5,0	1991	18,6	25,9	13,5	10,8
Sector II	%	2001	24,4	26,2	22,5	35,1	1991	23,1	24,3	22,0	37,9
Sector III	%	2001	67,4	61,5	71,4	59,9	1991	58,3	49,8	64,5	51,3
População desempregada	nº	2001	846	698	11953	339261	1991	639	620	7504	268001
Taxa de actividade	%	2001	46,7	43,7	48,7	48,2	1991	42,8	40,1	43,3	44,6
Masculina	%	2001	53,5	52,3	55,1	54,8	1991	54	53,4	54,2	54,3
Feminina	%	2001	39,6	35,1	42,4	42	1991	31,4	26,9	32,7	35,5
Taxa de desemprego	%	2001	5,4	6,4	6,2	6,8	1991	4,5	6,2	5,1	6,1
Masculina	%	2001	3,4	3,9	4,8	5,2	1991	3,0	2,7	3,5	4,2
Feminina	%	2001	8,1	10,1	8,1	8,7	1991	7,1	13,1	7,7	8,9

Indicadores	Unid.	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País
Educação											
Taxa de analfabetismo	%	2001	13,7	14,1	10,4	9,0	1991	18,5	19,1	14,2	11,0
Pop. residente seg. o nível de ensino atingido											
1º ciclo do Ensino Básico	%	2001	44,4	44,4	40,5	41,0	1991	56,5	59,3	54,3	53,2
2º ciclo do Ensino Básico	%	2001	12,7	12,6	12,8	14,6	1991	12,4	13,1	12,7	15,4
3º ciclo do Ensino Básico	%	2001	14,9	12,9	13,8	12,7	1991	27,1	22,8	27,4	23,7
Ensino Secundário	%	2001	19,7	19,1	21,2	18,3	1991				
Ensino Médio	%	2001	0,7	0,8	0,9	0,9	1991	3,9	4,8	5,6	7,7
Ensino Superior	%	2001	7,6	10,2	10,8	12,5	1991				
Saúde											
Camas hospit./1000 hab.	nº	2001	0,9	0,8	2,8	4,2	1998	0,9	0,9	2,7	4,0
Médicos/1000 hab.	nº	2001	0,6	1,5	2,4	3,2	1998	0,8	1,3	2,2	3,1
Enfermeiros/1000 hab.	nº	2001	1,0	1,2	3,3	4,0	1998	-	-	-	-
Taxa mortalidade infantil 1997/01 ‰	‰	2001	6,7	3,9	5,7	5,7	1998	2,4	5,4	6,9	6,9
Farmácias por 10 000 hab.	n.º	2001	3,0	4,0	2,6	2,5	1998	3,0	4,1	3,0	2,5
Turismo											
Estabelecimentos hoteleiros	nº	2001	9	14	384	1781	1998	9	14	384	1754
	%	2001	2,3	3,6	100,0	-	1998	2,3	3,6	100,0	-
Capacidade de alojamento - camas	nº	2001	1390	3218	86751	228665	1998	1646	3286	85096	215572
	%	2001	1,6	3,7	100,0	-	1998	1,9	3,9	100,0	-
Capacidade de alojamento - camas no Turismo no espaço Rural	nº	2001	11,0	25,0	104	3315	1998	-	-	-	-
	%	2001	10,6	24,0	3,1	100	1998	-	-	-	-
Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros	nº	2001	267617	426489	13900192	33562591	1998	290263	460465	13625846	32404499
	%	2001	1,9	3,1	100,0	-	1998	2,1	3,4	100,0	-
Nacionais	nº	2001	38635	179003	2474380	9985020	1998	20139	191710	2375673	9163983
	%	2001	15,7	7,2	100,0	-	1998	8,5	8,1	100,0	-
Estrangeiros	nº	2001	228982	247486	11425812	23577571	1998	270124	268755	11250173	23240516
	%	2001	2,0	2,2	100,0	-	1998	2,4	2,4	100,0	-

Indicadores	Unid.	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País	Ano	Silves	Tavira	Algarve	País
Taxa de ocupação-cama (líquida) total	%	2001	54,7	34,6	44,9	40,8	1998	-	-	-	-
Estada média nos estabelec. hoteleiros	nº noites	2001	7,5	6,5	7,1	3,6	1998	-	-	-	-
Receitas dos estabelecimentos hoteleiros											
Receitas totais	10 ⁶ Euros	2000	-	-	458,8	1367,8	1998	-	-	357,1	1181,6
	%	2000	-	-	33,5	100,0	1998	-	-	30,2	100,0
Receitas aposento	10 ⁶ Euros	2000	-	-	304,3	918,3	1998	-	-	239,2	804,3
	%	2000	-	-	33,1	100,0	1998	-	-	29,7	100,0
Economia											
Comércio intracomunitário											
Expedições	10 ³ Euros	2001	5150	-	39040	21893469	1998	5701	-	40807	18246626
Chegadas	10 ³ Euros	2001	7266	3725	154496	33072194	1998	5846	2938	103346	26946424
Comércio extracomunitário											
Exportações	10 ³ Euros	2001	221	6	13048	5429323	1998	80	90	12844	4004918
Importações	10 ³ Euros	2001	256	172	19610	10981772	1998	190	55	13338	7544348
Receita média anual per capita	País=100	2000	-	-	84,5	100,0	1995	-	-	99,2	100,0
Índice Poder de Compra per capita	País=100	2000	81,6	83,7	108,8	100,0	1998	64,3	60,0	91,8	100,0
Cultura e Recreio											
bibliotecas		2001	5	3	62	1912	2000	5	3	62	1911
cinema		2001	1	1	16	238	2000	1	1	15	226
museus		2001	1	0	12	234	2000	1	1	9	201
galerias arte		2001	2	1	18	556	2000	2	2	18	479
espectáculos ao vivo		2001	0	0	731	13196	2000	0	0	363	9016

a) Proporção da população residente nas áreas predominantemente urbanas do concelho em relação à população residente total.

b) Relativamente a 31/12/1985.

c) Relativamente a 31/12/1989.

Nota: Nas estatísticas do Turismo, os dados apresentados abrangem apenas os estabelecimentos classificados na Direcção Geral do Turismo.

Fontes: INE (1993, 1996, 1999, 2000, 2002a, 2002b, 2003, 2004b).

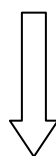
ANEXO 5
Seleccção das Áreas de Estudo

SELECÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDO

PONTO DE PARTIDA



Cidades pequenas [5.000-20.000 habitantes]	Abrantes, Albufeira, Alcácer do Sal, Almeirim, Cantanhede, Cartaxo, Covilhã, Elvas, Entroncamento, Esmoriz, Esposende, Estremoz, Fátima, Fundão, Lagoa, Lagos, Macedo de Cavaleiros, Mangualde, Mirandela, Ourém, Peniche, Peso da Régua, Pombal, Ponte de Sôr, Portalegre, Rio Maior, Seia, Silves, Sines, Tavira, Tomar, Torres Novas, Trofa, Vendas Novas, Vila Real de Santo António. (35)
---	--



2ª selecção: cidades turísticas com forte
envolvente rural

Cidade	Concelho	Pop. empregue no turismo – valores superiores à média nacional (6,5%) e ao limite superior do 3º quartil (7,6%) - 1999	Pop. empregue na agricultura - 1999
Vila Real de Santo António	Vila Real de Santo António	29,1%	5,2%
Silves	Silves	28,6%	19,9%
Tavira	Tavira	21,9%	20,7%

Fontes: INE (2001b); DETEFP (2001).

ANEXO 6
Questionário do Estudo Principal e
Mapas das Áreas de Estudo



Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro
Departamento de Economia e
Sociologia
Av. Almeida Lucena, 1
5000-660 Vila Real
Tel 259 302 200

Questionário - Empresa

O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural
parte de um Projecto Europeu de Desenvolvimento Rural

Confidencial

A informação recolhida ajudar-nos-á a encontrar caminhos para melhorar a vitalidade económica de áreas rurais.

Necessitamos de informação sobre

- produção
- despesas
- vendas
- emprego

desta empresa.

Mais informação será dada através da carta de apresentação e do mapa da região onde constam as áreas a estudar.

Toda a informação recolhida será tratada com toda a confidencialidade.

Por favor leia todo o questionário antes de responder às questões.

Muito obrigado pela sua ajuda e cooperação.

Pessoa que preenche o questionário

Deve ser preenchido, se possível, pelo gerente principal ou director da empresa.

1 O(A) senhor(a) é

- ☐ gerente principal
☐ director
☐ responsável por uma empresa sem fins lucrativos
☐ outro *por favor, especifique*

2 Há quantos anos é responsável pela gestão desta empresa?

 anos

Informação sobre a empresa

3 Qual das seguintes opções descreve melhor a sua empresa?

Escolha apenas uma opção.

- ☐ empresa independente, sem filiais
☐ sede, com filiais em Portugal
☐ sede, com filiais fora de Portugal
☐ ramo de uma empresa portuguesa
☐ ramo de uma empresa internacional
☐ empresa do sector público
☐ empresa sem fins lucrativos
☐ organização não governamental
☐ outro *por favor, especifique*

Protecção dos dados fornecidos

Respeitaremos a sua privacidade e toda a compilação de dados será protegida pela legislação em vigor em Portugal e na União Europeia.

4 Por favor, escolha a opção em que se enquadra melhor a actividade económica da sua empresa

Escolha apenas uma opção.

- ☐ pesca, caça ou floresta
☐ energia ou água
☐ indústria manufactureira
☐ construção
☐ comércio por grosso e distribuição
☐ comércio a retalho
☐ alojamento e restauração
☐ transportes e comunicações
☐ actividades financeiras (banca, seguros, mediação imobiliária, etc.)
☐ administração pública, educação, saúde
☐ serviços pessoais
☐ outra actividade *por favor, especifique*

5 Por favor, faça uma descrição resumida das actividades da sua empresa, *por ex., o que é que faz ou vende*

6 A empresa esteve sempre localizada aqui?

Não ☐ há quantos anos aqui localizada?

 anos

Sim ☐ há quantos anos aqui localizada?

 anos

Passe para a questão 8

7 Por favor, indique a anterior localização da empresa

Consulte o mapa anexo e assinala na letra correspondente

☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E ☐ F ☐ G ☐ H

8 O gerente principal ou o director da empresa reside num raio de 7km da cidade (zonas A e B do mapa)?

Não ☐ passe para a página 2

Sim ☐

9 Esse período de residência é inferior a 10 anos?

Não ☐ passe para a página 2

Sim ☐

10 Indique a sua anterior residência?

Por favor, consulte o mapa anexo e assinala na letra correspondente

☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E ☐ F ☐ G ☐ H

Esta secção é essencial para o estudo em causa. A informação fornecida permitir-nos-á compreender o efeito que as compras e as vendas têm na economia local.
Se não for possível ser rigoroso, quaisquer estimativas próximas da realidade serão extremamente valiosas para o nosso estudo.

O que comprou e vendeu no último ano fiscal

11 Qual foi o valor total aproximado de todas as transacções efectuadas por esta empresa no último ano fiscal?

Compras

Exclua força de trabalho e renda.
Inclua o valor das compras a crédito.

€

Vendas

Exclua subvenções e subsídios.
Inclua o valor das vendas a crédito.

€

12 Por favor, complete o seguinte quadro, que pretende apurar

- as compras
 - as vendas.
- Localização
- dos fornecedores
 - dos clientes

Por favor, indique a percentagem das compras e vendas efectuadas nas zonas descritas no mapa, tal como o exemplo do quadro.

		Localização de clientes ou fornecedores – use as zonas descritas no mapa e indique a percentagem do valor das compras e vendas em cada uma das zonas.							
Bens ou serviços		zona A	zona B	zona C	zona D	zona E	zona F	zona G	zona H
		%	%	%	%	%	%	%	Total %
	Exemplo:	50%	20%	5%	10%	5%	7%	3%	–
	Compras								100%
	Vendas								100%

Significado das zonas como descrito no mapa anexo	Fornecedor ou cliente está situado numa destas áreas	
A	na cidade – letra A no mapa	F em Portugal
B	num raio de 7 km da cidade	G na União Europeia
C	entre 7 e 16 km da cidade	H no Resto do Mundo
D	noutro local do concelho	
E	noutro local da região	

Bens e serviços comprados no último ano fiscal

13 Por favor, complete o seguinte quadro, que pretende apurar os bens e serviços comprados no último ano fiscal.

Por favor, indique

- a despesa anual em cada bem ou serviço
- a localização do fornecedor – onde comprou cada bem ou serviço
- a percentagem das compras efectuadas nas zonas descritas no mapa.

Exclua força de trabalho e renda.

		Localização dos fornecedores								Confirme que obtém um total de 100%
		use as zonas descritas no mapa e indique a percentagem do valor das compras em cada uma das zonas (ver exemplo).								
Bens ou serviços comprados	Despesa anual €	zona A %	zona B %	zona C %	zona D %	zona E %	zona F %	zona G %	zona H %	
Por exemplo: Têxteis	€10,000	60%	–	–	40%	–	–	–	–	= 100%
Agricultura e pesca										
Carvão, petróleo, gás										
Minerais metálicos ou não metálicos										
Produtos químicos										
Produtos alimentares processados, bebidas, tabaco										
Têxteis, couro										
Madeira, mobiliário										
Papel, tipografia										
Borracha, plástico, vidro										
Metalurgia, maquinaria										
Instrumentos eléctricos, electrónicos e de precisão										
Equipamento de transporte ex. veículos										
Electricidade, água										
Materiais de construção										
Comércio grossista										
Comércio retalhista										
Transportes										
Serviços bancários/ financeiros										
Outros serviços empresariais										
Outros, por favor especifique										

Continua na página seguinte

Empregados desta empresa

14 Quantas pessoas emprega esta empresa?

Tempo parcial significa menos de 30 horas por semana.	Número de empregados			
	Total	Tempo inteiro	Tempo parcial	Sazonal ou casual
O(A) senhor(a) e seus familiares				
Restantes empregados				

15 Quantos empregados pertencem às categorias profissionais abaixo enunciadas?

Inclua o seu próprio emprego e o de qualquer membro familiar que trabalhe nesta empresa.
Escolha o grupo mais adequado a cada situação profissional.

Categoria profissional	Tempo			
	Total	inteiro	parcial	Sazonal ou casual
Gestores/ quadros superiores ex. médico, advogado				
Qualificado não-manual ex. representante de vendas				
Parcialmente ou não qualificado não-manual ex. balconista				
Qualificado manual ex. ladrilhador				
Parcialmente ou não qualificado manual ex. empregado de limpeza				

16 Por favor, disponibilize a seguinte informação até 10 empregados.

Para empresas com mais de 10 empregados, por favor dê informação sobre as diferentes categorias profissionais existentes.
Use os seguintes códigos no preenchimento do quadro.

Categoria profissional	Tipo de emprego		Salário bruto anual	
	O(A) senhor(a) e seus familiares	Restantes empregados		
[S1] Gestores/quadros superiores			[G1] inferior a €4 800	[G6] €24 001 – €28 800
[S2] qualificado não-manual	[E1] tempo inteiro	[E4] tempo inteiro	[G2] €4 801 – €9 600	[G7] €28 801 – €33 600
[S3] parcialmente ou não qualificado não-manual	[E2] tempo parcial	[E5] tempo parcial	[G3] €9 601 – €14 400	[G8] €33 601 – €38 400
[S4] qualificado manual	[E3] sazonal e casual	[E6] sazonal e casual	[G4] €14 401 – €19 200	[G9] €38 401 – €43 200
[S5] parcialmente ou não qualificado manual			[G5] €19 201 – €24 000	[G10] superior a €43 200

Empregado	Categoria profissional assinale no código correspondente					Horas de trabalho por semana	Tipo de emprego assinale no código correspondente						Salário anual bruto ou pagamento insira o código correspondente	Área de residência Consulte o mapa anexo e assinale na letra correspondente							
	[S1]	[S2]	[S3]	[S4]	[S5]		[E1]	[E2]	[E3]	[E4]	[E5]	[E6]		A	B	C	D	E	F	G	H
O(A) senhor(a)													G								
Pessoa 2													G								
Pessoa 3													G								
Pessoa 4													G								
Pessoa 5													G								
Pessoa 6													G								
Pessoa 7													G								
Pessoa 8													G								
Pessoa 9													G								
Pessoa 10													G								

Por favor, devolva o questionário no envelope fornecido para o efeito. Obrigado pela sua colaboração.

IDENTIFICAÇÃO DAS ZONAS - TAVIRA

- A - *Freguesias urbanas do concelho de Tavira.*
- B - *Freguesias não urbanas do concelho de Tavira.*
- C - *Concelhos limítrofes:* Olhão, São Brás de Alportel, Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António e Loulé.
- D - *Capital de distrito do Algarve:* Faro
- E - *Restantes concelhos do Algarve:* Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Portimão, Lagoa, Silves e Albufeira.
- F - Portugal (o restante território).
- G - União Europeia.
- H - Resto do Mundo.

Concelho de Tavira



NUT II Algarve



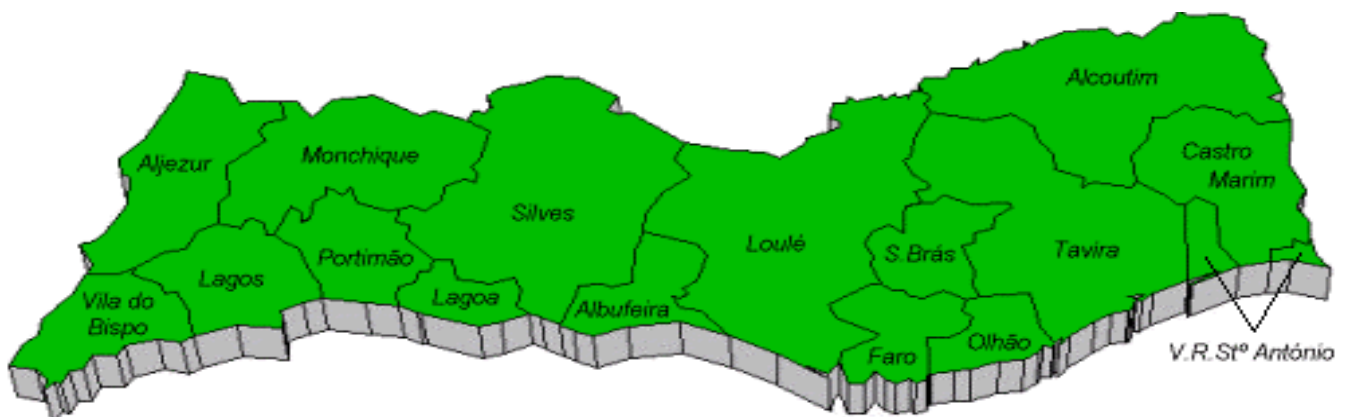
IDENTIFICAÇÃO DAS ZONAS - SILVES

- A - *Freguesias urbanas do concelho de Silves.*
- B - *Freguesias não urbanas do concelho de Silves.*
- C - *Concelhos limítrofes:* Monchique, Portimão, Lagoa, Albufeira e Loulé.
- D - *Capital de distrito do Algarve:* Faro
- E - *Restantes concelhos do Algarve:* Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, São Brás de Alportel, Olhão, Tavira, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António
- F - Portugal (o restante território).
- G - União Europeia.
- H - Resto do Mundo.

Concelho de Silves



NUT II Algarve



ANEXO 7
Questionário do Estudo Piloto



Universidade de Trás-os-Montes
e Alto Douro
Departamento de Economia e
Sociologia
Av. Almeida Lucena, 1
5000-660 Vila Real
Tel 259 302 200

Questionário à empresa

O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural
parte de um Projecto Europeu de Desenvolvimento Rural

Confidencial

A informação recolhida ajudar-nos-á a encontrar caminhos para melhorar a vitalidade económica de áreas rurais.

Necessitamos de informação sobre

- produção
- despesas
- vendas
- emprego

desta empresa.

Mais informação será dada através da carta de apresentação e do mapa da região onde constam as áreas a estudar.

Toda a informação recolhida será tratada com toda a confidencialidade.

Por favor leia todo o questionário antes de responder às questões.

Muito obrigado pela sua ajuda e cooperação.

Pessoa que preenche o questionário

Deve ser preenchido, se possível, pelo gerente principal ou director da empresa.

1 O(A) senhor(a) é

- ☐ gerente principal
☐ director
☐ outro por favor, especifique

2 Há quantos anos é responsável pela gestão desta empresa?

Informação sobre a empresa

3 Qual das seguintes opções descreve melhor a sua empresa?

Escolha apenas uma opção.

- ☐ empresa independente, sem filiais
☐ sede, com filiais em Portugal
☐ sede, com filiais fora de Portugal
☐ ramo de uma empresa portuguesa
☐ ramo de uma empresa internacional
☐ empresa do sector público
☐ empresa sem fins lucrativos
☐ organização não governamental
☐ outro por favor, especifique

4 Por favor, escolha a opção em que se enquadra melhor a actividade económica da sua empresa

Escolha apenas uma opção.

- ☐ pesca, caça ou floresta
☐ energia ou água
☐ indústria manufactureira
☐ construção
☐ comércio por grosso e distribuição
☐ comércio a retalho
☐ alojamento e restauração
☐ transportes e comunicações
☐ actividades financeiras (banca, seguros, etc.)
☐ administração pública, saúde, educação
☐ outra actividade por favor, especifique

5 Por favor, faça uma descrição resumida das actividades da sua empresa, por ex., o que é que faz ou vende

6 A empresa esteve sempre localizada aqui?

Não ☐ há quantos anos ?

Sim ☐ há quantos anos aqui localizada?

Passe para a questão 8

7 Por favor, indique a anterior localização da empresa

Consulte o mapa anexo e assinale na letra correspondente

☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E ☐ F ☐ G ☐ H

8 O gerente principal ou o director da empresa reside num raio de 7km da cidade (zonas A e B do mapa)?

Não ☐ passe para a página 2

Sim ☐

9 Esse período de residência é inferior a 10 anos?

Não ☐ passe para a página 2

Sim ☐

10 Indique a sua anterior residência?

Por favor, consulte o mapa anexo e assinale na letra correspondente

☐ A ☐ B ☐ C ☐ D ☐ E ☐ F ☐ G ☐ H

Protecção dos dados fornecidos

Respeitaremos a sua privacidade e toda a compilação de dados será protegida pela legislação em vigor em Portugal e na União Europeia.

Esta secção é essencial para o estudo em causa. A informação fornecida permitir-nos-á compreender o efeito que as compras e as vendas têm na economia local.

Se não for possível ser rigoroso, quaisquer estimativas próximas da realidade são extremamente valiosas para o nosso estudo.

O que comprou e vendeu no último ano fiscal

11 Qual foi o valor total aproximado de todas as transações efectuadas por esta empresa no último ano fiscal?

Compras de bens e serviços

Exclua força de trabalho e renda.
Inclua o valor das compras a crédito.

€

Vendas

Exclua subvenções e subsídios.
Inclua o valor das vendas a crédito.

€

12 Por favor, complete o seguinte quadro, que pretende apurar

- as compras
 - as vendas.
- Localização
- dos fornecedores
 - dos clientes
 - percentagem das compras e vendas efectuadas nas zonas descritas no mapa.

Localização de clientes ou fornecedores – use as zonas descritas no mapa e indique a percentagem do valor das compras e vendas em cada uma das zonas.								
Bens ou serviços	zona A	zona B	zona C	zona D	zona E	zona F	zone G	zona H
	%	%	%	%	%	%	%	Total
								%
Compras								100%
Vendas								100%

Significado das zonas como descrito no mapa anexo	Fornecedor ou cliente está situado numa destas áreas	
	A	na cidade – letra A no mapa
	B	num raio de 7 km da cidade
	C	entre 7 e 16 km da cidade
	D	noutro local do concelho
	E	noutro local da região
	F	em Portugal
	G	na União Europeia
	H	no Resto do Mundo

Bens ou serviços comprados no último ano fiscal

13 Quais foram as 5 compras mais importantes da empresa – bens ou serviços mais utilizados no ano passado

Por favor, diga-nos

- quanto gastou em cada bem ou serviço – *despesa anual*
- onde comprou cada bem ou serviço – *localização do fornecedor*

Exclua força de trabalho e renda.

Localização dos fornecedores

use as zonas descritas no mapa e indique a percentagem do valor das compras em cada uma das zonas (veja o exemplo).

Confirme que obtém um total de 100%

Bens ou serviços comprados									
Abaixo registre os 5 bens ou serviços mais importantes	Despesa anual €	zona A %	zona B %	zona C %	zona D %	zona E %	zona F %	zona G %	zona H %
Por exemplo: Madeira	€10,000	60%	–	–	40%	–	–	–	–

Continua na página seguinte

Empregados desta empresa

14 Quantas pessoas emprega esta empresa?

Tempo parcial significa menos de 30 horas por semana

	Número de empregados e tipo de emprego		
	Tempo inteiro	Tempo parcial	Sazonal ou casual
O(A) senhor(a) e seus familiares			
Restantes empregados			

15 Por favor, forneça a seguinte informação até 10 empregados.

Para empresas com mais de 10 empregados, por favor dê informação sobre os diferentes tipos de empregados.

Use os seguintes códigos na coluna 'Tipo de emprego'.

O(A) senhor(a) e seus familiares

- [1] tempo inteiro
- [2] tempo parcial
- [3] sazonal e casual

Restantes empregados

- [4] tempo inteiro
- [5] tempo parcial
- [6] sazonal e casual

Empregado			Tipo de emprego								Área de residência								
	Categoria profissional <i>Ex. gerente, administrativo</i>	Horas de trabalho por semana	Assinale no código correspondente								Salário bruto anual €	Consulte o mapa anexo e assinale na letra correspondente							
			[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	A	B		C	D	E	F	G	H		
O(A) senhor(a)																			
Pessoa 2																			
Pessoa 3																			
Pessoa 4																			
Pessoa 5																			
Pessoa 6																			
Pessoa 7																			
Pessoa 8																			
Pessoa 9																			
Pessoa 10																			

Por favor, devolva o questionário no envelope fornecido para o efeito. Obrigado pela sua colaboração.

ANEXO 8
Carta de Apresentação do Projecto

Vila Real, Março de 2003

Exmo. Sr. / Sr.^a,

No âmbito do projecto de investigação "O Papel das Pequenas e Médias Cidades no Desenvolvimento Rural", financiado pela Comissão Europeia, em curso no Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, solicitamos a sua colaboração na fase de recolha de informação. O estudo tem um cariz europeu, e decorre simultaneamente em França, Reino Unido, Países Baixos e Polónia.

Actualmente, a Europa rural enfrenta o desafio de encontrar e promover formas apropriadas de desenvolvimento económico que permitam manter e melhorar a sua vitalidade social e económica. Assim, este estudo surge como uma necessidade de avaliar a importância das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural, medindo o seu actual e potencial papel como pólos de crescimento.

O projecto foi concebido para estudar as relações económicas existentes entre as pequenas e médias cidades e as áreas rurais que lhes são adjacentes, recolhendo informação, por inquirição, junto de empresas, agregados familiares e explorações agrícolas. A informação recolhida ao longo deste estudo contribuirá para o delineamento de futuras políticas de desenvolvimento económico, mais ajustadas à realidade regional e nacional, beneficiando deste modo as comunidades locais.

Cada país participante estudará seis cidades, escolhidas segundo critérios demográficos, de acessibilidade e de emprego, por forma a permitir uma comparação entre o total das 30 cidades alvo do estudo, no espaço da União Europeia. Em Portugal as cidades escolhidas foram: Mirandela, Vila Real, Tavira, Silves, Lixa, Esposende e Peso da Régua.

O presente estudo conta com o apoio institucional das entidades cujos logotipos se apresentam em nota de rodapé. Quando o estudo estiver concluído, disponibilizaremos cópias do relatório a todas as instituições acima referidas.

Gostaríamos, antes de mais, de agradecer a colaboração que estamos certos vir a obter de V. Ex.^a, reafirmando que a informação prestada será de extrema relevância para o nosso estudo. Asseguramos-lhe, ainda, que toda a informação disponibilizada por V. Ex.^{as}. será tratada com toda a confidencialidade, não sendo efectuadas quaisquer referências individualizadas nos relatórios publicados pela equipa de trabalho.

Participam neste projecto: Francisco Diniz (Coordenador), Alexandre Poeta, Conceição Silva, Patrícia António, Lígia Ribeiro, Sónia Abreu. Se pretender algum esclarecimento adicional sobre o estudo ou desejar colocar alguma questão, por favor contacte-nos, através dos telefones 259 302 243 ou 259 302 222.

Atenciosamente,

O Coordenador da Equipa Portuguesa do Projecto

Francisco Diniz
- Professor Associado -



DRAALG



Vila Real, Janeiro de 2003

Exmo. Sr. / Sr.^a,

No âmbito do projecto de investigação "O Papel das Pequenas e Médias Cidades no Desenvolvimento Rural", financiado pela Comissão Europeia, em curso no Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, solicitamos a sua colaboração na fase de recolha de informação. O estudo tem um cariz europeu, e decorre simultaneamente em França, Reino Unido, Países Baixos e Polónia.

Actualmente, a Europa rural enfrenta o desafio de encontrar e promover formas apropriadas de desenvolvimento económico que permitam manter e melhorar a sua vitalidade social e económica. Assim, este estudo surge como uma necessidade de avaliar a importância das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural, medindo o seu actual e potencial papel como pólos de crescimento.

O projecto foi concebido para estudar as relações económicas existentes entre as pequenas e médias cidades e as áreas rurais que lhes são adjacentes, recolhendo informação, por inquirição, junto de empresas, agregados familiares e explorações agrícolas. A informação recolhida ao longo deste estudo contribuirá para o delineamento de futuras políticas de desenvolvimento económico, mais ajustadas à realidade regional e nacional, beneficiando deste modo as comunidades locais.

Cada país participante estudará seis cidades, escolhidas segundo critérios demográficos, de acessibilidade e de emprego, por forma a permitir uma comparação entre o total das 30 cidades alvo do estudo, no espaço da União Europeia. Em Portugal as cidades escolhidas foram: Mirandela, Vila Real, Tavira, Silves, Lixa, Esposende e Peso da Régua.

O presente estudo conta com o apoio institucional das entidades cujos logotipos se apresentam em nota de rodapé. Quando o estudo estiver concluído, disponibilizaremos cópias do relatório a todas as instituições acima referidas.

Gostaríamos, antes de mais, de agradecer a colaboração que estamos certos vir a obter de V. Ex.^a, reafirmando que a informação prestada será de extrema relevância para o nosso estudo. Asseguramos-lhe, ainda, que toda a informação disponibilizada por V. Ex.^{as}. será tratada com toda a confidencialidade, não sendo efectuadas quaisquer referências individualizadas nos relatórios publicados pela equipa de trabalho.

Participam neste projecto: Francisco Diniz (Coordenador), Alexandre Poeta, Conceição Silva, Patrícia António, Lúcia Ribeiro, Sónia Abreu. Se pretender algum esclarecimento adicional sobre o estudo ou desejar colocar alguma questão, por favor contacte-nos, através dos telefones 259 302 243 ou 259 302 222.

Atenciosamente,

O Coordenador da Equipa Portuguesa do Projecto

Francisco Diniz
- Professor Associado -

